



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS, CAMPUS MARÍLIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GABRIELA BAZAN PEDRÃO

**A CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO DE PANIZZI: UMA ANÁLISE  
DOCUMENTAL**

MARÍLIA/SP

2019

GABRIELA BAZAN PEDRÃO

**A CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO DE PANIZZI: UMA ANÁLISE  
DOCUMENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de doutora em Ciência da Informação.

**Linha de Pesquisa:** Produção e Organização da Informação.

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Leandra Bizello.

MARÍLIA/SP

2019

P371c

Pedrão, Gabriela Bazan

A construção do catálogo de Panizzi : uma análise documental / Gabriela Bazan Pedrão. -- Marília, 2019  
156 p. : fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília  
Orientadora: Maria Leandra Bizello

1. Antonio Panizzi. 2. Catálogo. 3. Catálogo de Panizzi.  
4. British Library. 5. História da Biblioteconomia. I.  
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GABRIELA BAZAN PEDRÃO

**A CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO DE PANIZZI: UMA ANÁLISE  
DOCUMENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP,  
Campus de Marília, como requisito para a obtenção do título de doutora em Ciência da  
Informação.

**Linha de Pesquisa:** Produção e Organização da Informação.

**Data da defesa:** 27 de março de 2019

**Banca examinadora:**

Profa. Dra. Maria Leandra Bizello  
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Orientadora

Profa. Dra. Cristina Dotta Ortega  
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Giulia Crippa  
Università di Bologna

Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof. Dr. Walter Moreira  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**Suplentes:**

Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Profa. Dra. Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei – Universidade Federal do  
Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Andre Vieira de Freitas Araújo – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(UFRJ)

*Esse trabalho é dedicado às minhas avós.*

*Exemplos de mulheres que são a base de duas famílias há três gerações, nos ensinando o que realmente vale na vida: a alegria de viver e a importância de cuidar.*

## Agradecimentos

Agradeço principalmente aos meus pais.

A meu pai, Jorge, orientador da vida, que esteve ao meu lado desde o primeiro dia, em 2007, na USP, e que sempre me apoiou em tudo. Que me levou até onde pode e que, em vários momentos, ficou mais feliz que eu mesma com as minhas conquistas. A minha mãe, Ana, que transformou minhas angústias nas suas, que se preocupou com cada momento e que cuidou de mim em cada tombo. Sua mão sempre esteve forte para me reerguer e seus braços para me abraçar.

Ao Filipe, que nunca existirão palavras suficientes. Que leu essa tese inúmeras vezes, corrigiu, sugeriu e andou ao meu lado me ajudando durante esses quatro anos. Esse trabalho não seria possível sem você. Obrigada por cuidar tão bem do nosso futuro enquanto eu cuidei dessa pesquisa.

Ao Igor, meu irmão e melhor amigo. Que me tirou de casa, que me deu risadas e leveza para continuar trabalhando no dia seguinte.

Ao Gregor e Lucas. Pela amizade sincera, apoio e torcida. Pela força de saber que há pessoas que nos querem bem e torcem pelo nosso sucesso.

A toda equipe da Biblioteca Nacional que me recebeu tão bem e que me auxiliou em tudo que precisei durante o ano que estive lá como bolsista pesquisadora. A ajuda e amizade de vocês é imensurável e mudou a forma com que eu via meu trabalho.

Obrigada.

A equipe da British Library, especialmente à Hanna Graves, que tanto me ajudou com a pesquisa sobre os documentos de Antonio Panizzi.

As amigas da pós Renata e Paula, por cada desabafo e acolhida. Juntas somos mais fortes.

Aos amigos virtuais do 'É o último, juro!'. Vocês não imaginam como cada palavra de torcida, força e bem querer me levaram um passo à frente durante essa jornada.

A Cristina Ortega. Que me auxiliou e me indicou possibilidades em momentos de dúvidas e confusão.

E por último, a minha orientadora, Maria Leandra Bizello. Pelos quatro anos de orientação e companhia. E que, para além desse trabalho, esteve ao meu lado quando precisei de apoio.

Obrigada, encerro hoje um ciclo de doze anos de muito aprendizado e crescimento.



*Malaquias mostrou-lhe umas anotações que ladeavam cada título. Li: iii, IV gradus, V in prima, graecorum; ii, V gradus, VII in tertia anglorum, e assim por diante. Compreendi que o primeiro número indicava a posição do livro na estante ou gradus, indicado pelo segundo número, o armário sendo indicado pelo terceiro número, e compreendi ainda que as outras expressões designavam uma sala ou corredor da biblioteca e ousei pedir mais informações sobre essas últimas distinctiones. Malaquias fitou-me severamente: “Talvez não saibas ou tenha esquecido que o acesso à biblioteca é consentido apenas ao bibliotecário. E portanto é justo e suficiente que apenas o bibliotecário saiba decifrar essas coisas.”*

*“Mas em que ordem são colocados os livros nesse elenco?” perguntou Guilherme. “Não por assunto, me parece”. Não se referiu a uma ordem por autores que seguisse a mesma sequência das letras do alfabeto, porque é o procedimento que vi posto em uso somente nos últimos anos, e outrora era pouco usado.*

*“A biblioteca mergulha sua origem na profundidade dos tempos”, disse Malaquias, “e os livros são registrados segundo a ordem das aquisições, doações, do ingresso em nossos muros.”*

*“Difícil de encontrar”, observou Guilherme.*

*“Basta que o bibliotecário os conheça de memória e saiba de cada livro a época em que chegou. Quanto aos outros monges podem confiar em sua memória”, e parecia falar de outrem que não fosse ele próprio; e entendi que ele falava da função que naquele momento indignamente exercia, e que fora exercida por outros cem, já desaparecidos, que haviam transmitido seu saber um para o outro.*

*(Umberto Eco, O nome da Rosa, p. 112)*

## Resumo

Os catálogos são as ferramentas mais paradigmáticas e importantes no que diz respeito à guarda e permanência de algo para o futuro. Em bibliotecas, principalmente, eles são cruciais, pois contemplam todo o acervo tanto em relação ao seu conteúdo e à descrição de obras quanto à sua organização física. É o catálogo, então, que controla tudo. Falar sobre catálogos, portanto, é mais do que falar apenas sobre organização da informação; é discutir o cerne de uma biblioteca. Esta tese trata do *Catalogue of Printed Books in the British Museum* (mais conhecido como ‘Catálogo de Panizzi’) e as 91 regras elaboradas pelo bibliotecário Antonio Panizzi entre 1839 e 1841. Ambos, regras e catálogo, foram responsáveis por organizar o acervo da British Library no século XIX e marcaram a história da Biblioteconomia por suas inovações e avanços no que diz respeito à organização da informação, principalmente quando comparadas aos métodos e princípios que eram utilizados até então. Sua influência foi poderosa, chegando a bibliotecários importantes como Charles C. Jewett, Charles A. Cutter e Seymour Lubetzky. Esse trabalho analisa o contexto de criação dessas regras, os catálogos que existiam antes do Catálogo de Panizzi, as 91 regras em si e suas inovações e quais foram seus impactos posteriores. A pesquisa foi baseada em fontes primárias, consultadas na própria British Library, e em documentos do século XIX que descrevem parte de como era o funcionamento da biblioteca. Esse trabalho nasceu da percepção de que Antonio Panizzi foi um bibliotecário proeminente, sempre citado, mas raramente protagonista na literatura de Biblioteconomia, especialmente no Brasil.

**Palavras-chave:** Antonio Panizzi. Catálogo. Catálogo de Panizzi. British Library. História da Biblioteconomia.

## **Abstract**

Catalogs are the most important and paradigmatic tools for keeping and saving things for the future. In a library they are crucial, for they contemplate the whole collection in regards to its content and the description of its works, as well as its physical organization. It is the catalog, then, that controls everything. To discuss catalogs, therefore, is more than just to talk about the organization of information; it is to talk about the library's core. This dissertation is about the Catalogue of Printed Books in the British Museum (better known as 'Panizzi's Catalog') and the 91 rules created by the librarian Antonio Panizzi between 1839 and 1841. Both the rules and the catalog were responsible for organizing the British Library's collection in the 19th century, and they became a landmark in the history of Library Science because of its innovations and improvements regarding the organization of information, especially when compared to the methods and principles that came before. Their influence was far reaching, impacting important librarians such as Charles C. Jewett, Charles A. Cutter and Seymour Lubetzky. This dissertation analyzes the context in which these rules were created, the catalogs that existed before Panizzi's Catalog, the 91 rules themselves, the improvements they brought about and their posterior influence. This research was based on primary sources, consulted in the British Library itself, on documents from the 19th century that describe part of the workings of the library. This dissertation was conceived after noticing that Antonio Panizzi was a prominent librarian who was always cited but was rarely the protagonist in the Library Science literature, especially in Brazil.

**Keywords:** Antonio Panizzi. Catalog. Panizzi's Catalog. British Library. History of Librarianship.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AACR – Anglo American Cataloguing Rules

AACR2 - Anglo American Cataloguing Rules, segunda edição

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ALA – American Library Association

BN – Biblioteca Nacional

CDD – Classificação Decimal Dewey

CDU – Classificação Decimal Universal

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FRBR - Functional Requirements for Bibliographic Records

IIB- Institut International de Bibliographie

MARC - Machine Readable Cataloging

RDA - Resource Description and Access

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	14
1.1	Problema e hipótese .....	19
1.2	Objetivos .....	19
1.3	Justificativa.....	20
1.4	Metodologia utilizada .....	22
1.5	Estrutura do trabalho .....	24
2.	UMA HISTÓRIA DOS CATÁLOGOS.....	26
2.1	Os catálogos na antiguidade .....	27
2.2	Os catálogos na Idade Média .....	30
2.3	Os catálogos na Idade Moderna .....	32
2.4	Os catálogos no século XIX.....	36
2.5	Os catálogos no século XX.....	38
2.6	Os catálogos no século XXI.....	40
3.	ANTONIO PANIZZI E A BRITISH LIBRARY .....	42
3.1	A vida na Itália .....	42
3.2	O recomeço na Inglaterra .....	43
3.3	A British Library .....	45
3.4	Os primeiros anos de Panizzi na British Library .....	48
3.5	Um novo cargo e um novo catálogo .....	52
3.6	Bibliotecário Diretor .....	56
3.7	A British Library após Antonio Panizzi.....	59
4.	OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DOS CATÁLOGOS DA BRITISH LIBRARY .....	60
4.1	Os catálogos da British Library: uma breve linha do tempo .....	63
4.2	Os pronunciamentos dos bibliotecários.....	67
4.3	Os relatórios .....	69
4.4	As minutas.....	73
4.5	Cartas.....	75
5.	O CATÁLOGO DE PANIZZI .....	82
5.1	As regras e suas funções .....	85
5.1.1	Regras de autoria .....	86
5.1.2	Regras sobre edições.....	88
5.1.3	Regras sobre referências cruzadas.....	90
5.1.4	Regras sobre coleções.....	91
5.1.5	Regras sobre títulos.....	92
5.1.6	Demais regras.....	93

6.	A PERMANÊNCIA DAS IDEIAS DE PANIZZI .....	97
6.1	Charles C. Jewett .....	98
6.2	Charles A. Cutter .....	100
6.3	Seymour Lubetzky .....	102
6.4	A AACR.....	104
6.6	O FRBR.....	108
6.7	O cenário brasileiro .....	108
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS.....	117
	REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES .....	120
	ANEXO I – As 91 regras e o primeiro volume do Catálogo de Panizzi.....	123
	ANEXO II – O prefácio de Jewett no Catálogo do Smithsonian de 1852.....	142
	ANEXO III – A lei do depósito legal de 1842.....	145



## 1. INTRODUÇÃO

Esta tese trata do *Catalogue of Printed Books in the British Museum*<sup>1</sup> (mais conhecido como ‘Catálogo de Panizzi’) e as 91 regras elaboradas pelo bibliotecário Antonio<sup>2</sup> Panizzi entre 1839 e 1841. Ambos, regras e catálogo, foram responsáveis por organizar o acervo da British Library no século XIX e marcaram a história da Biblioteconomia por suas inovações e avanços no que diz respeito à organização da informação, principalmente quando comparadas aos métodos e princípios que eram utilizados até então.

Essa pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ (UNESP), na linha de pesquisa ‘Produção e Organização da Informação’. Durante seu desenvolvimento fui contemplada com uma bolsa da Fundação Biblioteca Nacional e tive a oportunidade de realizar uma pesquisa de campo na British Library.



As bibliotecas, tanto públicas quanto particulares, são algumas das instituições mais antigas do mundo, como afirma Norris (1939, p. 1). Não sabemos ao certo desde quando existem, mas permaneceram vivas junto da evolução humana nos mais diversos aspectos quanto à educação, aprendizado e também guarda da informação.

Os catálogos são as ferramentas mais paradigmáticas e importantes no que diz respeito à guarda e permanência de algo para o futuro, principalmente em bibliotecas. Eles são o maior instrumento de guarda que pode haver em uma biblioteca, contemplando todo um acervo, tanto nas questões de conteúdo e descrição de obras<sup>3</sup>, quanto nas questões de organização física. É o catálogo, então, que controla tudo. Falar sobre catálogos é mais do que falar apenas sobre organização, é discutir o cerne de uma biblioteca. Chandel e Prasad (2013, p. 314) afirmam que a organização do conhecimento é a essência da atividade bibliotecária e nosso maior desafio.

---

<sup>1</sup> Disponível para consulta no Anexo I.

<sup>2</sup> Em inglês conhecido como Anthony Panizzi.

<sup>3</sup> Para essa tese será usado o conceito de obra de Faria e Pericão (2008, p. 528) que entende que obra é o resultado do trabalho de uma ou várias pessoas, sendo um impresso tipográfico não periódico como um livro, por exemplo.

A função e definição de um catálogo é algo simples à primeira vista: é uma espécie de lista que elenca todas as obras presentes em uma biblioteca, por exemplo. Contudo, se começarmos a pensar com mais cuidado, outras questões são imediatamente suscitadas: de que forma é feita essa organização? Com quais princípios? Como encontraremos as obras nessa listagem? A partir daí vemos que o conceito é mais amplo do que pensamos num primeiro momento e que definir o que de fato é um catálogo pode ser mais complexo do que o imaginado.

Strout (p. 254) explica em seu texto clássico *The development of the catalog and cataloging codes*<sup>4</sup>, de 1956, que a palavra “catálogo” parece algo de fácil definição, mas que ela vem de uma palavra do grego que até hoje gera discussões acerca de seu significado. Catálogo vem de *kata logos*. Kata significa de ‘acordo com’ ou ‘através de’, mas o enigma está em *logos*. *Logos* é traduzida de diversas formas e causa discussões sobre a existência de uma tradução universal. Ela pode significar ‘palavra’, ‘ordem’ ou até mesmo ‘razão’, por exemplo.

Além das questões acerca da definição da palavra em si, temos também as questões sobre o propósito dos catálogos: o que eles organizam? Eles servem para o bibliotecário que trabalha com as obras ou para o público que as demanda? Lubetzky (2001, p. 17) afirma que os catálogos têm dois objetivos principais e complementares: o primeiro é o de facilitar a localização de uma obra particular dentro de uma biblioteca, e o segundo de relacionar e manter próximas as diversas edições de uma mesma obra ou de um mesmo autor que a biblioteca venha a possuir.

São objetivos simples e diretos e que se complementam, mas que, quando postos em prática, podem apresentar problemas se considerações cuidadosas não forem feitas. Pode parecer simples manter obras iguais juntas, mas casos problemáticos podem surgir como, por exemplo, um *Vidas secas* em edição simples, um *Vidas secas* pertencente a uma coleção e um *Vidas secas* em edição especial. É possível mantê-los juntos? Lubetzky (2001, p. 17) acredita que sim, mas que regras são necessárias. É preciso preparar uma coleção para entrar em um catálogo e organizar como serão dadas as entradas principais e qual será o padrão.

---

<sup>4</sup> The Library Quarterly, volume 26, número 4, 1956.

Para diferenciar catálogo de catalogação, Cunha e Cavalcanti, no *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia* (2008), reúnem diversos autores e normas para conceitualizar os termos e atividades. Catálogo é então, para a ISO 5127 (2001, p. 72), um “documento secundário, que registra e descreve documentos, itens, reunidos permanentemente ou temporariamente”. Para a ABNT 49, é um “documento que relaciona de forma metódica, localizando-os, pessoas, coisas, ou itens de uma coleção”. No dicionário ainda há a explicação que catálogos são uma “lista minuciosa dos itens que compõem um acervo ou uma coleção elaborada com normas apropriadas e ordenada de modo a facilitar a busca” (CUNHA E CAVALCANTI, 2008, p.71). Dessa forma, é possível afirmar que os catálogos são documentos e listas que tem o objetivo de organizar, de forma metódica e seguindo regras preestabelecidas, os diversos itens de uma biblioteca, por exemplo.

Quando discutimos sobre catálogos, tratamos de guarda e preservação. Estamos falando de certa forma sobre memória e sobre preservar conhecimento. A história dos catálogos caminha diretamente ao lado da história do conhecimento humano, pois quanto maior o conhecimento, maior a dificuldade de lembrá-lo sem a ajuda de meios externos, como os registros.

Já a catalogação tem a ver com a atividade, com a estabilização das regras e métodos. Cunha e Cavalcanti (2008, p.70) destacam no dicionário que “em sentido mais amplo, a catalogação abrange não somente a descrição bibliográfica, mas também a análise temática com seus produtos, entre elas a identificação temática”. Para Mey (1989) a catalogação é o

estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários e usuários potenciais desse(s) acervo(s) (MEY, 1989, p.77).

A diferença nos termos é então que um é produto da atividade do outro. O catálogo não existe sem a catalogação e a catalogação não faz sentido sem um catálogo como

produto final. Complementando, no dicionário de Faria e Pericão (2008, p. 146), as autoras apresentam diversas definições para a palavra catálogo<sup>5</sup>:

Documento secundário que apresenta e descreve documentos reunidos permanentemente ou temporariamente – conjunto de notícias<sup>6</sup> catalográficas dos documentos de um ou vários fundos<sup>7</sup> documentais, dispostas segundo certas regras que permitem sua recuperação – conjunto ordenado de entradas respeitantes a uma coleção ou a coleções de livros e outros documentos – lista de livros confinada às existências<sup>8</sup> de uma biblioteca ou coleção particular, cujo o objetivo é funcionar como uma chave de acesso para o fundo bibliográfico – memória, inventário ou lista descritiva ordenada de nomes de pessoas, objetos, documentos ou acontecimentos... (FARIA E PERICÃO, 2008, p. 146)

Apesar de algumas diferenças, estão aí os conceitos mais importantes: que o catálogo apresenta, descreve e reúne documentos; que esses documentos estão dispostos segundo certas regras que possibilitam a recuperação; que são um conjunto ordenado de entradas que respeitam uma coleção; e que dizem respeito a uma lista de coleção ou coleções de livros que estão condicionadas aos exemplares de uma biblioteca (por exemplo) e que funcionam como uma chave de acesso para essas obras. Logo, o principal é organizar e recuperar.

Para fins de diferenciação, creio ser significativo apresentar aqui o conceito de classificação:

Estruturação de conceitos em classes e subdivisões para exprimir as relações semânticas existentes entre eles. As classes são representadas por meio de uma notação – atribuição dos índices<sup>9</sup> de um sistema de classificação a dados ou a documentos para facilitar a sua indexação e ordenação. As principais etapas desta operação são: a determinação do assunto principal do

---

<sup>5</sup> O dicionário foi elaborado em português de Portugal, portanto há alguns termos que diferem do português brasileiro.

<sup>6</sup> Registro.

<sup>7</sup> Acervos.

<sup>8</sup> Exemplares.

<sup>9</sup> Número de classe.

documento, a determinação da classe onde ele se enquadra, a pesquisa dos índices que correspondem a essa classe, a construção ou seleção do índice correspondente, a redação da cota<sup>10</sup> do documento ou outro índice de classificação, a indicação do índice de classificação – linguagem documental fundada na representação estruturada de um ou vários domínios do conhecimento em classes e na qual as noções e suas relações são representadas pelos índices de uma notação... (FARIA E PERICÃO, 2008, p. 165)

Então a classificação é o ato de estruturar conceitos e subdividi-los em classes, classes essas que são representadas por meio de uma notação. Essa atividade é feita para facilitar sua ordenação e respeitam uma ordem de procedimentos. Portanto, a diferença entre a catalogação e a classificação é que a classificação identifica onde um determinado livro se encaixará dentro das classes de uma determinada classificação, como a CDD, por exemplo, e a catalogação o encaixa dentro de um acervo ou coleção de forma que esse livro seja facilmente recuperado.

Blake (2002, p. 4) comenta que os bibliotecários vêm confrontando o desafio de compilar e organizar seus registros desde 2000 a.C. e que devemos nossa atual situação a três grandes nomes: Antonio Panizzi, Charles C. Jewett e Charles A. Cutter. Panizzi, que é tema desta tese, foi o precursor da catalogação moderna, preocupou-se com os leitores, com a recuperação eficiente de obras e com a estrutura de uma biblioteca. Suas ideias foram tão revolucionárias que se espalharam pelo mundo, chegando em Charles C. Jewett que, inspirado pelas novidades, criou um catálogo todo baseado nas regras de Antonio Panizzi, mas com algumas alterações. O catálogo era para o Instituto Smithsonian e junto de inovações para entradas principais<sup>11</sup>, contava também com um agradecimento dedicado a Panizzi (STROUT, 1956, p. 270). Do trabalho dos dois veio a influência para Charles Cutter, bibliotecário e um dos criadores da American Library Association, criar suas *Rules for a Printed Dictionary Catalog*. As regras trouxeram a ideia de um catálogo dicionário, que não listava as obras apenas por autor, mas também por título e assunto (DENTON, 2007, p. 40).

---

<sup>10</sup> Código para ordenação.

<sup>11</sup> Segundo Cunha e Cavalcanti (2008) “é a entrada bibliográfica que inclui todos os pormenores necessários à identificação de um item. A entrada principal inclui também a pista que relaciona todas as outras entradas sob as quais o registro é encontrado no catálogo” (p. 151).

Essas são apenas algumas das influências de Antonio Panizzi. Suas regras continuaram sendo uma base para a organização da informação no século XX e ainda são utilizadas no século XXI, como apresentarei mais adiante nesta tese.

### **1.1 Problema e hipótese**

Esta pesquisa parte do seguinte problema: qual é a importância do Catálogo de Panizzi e as 91 regras para a Biblioteconomia moderna, considerando a área antes e depois delas? Se tomarmos a catalogação como a essência da organização da informação dentro de uma biblioteca, como afirmam Chandel e Prasad e Blake, citados anteriormente, apresentam-se outras questões importantes sobre o Catálogo de Panizzi: como esse catálogo foi estruturado? Qual seu legado e influências? Ainda podemos encontrar ecos das regras usadas em sua elaboração na Biblioteconomia do século XXI?

Assim, defendo que, pela sua forma de elaboração, o Catálogo de Panizzi já é algo totalmente diferente de tudo que havia sido proposto até então e é um dos modelos mais importantes e que causaram mais impacto na Biblioteconomia. Ademais, exatamente por essa elaboração tão singular, o catálogo foi um marco na história da Biblioteconomia e modificou a forma de se pensar em organização, não só ao seu redor, na Inglaterra, como no mundo todo.

Estudar a figura de Antonio Panizzi e o processo de elaboração das regras, e depois a aplicação das mesmas em um catálogo, também é importante para auxiliar-nos a compreender de onde vêm as teorias da catalogação. A ênfase é tanto nas regras em si, como na maneira em que elas foram criadas e em seu contexto. Panizzi partiu de problemas pontuais de uma grande biblioteca, que se repetiam há anos e nunca eram satisfatoriamente solucionados, para criar algo revolucionário. Ele não só conseguiu resolver as demandas da British Library, como também foi uma fonte de estudo e aplicação de ideias para outros bibliotecários, fazendo uma rede de inovação e repensando o funcionamento das bibliotecas até então. O objetivo então é entendermos quais as motivações advindas ou não das práticas que fomentaram essa construção.

### **1.2 Objetivos**

Meu objetivo nessa tese é discutir a importância dessas 91 regras de catalogação e o catálogo que foi fruto dessa organização. É também um objetivo entender essas 91 regras, analisá-las e refletir sobre como repercutiram em diversos outros padrões de

catalogação (como o AACR). Proponho então um estudo dessas regras, uma análise e interpretação sobre onde houve mudanças e quebras de padrões e como isso deu.

Pretendo explorar o papel dessas 91 regras para a história da Biblioteconomia analisando toda a construção, tanto do catálogo, como da figura de Antonio Panizzi dentro da British Library. O produto catálogo está intimamente ligado à figura do bibliotecário que o desenvolveu, principalmente porque essa era uma época em que ainda não tínhamos a profissão constituída como é hoje. É importante pensar em ambos como um marco. Em uma época onde o profissional bibliotecário não tinha sequer uma formação específica e era, na maior parte das vezes, um cargo de indicação, temos uma figura que toma a organização de uma biblioteca como meta de vida e consegue de fato modificá-la totalmente. É um objetivo traçar um perfil desse bibliotecário e como Panizzi construiu sua carreira ao redor das 91 regras e de seu catálogo.

Como objetivos específicos, busco analisar o Catálogo de Panizzi como um objeto que conta a história de um importante período, de uma grande instituição e de uma revolução na organização da informação. Para tanto, como já mencionado, contarei com o auxílio da documentação da própria British Library, produzida, em parte, pelo próprio Antonio Panizzi. O Catálogo é a representação das regras, é o meio por onde a transformação se deu e é o meio material que contém essas ideias. Essa história só pode ser contada através dele.

### **1.3 Justificativa**

A Biblioteconomia ainda discute pouco sua história e creio que é um exercício importante para uma profissão ter um olhar retrospectivo, conhecer sua trajetória, saber como chegamos onde estamos e o que das práticas antigas ainda permanece atualmente. Essa análise é necessária para um exercício de autocrítica fundamental, a saber, para repensarmos se essas práticas ainda são eficientes nos dias de hoje ou se é o momento de romper com o passado, como Antonio Panizzi fez em 1841.

Como foi abordado até então, as 91 regras foram um marco na história da catalogação, e sua aplicação no Catálogo de Panizzi criou um modelo que inspirou grande parte do embasamento técnico-teórico da Biblioteconomia. É quase um lugar comum dizer que Antonio Panizzi foi um marco, ou ressaltar sua repercussão, mas discuto aqui um conjunto de regras em uma época onde as bibliotecas sequer eram completamente

catalogadas. Além das 91 regras e do catálogo que iniciou a organização definitiva da British Library pela primeira vez, estamos falando também de um bibliotecário que replanejou uma grande biblioteca de uma forma totalmente diferente de tudo até então.

Antonio Panizzi pensou não só no catálogo, mas também na organização física do acervo. Ele aplicou na biblioteca um esquema de localização fixa e também estabeleceu, que a localização fixa fosse ligada a uma ordem de livros organizados por tamanho. Dessa forma as obras não se interpunham e obras pequenas não desapareceriam entre maiores. Esse esquema, que parece simples, é utilizado até hoje.

Além da localização fixa por tamanho, Panizzi também é responsável pela ideia inicial e um desenho base da famosa sala de leitura circular da British Library enquanto era vinculada ao British Museum. É de sua criação também o ‘Panizzi Pin’, um tipo de pino que era utilizado nas estantes para que as prateleiras se tornassem móveis, podendo ter sua altura customizada de acordo com o tamanho dos livros.

É notável que Antonio Panizzi foi um bibliotecário pioneiro. Ele foi um dos primeiros a dar atenção às questões de organização, tanto física quanto informacional de um acervo, e a realmente propor mudanças e ações para que a biblioteca fosse tudo aquilo que deveria e poderia ser. Panizzi se preocupava com a questão do acesso democrático da informação para todos, principalmente por sua condição refugiado italiano, e compreendia os problemas que a população apontava sobre a má gestão da biblioteca. Para ele, a British Library, na época em que foi admitido como assistente, era uma biblioteca nacional apenas no nome, não nos serviços oferecidos.

Em termos técnicos, Panizzi também participou da movimentação para a aplicação da lei dos direitos autorais da Inglaterra<sup>12</sup>, em 1842, que também era lei de depósito legal, a qual determina que todos os autores devem enviar à biblioteca nacional uma cópia de seus trabalhos. A lei é originalmente de 1710, mas não vinha sendo cumprida. Em 1842, ela passou por modificações e a partir de então se tornou um dos objetivos de Antonio Panizzi fazer com que ela fosse aplicada (MILLER, 1988, p. 201). O bibliotecário passou então a fazer cobranças constantes aos livreiros e editores do Reino Unido para que cumprissem a lei e enviassem um exemplar de cada uma de suas produções à biblioteca. Isso melhoraria o acervo da British Library e diminuiria o gasto com aquisição de obras

---

<sup>12</sup> Disponível para consulta no Anexo III.

(MILLER, 1988, p. 201). Nota-se que a lista de seus feitos é extensa e notável, incluindo até mesmo alcunhas como o ‘príncipe dos bibliotecários’ (MILLER, 1988, p. 201).

#### **1.4 Metodologia utilizada**

Proponho um estudo da história de Antonio Panizzi e das 91 regras, principalmente porque ambos aparecem superficialmente em textos da área e praticamente não há trabalhos dedicados exclusivamente a ambos. Para tanto, utilizarei fontes primárias, que tive a oportunidade de coletar na própria British Library, para analisar e recontar a história do bibliotecário e da elaboração de seu catálogo. Essa é uma parte substancial do trabalho.

Utilizei para essa tese uma metodologia qualitativa, na qual parte-se de um fenômeno (no caso a construção do Catálogo) e analisa-se suas relações, consequências e influências de modo interpretativo. No início da pesquisa, fiz um grande levantamento de textos utilizando bases de dados brasileiras e internacionais, sem restrições cronológicas e buscando bibliografias nas línguas portuguesa e inglesa. Houve uma certa dificuldade com alguns textos que seriam importantes para a construção da tese, pois eram de difícil acesso (esgotados ou à venda apenas fora do Brasil). Tive, portanto, a necessidade de importar algumas obras e buscar por fontes digitalizadas para enriquecer o trabalho.

A bibliografia fundamental desse trabalho foi composta por textos ligados à história dos catálogos, biografias sobre Antonio Panizzi e obras que tratassem da British Library. Os principais foram: a obra Norris, *History of cataloguing and cataloguing methods*, e a de Strout, *The development of the catalog and the cataloging codes*, para serem a base do capítulo sobre história dos catálogos. Para os capítulos sobre Antonio Panizzi e a British Library, o livro base foi *Prince of librarians*, de Edward Miller, junto de *The life of Sir Antonio Panizzi* (volume I), de Louis Fagan, e do livro *The Cambridge history of libraries in Britain and Ireland* (volume II), no qual utilizei o capítulo 25 *The first century of the British Museum Library*, escrito por P.R. Harris. E para construir a análise e importância das 91 regras e do Catálogo de Panizzi, utilizei principalmente *Foundations of cataloging: sourcebook*, de Carpenter e Svenonius, *Seymour Lubetzky: writings on the classical art of cataloging*, de Svenonius e McGarry, *The intellectual foundation of information organization*, também de Svenonius, e por fim *FRBR and the history of cataloging*, de William Denton.

Obviamente essas não foram as únicas obras consultadas. Cito-as em destaque, pois foram os pilares dessa tese. Através delas surgiram outras leituras e diversas questões, que motivaram a busca dos outros textos encontrados aqui. Essas foram as obras que me acompanharam do primeiro ao último ano de doutorado e resistiram às suas modificações e correções, sendo sempre as leituras de base.

Durante o terceiro ano de doutorado, fui contemplada com uma bolsa de pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional, onde tive acesso à documentação da biblioteca para pesquisar as possíveis influências do Catálogo de Panizzi na organização de nosso acervo nacional. A pesquisa teve duração de um ano (que é a duração estabelecida em edital, sem possibilidade de renovação) e a conclusão foi que Antonio Panizzi não influenciou nossos métodos de organização. A BN preferiu outros formatos, como o de L. A. Constantin<sup>13</sup> e o de Brunet<sup>14</sup>. O trabalho completo está hoje disponível nos Anais da Biblioteca Nacional<sup>15</sup>.

Além da pesquisa desenvolvida na Biblioteca Nacional, também tive a oportunidade de realizar uma pesquisa de campo na própria British Library. Analisei *in loco* o Catálogo de Panizzi, junto de um dossiê de elaboração tanto do catálogo em questão quanto de catálogos anteriores. Para isso, estive durante dez dias na biblioteca. A visita foi planejada e elaborada com auxílio de bibliotecários de lá, que também disponibilizaram todo o acervo sobre o assunto. Os materiais são documentos corporativos da Biblioteca, correspondentes ao século XIX, alguns de caráter confidencial, apenas liberados para a pesquisa científica. Eles formam um conjunto documental com atas de reuniões, decisões sobre o que o catálogo deveria conter, cartas trocadas entre funcionários e discussões sobre problemas na elaboração e aplicação das regras.

Toda essa coleta resultou em um material importante e rico. Essa junção de materiais históricos brasileiros e ingleses é inédita e transforma um trabalho como esse em uma importante discussão para a área. Os textos brasileiros que tratam do Catálogo

---

<sup>13</sup> Constantin publicou uma obra totalmente dedicada à organização de bibliotecas e acervos em 1839 chamada *Bibliothéconomie: instructions sur l'arrangement, la conservation e l'administration des bibliothèques*.

<sup>14</sup> Brunet é responsável pelo *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*, uma obra também muito influente para organização de bibliotecas, publicada ainda antes, em 1814.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/catalogo-panizzi-sistemas-catalogacao-seculo-xix-uma-analise>

de Panizzi são raros e quase nunca são exclusivamente sobre seu trabalho. Eles costumam ser compilações sobre história da catalogação, tornando essa tese uma nova fonte de pesquisa em língua portuguesa.

### **1.5 Estrutura do trabalho**

Este trabalho está dividido entre contextualização histórica e discussão. No próximo capítulo, farei uma apresentação sobre a história dos catálogos, para que seja possível compreender porque ele foi tão revolucionário. Partirei do início dos registros escritos até o século XXI, possibilitando também uma discussão sobre a atualidade. O terceiro capítulo será sobre a história de Antonio Panizzi e da British Library. A história de Panizzi é comumente contada a partir de sua vida como bibliotecário, mas seus feitos anteriores são igualmente notáveis e refletem muito da personalidade que ele vem a se tornar. Pensando nisso, recontarei sua história com detalhes e, a partir do momento em que ele inicia seus trabalhos na British Library, contarei também a história da instituição. É impossível desvincular a pessoa da biblioteca, pois durante o período em que Panizzi esteve na British Library, suas histórias estão intimamente entrelaçadas.

No quarto capítulo analisarei os processos de organização que os catálogos da British Library passaram. Com base nos documentos pesquisados, farei uma retrospectiva de todos os catálogos que a British Library teve até o Catálogo de Panizzi, analisando como foram construídos e as ordens dadas pelo conselho<sup>16</sup> do British Museum para organizá-los. É uma forma de entender melhor a situação da biblioteca antes das 91 regras e como era o funcionamento e a dinâmica entre o conselho que regia a British Library e o British Museum na época e como eles interferiam na organização da instituição.

No quinto capítulo, partindo da discussão dos catálogos da British Library, passo então a analisar o Catálogo de Panizzi em si. Analisarei as 91 regras, passando pelas regras mais importantes e que dão origem às outras, e comentando as que ganharam maior destaque, pois eram inovadoras. Esse capítulo é importante, pois através dele é possível perceber porque o Catálogo de Panizzi foi um marco para a Biblioteconomia e o que ele trouxe de novo para a catalogação da época.

---

<sup>16</sup> O British Museum é até hoje regido por um conselho de curadores elegido parte pela rainha e parte pelo primeiro ministro da Inglaterra.

O sexto capítulo parte das inovações e da importância das regras para discutir as influências que Antonio Panizzi exerceu em outros bibliotecários ao longo da história. Escolhi os mais importantes e analisei onde está a influência de Panizzi em seus trabalhos. É um capítulo que discute a permanência das ideias e como isso se deu.

Por fim, concluo esse trabalho com minhas considerações finais e os resultados alcançados.

## 2. UMA HISTÓRIA DOS CATÁLOGOS

Ao longo deste capítulo, discutirei as origens dos catálogos e sua história. Contudo, antes de entendermos seu desenvolvimento, é importante entendermos sua função. Afinal, para que serve um catálogo e a catalogação? Para essa conceitualização utilizarei como base o livro *Seymour Lubetzky: writings on the classical art of cataloging*, organizado por Svenonius e McGarry, em 2001, que contém diversos textos de Lubetzky sobre o tema.

Para o autor, os objetivos de um catálogo são, basicamente, os seguintes: (i) mostrar se uma biblioteca tem ou não um item ou publicação em particular, de um certo autor ou de um certo título; e (ii) identificar o autor ou obra representados por um item ou publicação. A partir dessa identificação é possível também relacionar os vários trabalhos de um mesmo autor e as diversas edições e traduções de uma mesma obra (LUBETZKY, 2001, p. 17).

Sobre o catálogo, Lubetzky (2001, p. 210) explica que ele é um instrumento baseado em um sistema com regras, que é essencial para representar os serviços de uma biblioteca. Sobre os objetivos do catálogo, Lubetzky (2001, p. 210) elenca que são, primeiro, facilitar a localização de uma publicação ou edição em particular de uma obra que está na biblioteca. Em segundo lugar, relacionar e organizar juntamente as edições que a biblioteca possui de uma dada obra e todas as obras de um dado autor. Assim, ele afirma que esses objetivos são complementares em suas funções e essenciais para o funcionamento efetivo de um catálogo. Para o autor, o desenvolvimento da coleção de uma biblioteca está intimamente ligado ao seu catálogo e a quanto esse catálogo é efetivo, pois é através dele que, por exemplo, o processo de aquisição pode ser mais fácil ou mais difícil. Um catálogo ineficiente ou desatualizado pode colaborar para uma grande perda de tempo para a localização de obras no acervo e para compras em duplicata (LUBETZKY, 2001, p. 211).

Lubetzky (2001, p. 41) explica que o processo de catalogação envolve três atividades distintas: a primeira é a identificação do autor da obra e estabelecimento de qual é a entrada principal. Essa atividade é essencialmente de identificação da obra. A segunda, que é referente ao catálogo descritivo, é descrever e identificar o livro em questão. Essa atividade é de observação e apresentação. A terceira é de análise do assunto

da obra e organização do cabeçalho de assuntos. Essa atividade é referente à análise e organização do livro.

Para o autor, a catalogação descritiva, que é responsável pela descrição e identificação de um livro ou conjunto de obras, tem os objetivos de descrever o conteúdo e a composição do livro, a fim de auxiliar o leitor na seleção de uma obra buscada (LUBETZKY, 2001, p. 41). Segundo ele, é também objetivo dessa catalogação identificar uma edição ou volume específicos, ou até mesmo uma cópia de um livro que possa vir a ser procurado (LUBETZKY, 2001, p. 41). Sobre os catálogos descritivos, ele ainda afirma que seus objetivos são especialmente descrever o título do livro, a edição, o volume, sua situação física e as relações bibliográficas da obra (LUBETZKY, 2001, p.41). Essa catalogação é então mais complexa e aprofundada, ela é centrada nas particularidades de um livro e como ele se diferencia dos demais nas questões de composição, não apenas em edição, por exemplo.

Dessa forma, é possível dizer que a catalogação é uma atividade essencial e os catálogos são centrais em uma biblioteca. Os objetivos principais, que se repetem diversas vezes nas ideias de Lubetzky, são os de identificar e localizar uma obra. Eles se complementam com as demais ideias de aproximar obras de um mesmo autor, de juntar edições e de descrever obras. Mas o principal é identificar e localizar. Dessa forma, os catálogos são uma espécie de guia para os recursos que uma biblioteca oferece e, muito além do que uma simples lista de busca, o catálogo apresenta ao leitor um panorama fiel de uma biblioteca e o ensina a explorá-la da melhor maneira possível, sem deixar nenhuma informação indisponível.

## **2.1 Os catálogos na antiguidade**

Os catálogos não nos passam a impressão de existirem desde a antiguidade, principalmente porque, como afirma Norris (1939, p. 1), nossos livros base praticamente não comentam sobre isso. Na realidade, no entanto, eles existem há tanto tempo quanto as próprias bibliotecas. Obviamente, os catálogos não existiam no formato que conhecemos hoje, mas em formatos mais rudimentares, como listas, compilados e inventários que organizavam, ou simplesmente registravam, os títulos que determinada biblioteca possuísse. Barbosa (1978, p. 23) comenta que a história da catalogação é obscura e que só há algum interesse em normalização após o século XVI. Ela ainda afirma que

Até essa época, as regras existentes não tinham a finalidade de se constituírem em um código, e tampouco foram determinadas por bibliotecários; mas sim por livreiros e bibliógrafos, interessados, apenas, na compilação de seus catálogos e bibliografias (BARBOSA, 1978, p. 23).

Os primeiros registros remontam a 2000 a.C., e são listas de obras gravadas em tábuas sumérias. Essas listas guardam registros de 62 títulos, sendo 24 conhecidas obras literárias (STROUT, 1956, p. 255). O propósito dessas listas ou o modo como foram feitas nos é desconhecido, mas através delas vemos claramente que já havia um esforço para organizar o conhecimento.

Após as tábuas sumérias, temos registros que vêm de 1400 a.C., também em tábuas de barro, mas dessa vez provenientes de Amarna, encontradas no Egito e escritas em língua Babilônica (STROUT, 1956, p. 255). As tábuas continham pequenas plaquetas com os nomes do rei e rainha junto de suas obras. Podemos considerar essas plaquetas como as primeiras etiquetas de identificação de propriedade.

Já por volta de 700 a.C., temos um maior desenvolvimento e florescimento de bibliotecas. Entre elas está a de Nineveh, uma das maiores bibliotecas da antiguidade. A Biblioteca pertencia aos arquivos do Rei Assurbanípal e acredita-se que tinha seu acervo organizado em tábuas e *colophons*, etiquetas que continham descrições sobre as obras (e, na maioria das vezes, a primeira linha da obra era transcrita na etiqueta) (STROUT, 1956, p. 255).

A história dos catálogos na antiguidade pré-grega é um tanto obscura. Poucos vestígios foram encontrados, os quais ainda são de difícil interpretação. É complicado explicar com quais objetivos essas listas e compilações foram criadas, mas o mais provável é a intenção de ordenação dos documentos, mesmo que não objetivamente como catálogos, mas certamente como predecessores.

Alguns séculos adiante, perto de 250 a.C., há um dos registros mais conhecidos da história dos catálogos: os pinakes de Callimachus. Callimachus foi um erudito de Alexandria, outra das maiores bibliotecas da antiguidade (assim como Pergamum), e foi responsável por compilar uma lista de obras de literatura grega (STROUT, 1956, p. 256). Essa lista não sobreviveu ao tempo, mas através de outras obras que a citavam temos

conhecimento de que existiu. Os pinakes eram um tipo de etiqueta que continham informações das obras. As informações registradas eram a quantidade de linhas que cada rolo de papiro continha, suas primeiras palavras e seu autor (STROUT, 1956, p. 256). É necessário ressaltar que informações como o título não eram registradas naquela época. Norris (1939, p. 4) comenta que Callimachus também organizou esse acervo por assunto dentro de classes: primeiro um grande grupo de 8 classes, e depois subdivisões que chegaram a 120 subclasses.

Sobre os catálogos da antiguidade, Garrido Arilla (1996, p. 2) conclui que:

- A diferença entre arquivo e biblioteca não é clara: as bibliotecas tinham, exclusivamente, o caráter de depósito e conservação dos fundos.
- A diferença entre catálogo e estoque não está clara: o objetivo primário dos catálogos é o mero controle das coleções.
- Na ausência de códigos ou instruções para a produção de catálogos, os critérios pessoais de cada catalogador foram os impostos nas obras.
- Na parte descritiva desses catálogos, os aspectos formais do documento foram misturados com o que hoje chamaríamos de "conteúdo intelectual" do mesmo. Ou seja, a catalogação foi misturada com a classificação. É por isso que existem autores que chamam os catálogos desta época, classificadores de catálogos (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 2, tradução nossa).

O conhecimento na antiguidade era dividido de uma forma enciclopédica (STROUT, 1956, p. 257). Ou seja, eram utilizados preferencialmente os grandes campos do saber, criando uma divisão simplificada por assuntos, sem especificidade. O maior objetivo naquele momento era reunir e organizar os trabalhos das gerações passadas para que não se perdessem. Isso era feito sem muita sofisticação ou regras, por isso a preferência por campos do conhecimento, pois eles eram já conhecidos e de fácil aplicação, sem a necessidade de criar algo novo. O assunto, que hoje associamos a organizações como a Classificação Decimal de Dewey, era basicamente uma divisão

entre esses campos, que naquela época era muito mais básica do que a utilizada hoje (o que está intimamente ligado à extensão do conhecimento durante os séculos).

## 2.2 Os catálogos na Idade Média

Os primeiros séculos do início da Era Cristã nos dizem pouco sobre a história dos catálogos. Norris (1939, p. 7) destaca o trabalho de Gregório, o Grande, na igreja de São Clemente, em Roma, trabalho esse que se constitui em uma espécie de catálogo esculpido em mármore nas paredes da Igreja em formato de uma oração, que lista quais livros se encontram ali. Outro predecessor dos catálogos que Norris (1939, p. 7) menciona foi feito por Alcuíno de York. Ele organizou os livros da Biblioteca de York, na Inglaterra, em formato de poesia, listando os títulos em seus versos e comentando os autores de cada obra.

Apesar desses predecessores criativos dos catálogos, o início da Idade Média não foi um período de grande desenvolvimento em relação à organização do conhecimento. As bibliotecas eram quase exclusividade de mosteiros e mesmo nestes eram muito resguardadas (vide *O nome da Rosa*<sup>17</sup>). Dessa forma, o acesso era restrito e pouca atenção era dada para a organização desses acervos.

Strout (1956, p. 259) menciona duas bibliotecas com catálogos notáveis: a primeira, a Biblioteca de Reichenau, na Alemanha, que organizou diversos catálogos entre 822 e 842. Todos eles registravam uma lista dos volumes possuídos e em cada volume o número de obras que ali estavam compiladas. Essas obras eram classificadas em grandes grupos como ‘trabalhos de Santo Agostinho’ ou ‘dicionários’, por exemplo. Alguns desses catálogos ainda abrangiam listas de doações e de livros valiosos.

A segunda é a Biblioteca de St. Requier, uma casa Beneditina, com um catálogo compilado em 831 (STROUT, 1956, 259). Os Beneditinos tinham como princípio o incentivo ao estudo. Eles colocaram como regra geral da ordem que cada monastério deveria possuir duas bibliotecas: uma para ser emprestada aos monges e outra para ser guardada como uma espécie de acervo de referência (NORRIS, 1939, p. 11). O catálogo de St. Requier usava o nome de autor como entrada principal, mas sem nenhuma

---

<sup>17</sup> Uma das obras mais famosas de Umberto Eco, publicada em 1980, tem em seu enredo a história de uma biblioteca monástica de acesso totalmente restrito ao bibliotecário, que permitia ou proibia o acesso aos livros. O acervo continha também obras que, por ordem do bibliotecário, eram de acesso totalmente proibido.

ordenação específica entre as entradas, o que dá a entender que esse catálogo pode ter sido um mero inventário das obras que entravam para o acervo.

É essencial levarmos em consideração também que essas bibliotecas tinham um acervo pequeno, geralmente de cerca de 300 volumes, facilitando a elaboração de registros que provavelmente eram mais inventários do que catálogos propriamente ditos. Por volta do século X temos um considerável aumento no tamanho das bibliotecas. Strout (1956, p. 259) afirma que bibliotecas como de Bobbio, na Itália, tinha registro de cerca de 700 volumes e a biblioteca de Lorsch na Alemanha, de cerca de 600. Mas mesmo essas bibliotecas, já com certo grau de desenvolvimento, não avançaram na elaboração de catálogos e no século X ainda eram utilizados os mesmos tipos de combinação entre listas, catálogos e inventários que acabamos de discutir.

A partir do século XI as bibliotecas monásticas começam a se desenvolver e a criar métodos para organizar suas obras. Os Beneditinos foram pioneiros em investir em suas bibliotecas e, conseqüentemente, em sua organização. Norris (1939, p. 15) comenta sobre o Mosteiro de Durham onde diversos catálogos foram elaborados entre 1162 e 1416 com algumas especificações de assuntos e um início de entradas por autor. Mas mesmo com a iniciativa beneditina, a organização das bibliotecas caminhava devagar e ainda haviam acervos descritos, como nota Strout (1956, p. 260) sobre a Biblioteca de Glastonbury, que identificava seus livros com descrições como 'inútil', 'velho', 'bom' ou 'legível'. Esse tipo de descrição é útil até certo ponto, mas não auxilia na recuperação das obras ou mesmo em sua organização física, tendo em vista que um acervo pode ser todo composto de livros 'velhos' e 'bons'.

Temos os primeiros catálogos realmente dignos de nota a partir do século XIV. Strout (1956, p. 260) afirma que um verdadeiro marco é um projeto de origem desconhecida que consistia na compilação uma lista com todas as bibliotecas monásticas da Inglaterra chamado *Registrum librorum Angliae*. Essa lista ainda dava um código numérico para cada biblioteca para fins de registro. Infelizmente o código nunca foi finalizado, mas Norris (1939, p. 31) afirma que catálogos de 183 mostérios foram listados nessa compilação. A autora acredita que esse trabalho tenha sido realizado pelos franciscanos e ainda considera esse o primeiro trabalho de cooperação catalográfica.

O próximo catálogo que ambas as autoras comentam como digno de nota é o catálogo do priorado de St. Martin, de 1389. Na opinião de Strout (1956, p. 261), essa lista é a primeira que pode ser considerada um catálogo de fato. Ele é dividido em três seções: a primeira é uma lista ordenada por números de chamada (que representam números de um tipo de localização fixa); as entradas dessa seção incluem um pequeno título, o número da página em que o número de chamada está registrado, as primeiras letras do texto que estão nessa página, o número de páginas do livro e quantas obras estão compiladas ali. Na segunda seção, que também é organizada pelos números de chamada, estão os conteúdos de cada volume com suas respectivas páginas e as palavras de abertura de cada obra. E a terceira e última parte é o maior marco desse trabalho: é um catálogo de entradas analíticas<sup>18</sup> e uma lista alfabética que misturava entradas por autor e por título.

O século XV trouxe poucas inovações. A principal prática que se estabeleceu na catalogação da época foi o uso de referências cruzadas (vínculos semânticos que se estabelecem entre duas informações ou documentos, por exemplo o ‘ver também’), e um princípio de enumeração de estantes, possibilitando a localização fixa de obras. Vemos, portanto, que a Idade Média foi um período de pouca evolução nos catálogos, o que também está ligado ao pouco desenvolvimento das próprias bibliotecas. Os acervos eram modestos, não passando de mil volumes (STROUT, 1956, p. 261), o que dispensava uma preocupação urgente com sua organização, como já mencionado.

### **2.3 Os catálogos na Idade Moderna**

A partir do século XVI começamos a notar algumas iniciativas e práticas que iniciam uma nova era para a catalogação. Um nome de destaque nessa época é Conrad Gesner. Ele é responsável pela publicação de uma bibliografia em 1545 e um índice de assuntos em 1548 (STROUT, 1956, p. 263). Ele ainda seguia o costume de sua época de utilizar o primeiro nome do autor como registro, mas reconheceu os problemas da prática e até escreveu um prefácio para sua bibliografia com um índice de autores com o formato *sobrenome, nome*.

---

<sup>18</sup> Segundo Faria e Pericão a entrada analítica é a entrada num catálogo para parte de um livro, publicação periódica ou outra, artigo ou contribuição de autoria separada numa coleção. [...] A entrada inclui uma referência ao trabalho que a contém e é suplementar à entrada principal de todo trabalho (FARIA E PERICÃO, 2008, p. 292).

Sua ordenação dividia os livros em grupos de obras grandes e pequenas, e em cada grupo os livros recebiam números de chamada ligados a uma localização fixa (NORRIS, 1939, p. 131). Mas a grande inovação foi no uso de Gesner da referência cruzada. Pela primeira vez a lista principal continha os nomes em sua forma original e em outras formas junto da informação como ‘Thobias: vide Tobias’, por exemplo (STROUT, 1956, p. 263). Gesner também incluiu em sua bibliografia instruções para o arranjo de bibliotecas e sugeriu que as mesmas copiassem seu sistema e colocassem seus próprios números de chamada ao lado das entradas que representavam seus acervos (STROUT, 1956, p. 263). Essa prática daria então, à biblioteca tanto um catálogo de autor, quanto um catálogo de assuntos.

Em 1595, um inglês vendedor de livros, Andrew Maunsell, elaborou um catálogo de livros ingleses impressos e no prefácio apresentou suas regras para entrada de registros (STROUT, 1956, p. 263). Suas inovações foram no uso de sobrenomes no lugar dos primeiros nomes, registro de obras anônimas (registro pelo título), entradas para tradutores, para imprensa, datas e número de volumes. Esses avanços começaram a especificar cada vez mais cada obra e a individualizá-la, o que é bem diferente do que vimos até então e iniciam uma nova era da catalogação.

Nos séculos XVI e XVII temos também fatores externos, mas intimamente ligados ao universo dos livros, que influenciaram muito essa evolução no tratamento da informação. Antes, no século XV, 1455, Gutenberg revolucionou o mundo escrito com sua Bíblia impressa, e a partir daí as inovações e evoluções caminharam mais rapidamente. A popularização da imprensa auxiliou a revolução científica com a facilitação da produção em maior escala e distribuição e um grande impacto no crescimento de acervos de bibliotecas. Os monastérios ficaram para trás, com grande parte sendo destruída na região da Inglaterra pela expansão da igreja anglicana, dando espaço para o crescimento das bibliotecas públicas e universitárias, bibliotecas essas que estavam mais próximas da movimentação científica e com mais condições para o crescimento de acervos.

No início do século XVII, um destaque é Sir Thomas Bodley. Ele era um diplomata inglês que, após a aposentadoria, se ofereceu para reconstruir a biblioteca da Universidade de Oxford que havia sido destruída anos antes (STROUT, 1956, p. 265). A proposta foi aceita e Bodley, procurando alguém especializado, indicou um bibliotecário chamado

Thomas James para auxiliar no projeto. Apesar da indicação, o próprio Bodley supervisionou e deu ordens sobre todo o processo de organização de catalogação da biblioteca (STROUT, 1956, p. 265). Ele se baseou em seu próprio uso de catálogos e bibliotecas para estabelecer uma organização com catálogo classificado e com um índice alfabético de autores, organizado pelos sobrenomes, ao contrário do que seu bibliotecário sugeria e preferia. Bodley não aceitou a sugestão do bibliotecário de um catálogo apenas alfabético, insistindo em suas ideias e incluindo ainda entradas analíticas (STROUT, 1956, p. 265).

Ainda no século XVII, vemos um dos grandes nomes da Biblioteconomia surgir na França. Strout (1956, p. 265) comenta que Gabriel Naudé inicia a ideia dos catálogos como listas de buscas e recomenda que as compilações sejam feitas em catálogos divididos entre índices de autores e de assuntos. Ainda na França, mas já no final do século, Frederic Rostgaard publica seu discurso sobre um novo método para catalogação (STROUT, 1956, p. 266). Suas ideias incluíam uma catalogação por assuntos, de acordo com o que havia na biblioteca, mas também levava em consideração a ordem cronológica e o tamanho dos livros para a ordenação física. Dessa forma, todas as obras com o mesmo assunto e edição seriam encontradas facilmente (NORRIS, 1939, p. 195). Rostgaard também criou diretrizes para um índice alfabético de assuntos e de autores, para ser anexado ao fim do catálogo e com as entradas de autores já organizadas pelo sobrenome (STROUT, 1956, p. 266). Ele também estabeleceu regras para que obras, mesmo que publicadas em conjunto, tivessem entradas separadas, para preservar o formato dos títulos como eles estavam registrados na folha de rosto e para que, se as regras não fizessem sentido para alguma obra, houvesse espaço para o bibliotecário agir de outra forma.

Garrido Arilla (1996, p. 6) explica que também no século XVII vários acervos de bibliotecas monásticas deram origem às bibliotecas nacionais, como aconteceu na Espanha, em 1857. A autora ainda afirma que, com o surgimento da imprensa, os livros cresceram em número, assim como seus repositórios, e que ‘os bibliotecários, que eram e são os mediadores entre o público e os documentos, não podiam mais apenas lembrar os títulos e autores de tudo ali depositado. Era preciso aperfeiçoar os catálogos que existiam desde a antiguidade’ (GARRIDO ARILLA, 1996, p. 6, tradução nossa)

Durante o século XVII, os catálogos eram por vezes alfabéticos, por vezes de assuntos, e os índices eram considerados úteis, mas não obrigatórios. Houve uma

movimentação crescente para que a entrada de autores fosse estabelecida no formato *sobrenome, nome*, mas ainda não era um padrão. As referências cruzadas se tornaram mais comuns, o uso de entradas analíticas cresceu e a utilização da página de rosto começou a ser feita. Foi um século de muitas mudanças e de um crescimento visível para a catalogação.

O século XVIII não trouxe grandes variações do que já havia sido apresentado no século passado, mas acentuou a importância dos catálogos e consolidou a visão destes como listas de buscas, e não apenas inventários. Os catálogos já eram vistos como ferramentas informacionais importantes para a localização de bibliografias. Isto se deu principalmente porque, durante o século XVIII, a pesquisa científica começou a crescer e a se especializar, houve uma sistematização da ciência e a academia ganhou espaço, aumentando também o tamanho das bibliotecas como consequência (STROUT, 1956, p. 267).

Um importante marco do século para a catalogação foi a Revolução Francesa. Em 1791, o governo francês deu instruções para que as bibliotecas catalogassem suas coleções, dando origem a um princípio de código nacional (STROUT, 1956, p. 267). Foi também a primeira vez em que foram utilizados cartões para catalogação, mas segundo Strout (1956, p. 267), por conta dos tempos de guerra, o método escolhido não foi idealizado por ser o tecnicamente melhor, mas sim por ser conveniente com o que havia à mão no momento. O material usado eram cartas de baralho que, durante o período de guerra, ficaram esquecidas e eram abundantes na época. Assim, foi sugerido que as bibliotecas aproveitassem as cartas para catalogarem seus acervos, com instruções para deixarem cartas como os ases para as obras maiores, por terem mais espaço para o registro (STROUT, 1956, p. 267).

Strout (1956, p. 267) comenta que essa catalogação não foi muito sofisticada. Os títulos eram transcritos na carta, junto do sobrenome e nome do autor e completados por algumas palavras-chave. Havia também informações sobre o número de volumes, tamanho da obra, comentários sobre ilustrações, o material que o livro era feito e sua condição. Mesmo com um passo a passo relativamente simples, muito dessa catalogação permanece em uso até hoje e esse foi um grande marco para a catalogação moderna.

Percebe-se que até o século XIII aqui algumas regras foram estabelecidas e se tornaram um padrão na catalogação, mas ainda não havia consenso sobre como organizar os mais variados acervos. Cada biblioteca se apropriava das regras que mais faziam sentido ao seu acervo sem se preocupar muito em estabelecer novos meios de organização ou aprimorar os antigos. Já havia o pensamento de que o catálogo era importante, mas ainda não havia a movimentação para torná-lo uma ferramenta essencial para a biblioteca, pensando tanto no bibliotecário quanto no leitor. Ortega (2004, p. 3) completa que, apesar desses avanços, quase nenhuma biblioteca nessa época estava completamente catalogada.

## **2.4 Os catálogos no século XIX**

A partir do século XIX grandes mudanças acontecem para a catalogação. Segundo Mey (1995, p. 4), o século caracteriza-se por fatos notáveis e que repercutiram em nossa prática moderna. O principal deles é tema desta tese: o Catálogo de Panizzi. Ele será tratado especificamente nos próximos capítulos, então, por hora, será apenas mencionado aqui.

O catálogo foi criado entre 1841 e 1844, por Antonio Panizzi, com o objetivo de organizar a British Library, que até então, não possuía um catálogo eficiente e que abrangesse todas as suas obras. O catálogo foi revolucionário, pois foi elaborado com base em 91 regras de catalogação, fato inédito até então. As regras traziam inovações no formato de registro de obras e davam diretrizes para entrada principal, padronização de nomes de autores, títulos de nobreza, personagens religiosos, obras anônimas, obras raras, periódicos, coleções e até mesmo quanto ao formato físico dos livros.

Esse nível de especificidade era desconhecido até então, principalmente levando em consideração que foram desenvolvidas 91 regras. Elas foram um marco e uma base para todos os outros códigos que vieram depois. Barbosa (1978, p. 27) destaca entre suas principais características:

- a) a valorização da página-de-rostro;
- b) a introdução do conceito de autoria coletiva, embora de maneira vaga e imprecisa;
- c) a escolha do cabeçalho de entrada de um autor, de acordo com a forma encontrada na página de rosto, acatando, sempre, a vontade do autor. Este cabeçalho era determinado:

- a) pelo prenome, quando preferido, seguido pelo sobrenome;
- b) pelo título, no caso de obras anônimas, seguido pelo nome do autor quando identificado;
- c) pelo pseudônimo, mesmo quando o nome verdadeiro fosse descoberto;
- d) pelo sobrenome de família, para autores pertencentes à nobreza. (BARBOSA, 1978, p. 27)

Essas são as principais características que tornaram o catálogo famoso. Após sua publicação, as regras começaram a chamar a atenção de outros bibliotecários, principalmente nos Estados Unidos, que começaram a utilizá-la como base de estudos. Um deles foi Charles C. Jewett, que, em 1850, criou um catálogo para o Instituto Smithsonian (MEY, 1995, p. 4). Em seu prefácio ele mencionou Panizzi e reconheceu-o como fonte de estudo e inspiração para a elaboração de seu catálogo, apesar de discordar de algumas das 91 regras, principalmente no que se dizia respeito à indicação de responsabilidade das obras e identificação de obras anônimas (MEY, 1995, p. 4).

Um pouco adiante, em 1876, dois nomes se destacam: Melvil Dewey e Charles Cutter. Dewey organizou algumas regras simplificadas de catalogação, mas seu nome é lembrado principalmente pela Classificação Decimal que recebeu seu nome (MEY, 1995, p. 5). Já Charles Ami Cutter, nesse mesmo ano, publicou as *Rules for a dictionary catalogue*. Suas regras também se tornaram um marco na Biblioteconomia, principalmente por sua leitura simples, mas de elaboração muito completa, com diretrizes para catalogação de assuntos, de materiais especiais e para a organização de catálogos auxiliares (MEY, 1995, p. 5).

Cutter também é famoso por sua Tabela Cutter, que consiste em uma tabela para a organização de sobrenome de autores através da representação das iniciais de cada sobrenome combinadas com um código numérico. Essa tabela é amplamente utilizada até hoje. Para Mey (1995, p. 5), Cutter determinou os objetivos do catálogo e sua obra é ‘exemplo de catalogação prática adequada ao usuário’.

Já no final do século, em 1895, os belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine criaram o Institut International de Bibliographie (IIB), com o objetivo de levantar os registros de todas as obras publicadas até então no mundo todo (MEY, 1995, p. 5). Junto desse

trabalho, que chegou a 16 milhões de registros, eles criaram uma nova classificação, baseada em Dewey, mas mais especializada, a Classificação Decimal Universal.

A classificação visava um meio de intercâmbio de informações que superasse as barreiras linguísticas, pois tanto Otlet quanto La Fontaine acreditavam que uma bibliografia universal era a base para a paz. (MEY, 1995, p. 5) Os projetos da organização da bibliografia foram interrompidos pela Primeira Guerra Mundial e por conta de problemas financeiros foram finalizados totalmente em torno de 1920 (MEY, 1995, p. 5).

E, por fim, em 1899, foram organizadas as Instruções Prussianas, um código elaborado por um grupo de pensadores pesquisadores, que foi muito utilizado na região da Alemanha (MEY, 1995, p. 5).

É notável que houve um salto evolutivo entre os séculos XVII e XVIII e o século XIX. De poucas ou nenhuma regra, passamos a códigos, instruções, compilações e classificações para auxiliar na organização da informação. O século XIX foi uma era de ouro para a catalogação e nunca até então o tema havia estado tão em pauta. Com a iniciativa e revolução criada por Antonio Panizzi no começo do século, se deu início a uma grande movimentação em prol da valorização dos catálogos e de sua importância.

## **2.5 Os catálogos no século XX**

No início do século XX os catálogos já estavam amplamente difundidos e havia códigos nacionais de catalogação espalhados pelo mundo todo. Uma das grandes inovações ocorreu no começo do século, em 1901. A Library of Congress, nos Estados Unidos, começou a imprimir e comercializar suas fichas catalográficas (MEY, 1995, p. 5). Assim, as bibliotecas poderiam adquiri-las e, no lugar de fazer sua própria catalogação, era somente necessário acrescentar os cabeçalhos, que também vinham indicados (MEY, 1995 p. 5).

Essa prática acabou resultando em uma padronização, pois era mais simples (e mais rápido) comprar as fichas prontas e todas as fichas eram exatamente iguais. Junto dessa movimentação de venda de fichas da Library of Congress, a American Library Association (ALA) formou uma comissão para estudar as regras que haviam sido adotadas pela biblioteca no feitiço das fichas (MEY, 1995, p. 6). Em associação com a Library Association inglesa e utilizando as regras de Panizzi, Jewett, Cutter e da Library

of Congress, a ALA publicou, em 1908, o *Cataloging Rules – author and title entries*, seu código de catalogação (MEY, 1995, p. 6).

Alguns anos depois, em 1920, foi editado o Código da Vaticana, criado por um grupo de pesquisadores norte-americanos, para a Biblioteca Apostólica Vaticana (MEY, 1995, p. 6). O código foi muito estudado e aplicado no Brasil, principalmente por ter uma edição em espanhol, facilitando sua difusão. Ainda no começo do século vemos um grande nome surgir: S.R. Ranganathan, um matemático indiano que, interessando-se pela Biblioteconomia, foi para Londres estudar e, em 1931, publicou o trabalho pelo qual ficaria famoso e marcaria a história da área: as Cinco Leis da Biblioteconomia (CHANDEL E PRASAD, 2013, p. 316). Para Ranganathan, um catálogo deveria ser desenvolvido para assegurar a cada leitor seu livro, para poupar o tempo do leitor e do bibliotecário e permitir que o leitor encontrasse um livro pelo autor, título ou assunto (CHANDEL E PRASAD, 2013, p. 316).

Os anos 1960 foram marcados principalmente pela Conferência de Paris, que reuniu representantes de 53 países e de 12 organizações em 1961 (MEY, 1995, p. 7). O evento foi o resultado de um grupo de trabalho que ficou encarregado de coordenar estudos de regras de catalogação em contexto internacional (ORTEGA, 2009, p. 99). Esses estudos estrearam os debates internacionais sobre catalogação e deram origem a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação (ORTEGA, 2009, p. 99). Os anos 1960 também foram marcados pelo início do uso de recursos informacionais com a introdução do *Machine Readable Cataloging* (MARC), um padrão para entrada de informações bibliográficas em um computador (MEY, 1995, p. 7). Ainda nessa década, em 1967, houve outro grande marco: a criação da *Anglo American Cataloging Rules* (AACR). A AACR foi um trabalho conjunto entre as Library Associations dos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá. As regras tinham grande proximidade com as 91 regras de Panizzi e foram feitas em duas versões, uma americana e uma inglesa (MEY, 1995, p. 7).

Na década seguinte, a Organização das Nações Unidas (UNESCO), com a ideia de disseminar conhecimento através da cooperação internacional criou, junto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), o programa de Controle Bibliográfico Universal (MEY, 1995, p. 8). O programa se constituía na criação de um novo padrão, o *International Standard Bibliographic Description*, mais conhecido como ISBD, que padronizava as informações de descrição bibliográfica.

No final dos anos 70, em 1978, há a revisão da AACR e a publicação de sua segunda edição, a AACR2. A maior modificação foi adequar as regras às novas demandas de usuários em um ambiente cada vez mais tecnológico (CHANDEL E PRASAD, 2013). Nos anos 90 a IFLA desenvolveu o *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), que difere de tudo publicado até então. Não é um conjunto de regras ou um código, mas sim um modelo conceitual (para auxiliar na elaboração de regras). O FRBR se baseia em um conceito de relação de entidades e suas seus relacionamentos (CHANDEL E PRASAD, 2013, p. 317).

Por fim é impossível discutir a catalogação do século XX sem mencionar Seymour Lubetzky. Ele, que viveu e trabalhou durante todo o século XX (seu último artigo publicado foi aos 100 anos, tendo falecido aos 104), foi o grande responsável pela simplificação da catalogação e pela retomada de discussões propostas no século XIX, principalmente por Panizzi (DENTON, 2007, p. 45). Lubetzky foi um grande estudioso da história da catalogação e se baseou principalmente em Panizzi, Jewett e Cutter para escrever *Cataloging Rules and Principles*, em 1953 (DENTON, 2007 p. 46). Seu trabalho está reunido no já mencionado *Seymour Lubetzky: writings on the classical art of cataloging*, utilizado no início deste capítulo.

A catalogação evoluiu no século XX no sentido de facilitação, tanto para o leitor, quanto para o profissional. Ela passou a ser uma atividade em constante avaliação e reformulação pelos bibliotecários e essencial dentro da biblioteca. É notável também o início dos códigos e regras elaborados por grandes instituições e associações, no lugar de bibliotecários trabalhando individualmente, como foi comum no século XIX. A ideia de padronização e cooperação começa a ganhar espaço e importância para as instituições.

## **2.6 Os catálogos no século XXI**

A principal inovação presente no século XXI é o substituto da AACR2. O *Resource Description and Access* (RDA) é um novo padrão de catalogação, lançado em 2010 pela ALA, para diversos recursos informacionais e que abrange a ideia de relacionamento proposta pela FRBR. A diferença que vemos para a catalogação no novo século é que ela já inclui ferramentas com base na criação de metadados<sup>19</sup> e que o desenvolvimento dos

---

<sup>19</sup> São pontos de referência, uma ficha, por exemplo, é um metadado.

códigos e regras já é todo voltado para acompanhar e prever as novas tecnologias. É um trabalho voltado cada vez mais para o compartilhamento de dados.

A evolução é notável e rápida nos últimos dois séculos. Percebemos que, à medida em que a catalogação vai ganhando espaço e importância, as discussões passam a girar em torno da padronização da informação, que vêm crescendo desde o século passado. Os códigos foram se adaptando as novas tecnologias e ferramentas, mas mesmo assim, em sua essência, ainda estão presentes as ideias pioneiras de Antonio Panizzi e suas 91 regras.

### 3. ANTONIO PANIZZI E A BRITISH LIBRARY

#### 3.1 A vida na Itália

Antonio Genesio Maria Panizzi, nome de nascença de Antonio Panizzi, nasceu em 1797, na pequena cidade de Brescello, na Itália (MILLER, 1988, p. 16). Era filho de um químico e farmacêutico chamado Luigi Panizzi e de Caterina Gruppi (COWTAN, 1873, p. 13). A família era simples e toda proveniente de Brescello, uma pequena cidade no ducado de Modena.

A Itália passava por um período delicado nessa época: estava dividida e sob domínio austríaco, espanhol e francês e com fortes movimentações de grupos revolucionários, como os *Carbonari* (MILLER, 1988, p. 25). Panizzi nasceu e cresceu com esse cenário ao seu redor. Destacou-se com um bom desempenho durante o ensino básico e ganhou a proteção de um de seus professores, que o auxiliou na sua educação futura. O jovem, que tinha avós advogados de ambos os lados familiares, foi influenciado em sua escolha e decidiu seguir a mesma carreira (MILLER, 1988, 20).

Panizzi ingressou na faculdade de direito, em Parma em 1814, e se formou em 1818 (FAGAN, 1880, p. 23). Durante seus anos de graduação, ele se tornou amigo de Angelo Pezzana, bibliotecário da Biblioteca Parmense (MILLER, 1988, p. 25). O bibliotecário foi uma grande influência na formação do jovem e o introduziu no universo dos livros, das obras raras, das edições com impressões delicadas e o encantou com uma biblioteca bem organizada, ensinando-o do que realmente se tratava a Biblioteconomia (MILLER, 1988, p. 25).

Nessa mesma época, Panizzi se aproximou de grupos políticos e liberais que defendiam a unificação italiana e sua independência. Durante sua graduação, ele se tornou membro, senão dos próprios *Carbonari*, de alguma associação próxima, com a qual, com o passar dos anos, ele iria se envolver cada vez mais, conhecendo outros grupos e criando uma rede de amizades (MILLER, 1988, p. 25).

Após sua graduação, Panizzi retornou a Brescello para viver uma vida dupla: ele era, ao mesmo tempo, um funcionário público do ducado de Modena e membro da *Sublimi Maestri Perfetti*, um grupo extremista conhecido por ser mais radical que os próprios *Carbonari* (MILLER, 1988, 29). Ele foi iniciado até os mais elevados graus da sociedade e passou a correr risco por suas conexões. Diversos amigos seus haviam sido

presos e parecia uma questão de tempo para que sua vida dupla fosse descoberta (MILLER, 1988, p. 29).

Em meados de 1822, a situação dos grupos liberais começou a ficar cada vez mais difícil. Os governos iniciaram uma perseguição aos supostos membros de grupos radicais e, com o aumento das prisões, aumentaram também o número de membros confessos. Panizzi, percebendo que a situação estava se agravando e sabendo que seu nome já havia sido mencionado em confissões, começou a fazer preparativos para fugir de Brescello (MILLER, 1988, p. 37). Providenciou passaporte e documentações necessárias e aguardou o melhor momento. Assustado com a situação em Modena e com as prisões e torturas a presos cada vez mais frequentes, ele decidiu deixar Brescello e tentou uma fuga para outra região da Itália (MILLER, 1988, p. 37). Ele logo percebeu que a decisão havia sido precoce e o colocava em uma situação ainda mais delicada e resolveu retornar ao ducado para esperar lá, da forma mais discreta possível, que os boatos sobre ele se dissipassem.

Contudo, os esforços foram em vão, e alguns meses após retornar, Panizzi recebeu ordem de prisão. Antes da ordem ser cumprida, Panizzi foi avisado por um amigo e protetor que seria preso e lhe enviou ordens para fugir (MILLER, 1988, p. 44). Sabendo do que aconteceria, ele se despediu do pai e, com a documentação já preparada, iniciou sua fuga. Ele cruzou as fronteiras italianas com alguma dificuldade, mas conseguiu chegar a Lugano, na Suíça. Ali permaneceu durante algum tempo, o suficiente para fazer alguns escritos com críticas acirradas contra a situação na Itália e, mais precisamente, a situação em Modena (MILLER, 1988, p. 47). Percebendo que não estava seguro ali, partiu para Genebra, que ainda estava muito próxima do domínio austríaco. Decidiu, por fim, ir para a Inglaterra, buscando um país forte que receberia exilados de braços abertos.

### **3.2 O recomeço na Inglaterra**

Panizzi chegou à Inglaterra em maio de 1823 (MILLER, 1988, p. 54). Suas impressões iniciais foram de que aquele era um país muito diferente da Itália, com suas cores cinza e céu sempre nublado (MILLER, 1988, p. 54). Sua primeira parada foi em Londres, vivendo em pensões simples e bastante pobres. Contudo, os italianos eram um dos povos mais bem recebidos na Inglaterra. Miller (1988, p. 55) explica que isso se dava, principalmente, pela ligação que acontecia em muitos casos com o estudo e o mundo da moda, que impressionavam os ingleses.

Os primeiros contatos de Panizzi na Inglaterra foram com Santorre Santa Rosa, também refugiado italiano, e com o poeta Ugo Foscolo, que imediatamente o aconselhou a partir para Liverpool, onde teria mais chances de reconstruir a vida (FAGAN, 1880, p. 43). Panizzi, percebendo que seu futuro seria difícil em Londres, principalmente pela quantidade de refugiados que chegava a cada dia na cidade, decidiu então partir para Liverpool levando consigo cartas de recomendação que Foscolo providenciou para ele (FAGAN, 1880, p. 44).

As cartas que Foscolo escreveu eram endereçadas a William Roscoe, um famoso estudioso de literatura italiana, que aceitou Panizzi como seu pupilo e o auxiliou a se estabelecer em Liverpool (MILLER, 1988, 58). Ele logo se tornou professor de italiano, apesar de não gostar de lecionar, e aos poucos foi melhorando seu inglês e frequentando os círculos sociais locais (MILLER, 1988, p. 59). Santa Rosa chegou a lhe escrever aconselhando-o a não retornar a Londres e construir sua vida ali em Liverpool (MILLER, 1988, p. 59).

Panizzi seguiu o conselho de Santa Rosa e permaneceu em Liverpool, construindo sua vida e carreira. Apesar de ainda estar em condições financeiras difíceis, ele seguiu com as aulas, especializando-se em literatura e arte renascentista e investindo em aulas para figuras da alta sociedade. Ele passou também a escrever artigos para jornais e revistas, até que em 1825 já dominava completamente o idioma inglês e era capaz de dar aulas e palestras sobre a literatura e arte italiana (MILLER, 1988, p. 59).

Alguns anos depois, em 1828, Panizzi recebeu um convite da London University para assumir a cadeira de professor de língua e literatura italiana. Era uma oportunidade de retornar a Londres, mas também seria o fim de seus dias tranquilos em Liverpool (COWTAN, 1873, p. 16). Panizzi hesitou em um primeiro momento, pois sua situação era muito confortável em Liverpool, mas por insistência da universidade e por concordarem com todos os seus termos, ele acabou aceitando (MILLER, 1988, p. 70).

A mudança não se mostrou o que Panizzi esperava. A universidade, que estava iniciando suas atividades, não conseguiu um número de alunos que era esperado e Panizzi não obteve turmas com mais de oito alunos, tendo seu salário diminuído (MILLER, 1988, p. 72). Foi um período de frustração e dificuldade para ele, que levava uma vida próspera até então em Liverpool. Ele se via, agora, brigando por um salário justo e que possibilitasse sua vida em Londres (MILLER, 1988, p. 72).

Apesar de sua grande decepção, sua vida estava novamente prestes a mudar. Um de seus amigos em Londres, Lorde Brougham, venceu uma eleição e se tornou chanceler, com grande poder e influência. Vendo a situação de seu amigo, ele se sentiu no dever de interceder (MILLER, 1988, p. 74). Lorde Brougham, que era também um dos três conselheiros do British Museum na época, soube de uma vaga que havia sido aberta para assistente bibliotecário e propôs o nome de Antonio Panizzi para ocupá-la. A sugestão foi aceita e, em 1831, o lorde escreveu ao seu amigo dizendo que ele havia sido nomeado para o cargo.

### **3.3 A British Library**

Nesse momento, é necessário fazermos uma breve pausa na história de Sir Antonio Panizzi para entendermos melhor a história da British Library. Após a entrada de Panizzi na biblioteca, as histórias irão se entrelaçar e tornar-se uma, então é oportuno sabermos como era e como estava a biblioteca até aquele período.

A British Library foi fundada junto ao British Museum, em 1753, sob o comando de uma bancada de conselheiros; seu acervo foi transformado em um dos departamentos do museu: o de livros impressos, mapas, globos e desenhos (RAWLINGS, 1916, p. 55). O museu, que se chamava Montagu House na época, tinha cerca de três quartos de seu espaço dedicado à acomodação dessas obras (HARRIS, 2006, p. 405). Das suas coleções originais, que formavam a base do acervo do museu (e que depois se tornaram biblioteca), duas eram de manuscritos e uma de livros impressos e diversos outros materiais (HARRIS, 2006, p. 405). O museu recebia pouca verba para aquisição de obras e a maioria de suas coleções era proveniente de doações. Uma delas, talvez a mais importante da British Library, é a Royal Library, doada pelo Rei George II em 1757, e mantida até hoje na biblioteca (HARRIS, 2006, p. 405).

Quando o museu foi aberto ao público em 1759, já com o nome de British Museum, a biblioteca contava com cerca de 17.500 obras e o museu com dezessete funcionários. Excluindo nove funcionários divididos entre guarda, limpeza e portaria, todos os outros eram nomeados bibliotecários (HARRIS, 2006, p. 406). A hierarquia apenas dividia o bibliotecário diretor, três sub-bibliotecários, que eram responsáveis por três departamentos, três assistentes bibliotecários e o bibliotecário responsável pela sala de leitura (HARRIS, 2006, p. 406). Os bibliotecários se dividiam para guiar o público em visitas pelas coleções do museu em um trabalho de meio período e, no restante das horas,

dedicavam-se à catalogação e organização dos materiais do museu (HARRIS, 2006, p. 406).

No início do funcionamento do museu, pouca atenção foi voltada à organização do acervo da biblioteca por ser a parte com menos procura por parte do público, até que, em 1771, um catálogo foi encomendado por ordem dos conselheiros do museu (HARRIS, 2006, p. 406). O trabalho contaria com o auxílio de funcionários temporários e o catálogo deveria ser publicado, em dois volumes *in folio*<sup>20</sup>, até 1787. Não seria um catálogo minucioso, mas providenciaria um auxílio melhor do que existia até o momento para a busca de obras (HARRIS, 2006, p. 406). A biblioteca, até então, contava com um catálogo que abrangia apenas uma parte do acervo de manuscritos e que havia sido organizada e publicada entre 1759 e 1763 (HARRIS, 2006, p. 406).

A sala de leitura era aberta ao público leitor e estudante, mediante a permissão dos conselheiros e desde que concordassem com suas regras. A permissão era dada por um período de seis meses necessitando renovação. Para a consulta de documentos e para transcrição dos mesmos também era necessário a obtenção de permissão (RAWLINGS, 1916, p. 62). Durante o primeiro ano de funcionamento, as permissões eram concedidas apenas pelos conselheiros do museu, e a partir de 1760, foi autorizado também ao bibliotecário principal concedê-las aos leitores (RAWLINGS, 1916, p. 63). A sala de leitura teve 140 leitores admitidos em seu primeiro ano e apenas uma mulher a frequentou em um período de dez anos, a historiadora Catherine Macaulay (RAWLINGS, 1916, p. 63).

Com o aumento de leitores buscando espaço na sala de leitura, sua estrutura começou a ficar pequena para a acomodação do público. Então, em 1774, foram dedicadas mais duas salas aos leitores que quisessem usufruir do acervo da biblioteca (HARRIS, 2006, p. 407). Com o crescimento do público, o museu passou a receber mais financiamento e incentivo e, conseqüentemente, a fazer mais aquisições. Com a lei do depósito legal<sup>21</sup>, revista em 1814 para se tornar realmente ativa, o acervo da biblioteca começou a crescer substancialmente pela chegada frequente de novos exemplares (HARRIS, 2006, p. 407).

---

<sup>20</sup> Nome dado a um método de impressão onde uma folha é impressa e dobrada ao meio, de modo que os cadernos tenham quatro páginas cada um.

<sup>21</sup> É a lei que exige que qualquer publicação feita em um país tenha um exemplar enviado a um repositório nacional, geralmente a biblioteca nacional.

Um pouco antes da lei do depósito legal, mas já durante o crescimento do museu, foi solicitado que um novo catálogo impresso fosse organizado. Os conselheiros, percebendo a necessidade de organizar as obras da biblioteca, pediram, em 1806, que um novo catálogo fosse elaborado sob os cuidados dos bibliotecários Henry Ellis e do Reverendo Henry Baber (HARRIS, 2006, p. 409). O catálogo foi publicado em sete volumes entre 1813 e 1819 e contava com cerca de 110.000 entradas. Esse foi o catálogo principal da biblioteca por quase trinta anos (HARRIS, 2006, p. 409). Na mesma época, o aumento de leitores que frequentavam a biblioteca era crescente. Entre 1810 e 1827 foi registrado um número de 683 novos cadastros, e Baber registrou que o número de pessoas que frequentavam a biblioteca crescera de dez para trinta por dia (HARRIS, 2006, p. 410).

Em 1824, os conselheiros decidiram complementar o catálogo existente com uma versão classificada que seria organizada por Thomas Hartwell Horne, que já havia trabalhado com outros projetos semelhantes (HARRIS, 2006 p. 410). O trabalho foi desenvolvido até 1834, quando o projeto foi descontinuado para dar lugar à organização de uma nova versão de um catálogo de autores, por ideia de Henry Ellis, que acreditava que um catálogo classificado era impraticável (HARRIS, 2006, p. 410). Com isso, fica claro que a bancada conselheira não tinha a noção da importância de um catálogo e mantinha suas obras espalhadas em diversas compilações diferentes. Além disso, não terminavam a maioria dos projetos que eram iniciados. Até então, a biblioteca não possuía um catálogo eficiente e que acompanhasse o crescimento do acervo.

Também em 1824, os conselheiros tiveram a ideia de agrupar em um único catálogo todas as obras presentes no setor de manuscritos, que até então estavam espalhados em três catálogos diferentes, de diferentes coleções e produzidos em anos diferentes (HARRIS, 2006, p. 410). A organização desse catálogo também foi paralisada devido ao lento progresso de John Millard, responsável pelo projeto. Ele foi despedido e o catálogo engavetado (HARRIS, 2006, p. 410). Junto dos problemas de organização, estavam se tornando urgentes também os problemas de espaço. A lei do depósito legal estava trazendo cada vez mais obras para a biblioteca e as salas separadas para o acervo da biblioteca já não tinham mais capacidade para acomodação (HARRIS, 2006, p. 410). Assim, parte do acervo foi levada para outros locais, fora do museu, para que a sala de leitura não fosse prejudicada.

Com esse crescimento, o corpo de funcionários também precisou aumentar, passando, dos dezessete iniciais para trinta e seis, contando agora com funcionários que se dedicavam apenas ao atendimento ao público (HARRIS, 2006, p. 410). Em 1827, Henry Ellis (que logo depois recebeu a ordem de cavaleiro e se tornou Sir Henry Ellis) foi nomeado bibliotecário diretor do museu e da biblioteca, mas apesar de ser um estudioso competente, era um administrador ruim (HARRIS, 2006, p. 411). O museu nessa época, por conta da má administração de Sir Ellis, foi dirigido na realidade pelo Reverendo Josiah Forshall, que era secretário da bancada de conselheiros e sub-bibliotecário do setor de manuscritos (HARRIS, 2006, p. 411).

Esse era o cenário da British Library e do British Museum quando Antonio Panizzi foi contratado, em 1831. Apesar do crescimento desde sua abertura até a virada do século, os números ainda não eram expressivos para um museu em uma cidade com uma população como a de Londres, já com quase um milhão de habitantes na época. Havia ainda poucas aquisições às coleções do museu, pouco financiamento, os funcionários ainda eram um grupo pequeno e, em grande parte, homens do clero (MILLER, 1988, p. 83).

### **3.4 Os primeiros anos de Panizzi na British Library**

A partir desse momento, as histórias se entrelaçam e a trajetória de Antonio Panizzi e o crescimento da British Library caminham juntas. O departamento de livros impressos, ao qual a biblioteca pertencia, era o menor dos departamentos do museu e, na época, a biblioteca, que já era a biblioteca nacional, era consideravelmente menor que a maioria das outras bibliotecas nacionais da Europa (MILLER, 1988, p. 83). O acervo continha, em 1831, 240.000 livros, menos que as principais bibliotecas de Munique, Copenhague, Viena e Berlin, por exemplo (MILLER, 1988, p. 83).

A primeira tarefa de Panizzi como assistente bibliotecário foi transcrever uma lista de obras duplicadas da biblioteca para que fosse levada até a Royal Society<sup>22</sup> para que os membros da sociedade selecionassem as obras que poderiam lhes interessar (MILLER, 1988, p. 84). Ao mesmo tempo, ele também catalogava uma série de panfletos para uma série inédita da biblioteca. Ao começar seu trabalho com esses panfletos, Panizzi percebeu que a grande maioria era de autoria anônima ou eram assinados com

---

<sup>22</sup> Instituição fundada em 1660 com o objetivo de promover o conhecimento científico.

pseudônimo, dificultando a catalogação. Isso fez com que ele começasse a pensar em soluções para esse tipo de problema e em um meio para padronizar as entradas desse tipo de obra, preconizando suas 91 regras que viriam a seguir (MILLER, 1988, p. 85).

Em 1832, fora da British Library, Panizzi recebeu um convite: o de catalogar a biblioteca da Royal Society. A ideia era um projeto de um catálogo de assuntos, e o nome de Antonio Panizzi foi indicado para fazer a revisão e execução da ideia (MILLER, 1988, p. 85). Após o convite ser aceito, o projeto foi dado a Panizzi para que ele o estudasse e o colocasse em prática. Mas, após uma breve revisão, percebendo que o projeto continha tantos erros que tornava sua execução impossível, ele rejeitou a proposta. Panizzi escreveu a Royal Society dizendo que o projeto seria desastroso para eles e para qualquer pessoa que aceitasse executá-lo (MILLER, 1988, p. 85). Ele explicava que os sobrenomes e nomes estavam organizados de maneira confusa, os títulos escritos erroneamente, mal traduzidos e, às vezes, tão modificados que eram praticamente incompreensíveis. Algumas obras estavam previamente encaixadas em assuntos que nada tinham a ver com seu tema, tornando o trabalho incorrigível (MILLER, 1988, p. 85). Panizzi então sugeriu que a Royal Society considerasse a possibilidade de um catálogo completamente novo, feito do zero, e que ele próprio se encarregaria do projeto.

Infelizmente as críticas acirradas de Panizzi ao catálogo em uso da Royal Society desagradaram alguns dos membros de seu comitê e eles passaram a se empenhar em restringir as ações do então novo catalogador (MILLER, 1988, p. 86). Um ano depois, em 1833, o comitê decidiu que todos os comentários feitos por Panizzi seriam omitidos dos registros do catálogo, que ele deveria ser finalizado nos termos iniciais, e que as alterações deveriam ser sugeridas pelo comitê (MILLER, 1988, p. 86).

A situação ficou cada vez mais difícil e Panizzi passou a ter restrições para acessar os livros que ele estava catalogando. Os acertos salariais passaram a ser feitos com conflitos de valores e datas de pagamento e a Royal Society estava interferindo cada vez mais no projeto (MILLER, 1988, p. 87). O comitê, cansado de Antonio Panizzi, tentou através de conselhos de outros bibliotecários encontrar uma forma de interromper o projeto e a contratação, mas não conseguiu. As conversas feitas com bibliotecários da British Library e amigos de Panizzi não tiveram o resultado esperado. Todos afirmaram que Panizzi tinha capacidade para o trabalho e que o comitê não deveria interferir em suas ideias (MILLER, 1988, p. 87).

Percebendo a complicação, Panizzi, durante o tempo em que estava a serviço da Royal Society, escreveu cartas e teve conversas com diversas figuras da alta sociedade londrina sobre o caso, sempre explicando o que estava acontecendo e recebendo apoio. Essa movimentação foi fundamental para que ele saísse vitorioso do conflito com o comitê, pois com todo o apoio a ele seria impossível para a Royal Society quebrar o trato e interromper o projeto (MILLER, 1988, p. 88). O caso foi até a câmara baixa do parlamento e Panizzi se defendeu dizendo que estava sendo obrigado a executar um projeto absurdo, contando com todo o apoio citado (MILLER, 1988, p. 88).

O catálogo foi então finalizado em 1836 e publicado em 1839, e sua relação com a Royal Society foi quebrada. Panizzi foi parabenizado por seus amigos pelo modo como conseguiu sair do caso e ainda se provou um homem de coragem, recursos e integridade. Todo o conflito afetou positivamente a reputação de Antonio Panizzi, pois foi a partir dele que conseguiu conquistar seu espaço como catalogador na British Library (MILLER, 1988, p. 88).

No mesmo período, as discussões sobre um catálogo de assuntos foram retomadas na British Library. A biblioteca utilizava até então o catálogo criado por Ellis e Baber, publicado em 1819, que já estava obsoleto, e suas duas cópias, a dos leitores e a dos funcionários, estavam ambas muito desgastadas, com diversos erros apontados e sem mais espaço para adições (MILLER, 1988, p. 109). Iniciou-se então uma discussão sobre qual catálogo seria melhor para a biblioteca: um de assunto ou um alfabético. Panizzi defendia um catálogo alfabético, principalmente por sua experiência na Royal Society, mas o Reverendo Thomas Horne, assistente bibliotecário do setor de manuscritos, defendia a aplicação de um catálogo de assuntos (MILLER, 1988, p. 109).

Os demais bibliotecários eram de opiniões diversas, mas não se pronunciavam diretamente. Como uma decisão precisava ser tomada, os conselheiros, em reunião em abril de 1834, decidiram avaliar a condição dos catálogos atuais e considerar a possibilidade de um catálogo alfabético dependendo de quanto tempo e trabalho seriam precisos para sua elaboração (MILLER, 1988, p. 110). No fim do mesmo mês, Baber, então bibliotecário diretor, apresentou um relatório de um catálogo alfabético, organizado por sobrenome de autor e seguido de uma descrição completa da obra. Obras anônimas deveriam ser catalogadas pela principal palavra do título e os pseudônimos pelo nome

utilizado (MILLER, 1988, p. 110). Outras sugestões eram dadas, sugestões essas que formariam a base das 91 regras de Panizzi no futuro.

Baber ainda sugeria que o trabalho se iniciasse o mais rápido possível, sob a supervisão de um único bibliotecário e com três assistentes para o processo. Ele ainda sugeria fortemente o nome de Panizzi para o projeto, dizendo que sua idade, seus conhecimentos literários e boas ideias eram perfeitos para o trabalho, que deveria ser completado em no máximo cinco ou seis anos e impresso em mais três (MILLER, 1988, p. 110).

Apesar do projeto e sugestões de Baber, os conselheiros desejavam um catálogo de assuntos. Baber se pronunciou dizendo que um catálogo desse tipo, se chegasse a ser completado, não seria extensivamente utilizado e nem frequentemente consultado (MILLER, 1988, p. 110). Além de insistir na ideia de um catálogo de assuntos, o conselho, influenciado por Henry Ellis, ainda rejeitou completamente o plano de Baber, dando preferência a um projeto de Ellis (MILLER, 1988 p. 110).

Ellis recomendou que o trabalho fosse executado por Panizzi, Horne e o também bibliotecário J. H. Glover. Todos seriam dispensados de suas funções para se dedicarem ao catálogo, mas nenhum seria supervisor individualmente e nem outros funcionários seriam dedicados ao projeto (MILLER, 1988, p. 110). Baber foi pressionado a aceitar essa decisão, mas fez uma última sugestão: que cada um dos encarregados se dedicasse a uma especialidade. Dessa forma, Panizzi cuidaria das obras em italiano, espanhol, português e outras línguas do sul europeu, Glover seria responsável pelas obras de língua inglesa e Horne por grego e latim (MILLER, 1988, p. 110). Ele ainda sugeriu que ele mesmo e o Reverendo Henry Cary (assistente bibliotecário) poderiam supervisionar o trabalho, caso seus outros deveres permitissem. Ele também propôs que os títulos fossem colocados em ordem para serem revisados antes da impressão (MILLER, 1988, 110).

A proposta de Baber foi aceita, mas Panizzi ainda não concordava com o projeto. Ele acreditava que apenas reorganizar os títulos, sem uma revisão e refazendo o que estava errado seria perda de tempo (MILLER, 1988, p. 111). Apesar da insistência do conselho, o projeto precisou ser paralisado em julho de 1835, devido a uma investigação que estava sendo instaurada no museu. A instituição já estava sendo observada há algum tempo, e devido a demissões de funcionários por ineficiência, acabou chamando a atenção do parlamento para uma instituição que estava bem abaixo do esperado, recebendo

financiamento público e com diversos conflitos internos saindo do controle, como o caso do catálogo, que foi tema central da investigação (MILLER, 1988, p. 111).

A investigação reuniu dois comitês com diversas testemunhas e elaborou uma extensa lista de perguntas. As sessões parlamentares foram até o final de 1836 e, dentre os depoimentos ouvidos, Antonio Panizzi deu seu testemunho (HARRIS, 2006, p. 412). Para tanto, ele viajou durante um mês pela Europa visitando as bibliotecas nacionais dos países, aplicando questionários e realizando entrevistas. Seu objetivo era fazer um comparativo com a British Library e ter autoridade suficiente para expressar e defender suas ideias (MILLER, 1988, p. 112). Ele disse ao comitê que a biblioteca não recebia o devido financiamento e que há muito tempo não haviam compras de novos livros, deixando o acervo desatualizado e pobre (HARRIS, 2006, p. 413). Ele ainda explicou que a biblioteca deveria ter um acervo influente que permitisse o acesso de estudantes com poucas condições à pesquisa e ao estudo a obras raras e coleções importantes. Sobre a polêmica dos catálogos, Panizzi não deixou de expressar suas ideias e falou sobre a importância de um catálogo bem estruturado, de autores e em ordem alfabética (HARRIS, 2006, p. 413).

Ao final das investigações o comitê publicou sua resolução: alguns departamentos teriam o acréscimo de funcionários, a sala de leitura teria seu horário de funcionamento estendido, todos os funcionários passariam a ter a mesma jornada de trabalho e os salários seriam aumentados (HARRIS, 2006, p. 413). O cargo de bibliotecário diretor teria menos poder de decisão e o secretário do conselho estaria acima dele na hierarquia do museu. Baber, por sua vez, renunciou ao seu posto de bibliotecário do setor de livros impressos. Ele acreditava que já havia cumprido sua missão tanto no museu quanto na biblioteca e que já não tinha mais idade para participar de grandes reformas. Decidiu, então, aposentar-se e ir viver no interior da Inglaterra (HARRIS, 2006, p. 413).

### **3.5 Um novo cargo e um novo catálogo**

O cargo de Baber ficou vago de junho de 1836 até julho de 1837 (MILLER, 1988 p. 127). Diversos nomes foram propostos para substituir Baber e Panizzi, em respeito ao seu amigo Cary que concorria à vaga, não enviou seu nome para disputa (MILLER, 1988, p. 127). Alguns meses se passaram e Cary, certo de que seria nomeado, aconselhou Antonio Panizzi a enviar seu nome, pois ele também tinha grandes chances. Ele imediatamente se ofereceu para o cargo e, devido à sua boa reputação e por ser o favorito

de Baber, conseguiu a vaga e foi nomeado bibliotecário responsável do setor de livros impressos (MILLER, 1988, p. 130). A nomeação não foi tranquila e gerou acaloradas discussões, pois diversos candidatos, inclusive Cary, indignaram-se com a escolha e levaram o caso a público (MILLER, 1988, p. 130).

A escolha foi mantida e Panizzi deu atenção aos problemas que lhe eram mais importantes: um novo catálogo para a biblioteca e sua mudança, junto com o museu, para um novo prédio que estava sendo construído (MILLER, 1988, p. 132). Outro grande problema era a falta de funcionários para a execução do novo catálogo. Panizzi pediu ao conselho que funcionários temporários fossem contratados para dar conta de toda demanda, explicando que, da forma em que estava, com pouco pessoal se dedicando, quando o primeiro volume do catálogo fosse publicado, ele já seria obsoleto (MILLER, 1988, p. 132).

A situação ficou então sem resolução e havia ainda mais um problema: Sir Henry Ellis, então bibliotecário diretor, não era tão simpático a Antonio Panizzi e acreditava que havia entre eles uma disputa de poder. As ordens de Panizzi frequentemente entravam em conflito com Ellis e diversas críticas que eram recebidas na sala de leitura a respeito do serviço geral eram problemas já apontados pelo próprio Panizzi (MILLER, 1988, p. 133).

Em setembro de 1837, Panizzi introduziu o uso de formulários impressos para retirada de livros na biblioteca (MILLER, 1988, p. 135). Os formulários, que ainda permanecem bastante semelhantes até hoje, continham regras no verso explicando seu preenchimento e dando instruções aos leitores (MILLER, 1988, p. 135). A inovação foi de grande ajuda, tanto para os funcionários quanto para os leitores, e salvo alguns mais conservadores ou mais preguiçosos, a novidade foi bem aceita (MILLER, 1988, p. 135). Junto com os formulários, uma segunda regra, mais polêmica, também foi aplicada: os leitores deveriam a partir de então retornar pessoalmente os livros em posse ao balcão e retirar com o atendente sua 'carteirinha' (MILLER, 1988, p. 135). E, ainda, o livro emprestado estaria sob total responsabilidade do leitor enquanto ele não o devolvesse e reclamasse sua carteirinha (MILLER, 1988, p. 135).

A regra, simples e prática para os dias atuais, causou a indignação de alguns leitores. Um famoso caso, o de Mr. James Thompson, chegou a resultar em um debate acirrado entre o leitor e Antonio Panizzi, pois Thompson afirmava ter sido altamente maltratado e o bibliotecário rebatia que havia sido tratado com impaciência e falta de respeito

(MILLER, 1988, p. 135). O incidente foi esquecido, mas diversas reclamações foram direcionadas à sala de leitura, principalmente a Panizzi, com várias ofensas, especialmente sobre sua origem estrangeira (MILLER, 1988, p. 135).

A ajuda chegou em 1838. Dois assistentes bibliotecários foram contratados: o Reverendo Richard Garnett e Thomas Watts, que se tornaria um grande amigo Panizzi (MILLER, 1988, p. 136). Em 1839, a mudança de prédio foi finalizada e a organização para um novo catálogo iniciada. O plano era que os livros fossem organizados segundo uma ordenação classificada e então guardados em estantes específicas já respeitando a nova ordem (MILLER, 1988 p. 136).

A ideia inicial de Panizzi era um catálogo alfabético manuscrito, não impresso. Ele acreditava que um catálogo nesse formato seria mais prático e fácil de ser atualizado (MILLER, 1988, p. 139). A sugestão não foi aceita e o conselho pediu a Panizzi que utilizasse as regras elaboradas por Baber, em 1834. A situação estava cada dia mais difícil para Antonio Panizzi, que sofria negativas diretas do conselho, principalmente por influência de Sir Ellis (MILLER, 1988, p. 139). Ainda em 1839, o conselho, em revisão do trabalho feito até então, percebeu que as regras de Baber estavam obsoletas e pediu a Panizzi que elaborasse uma nova versão (MILLER, 1988, p. 140).

Panizzi, já antecipando o que ele mesmo considerava óbvio, tinha quase prontas as novas regras para apresentar ao conselho (MILLER, 1988, p. 140). O trabalho, conhecido como “91 regras de catalogação”, era praticamente todo seu, embora tenha tido alguma assistência de sua equipe. Esse trabalho foi aprovado com algumas ressalvas pelo conselho, que também estava pressionando Panizzi para que o trabalho fosse concluído até 1844, o que ele acreditava impossível (MILLER, 1988, p. 141).

Mesmo com a desaprovação de Panizzi pelo projeto e sérias ressalvas, a primeira parte do catálogo, com as regras e a letra A, foi publicada em julho de 1841 e intitulada *Catalogue of printed books in the British Museum*. A impressão continha muitos erros, os quais Panizzi explicava em seu prefácio e dizia que eram fruto de um primeiro trabalho. Os futuros volumes, que eram previstos para até 1844, já não teriam esse problema (PANIZZI, 1841, p. 1).

Apesar do plano, Panizzi precisou levar ao conselho, em 1843, a notícia de que o catálogo não seria publicado completo em menos de quatro anos (MILLER, 1988, p. 142). No ano seguinte, o conselho chegou até mesmo a questionar se Panizzi não poderia então

finalizar o trabalho de forma manuscrita (como havia sido a sugestão no princípio), mas o bibliotecário afirmou que, para essa mudança, seriam gastos no mínimo dez anos para finalizar o trabalho (MILLER, 1988, p. 142). Em 1846, Panizzi suspendeu a impressão do catálogo e foi questionado de sua decisão pelo conselho (HARRIS, 2006). A resposta foi que era evidente que nenhuma parte do catálogo deveria ser impressa antes do total estar pronto e corrigido. Ele ainda questionou o conselho para avaliar se uma obra que levou tanto tempo, que seria impressa em, no mínimo, quarenta volumes e que custaria tanto dinheiro, realmente valeria ser impressa (MILLER, 1988, p. 143). O conselho levou a declaração de Antonio Panizzi para a câmara baixa do parlamento para ser discutida, mas alguns meses depois reafirmou a intenção de manter o projeto do catálogo (MILLER, 1988, p. 143).

A discussão rendeu uma grande movimentação na British Library. Foram ouvidos membros do conselho, Sir Henry Ellis, Henry Baber e Antonio Panizzi. Cada um dos bibliotecários fez seu relatório da situação com uma breve narração dos fatos, mas Panizzi foi além e anexou a seu material trechos de diversas reuniões do conselho, relatórios, ordens e pronunciamentos de todos os envolvidos no processo de organização do primeiro catálogo da biblioteca. Tudo isso foi organizado com tamanha precisão que foi impossível ao parlamento não concordar com Antonio Panizzi. Em suas páginas, ele provava que o catálogo elaborado até então tinha custado valores exorbitantes, estava repleto de erros e que não havia sido feito da maneira como havia sido encomendado, principalmente no que dizia respeito às responsabilidades conferidas a Ellis, que era o bibliotecário dos livros impressos na época. Panizzi conseguiu colocar lado a lado as atividades realizadas por Baber e Ellis e provar que Ellis havia feito um trabalho ruim e ainda comparou algumas entradas que eram iguais a outras já existentes, mas ainda assim haviam sido copiadas erroneamente.

A defesa de Panizzi era infalível e ele saiu novamente vitorioso do parlamento em 1847, com um grande poder acrescentado à sua pessoa. Na mesma época, ele conseguiu também um grande financiamento para o departamento de livros impressos, provando ao conselho que aquele era o departamento que mais sofria cortes e tinha menos atenção (HARRIS, 2006, p. 416). Ao final do debate, ficou decidido que Antonio Panizzi organizaria um catálogo manuscrito, apenas do setor de livros impressos e com base em suas 91 regras (MILLER, 1988, p. 146).

Em 1850, com a biblioteca já estabelecida, Panizzi passou a se preocupar com a lei do depósito legal, que não estava sendo cumprida corretamente por alguns editores (MILLER, 1988, p. 201). Ele levou um relatório ao conselho com os livros que estavam sendo recebidos pela biblioteca e afirmou que o número era bem abaixo do esperado quando comparado com o número de editores que publicavam no país (MILLER, 1988, p. 201). O conselho decidiu então enviar circulares aos editores que estavam em dívida com a biblioteca, cobrando os exemplares que ainda não haviam sido enviados e tomariam medidas legais contra aqueles que não respondessem a circular (HARRIS, 2006, p. 418). A ação foi de 1850 até 1853. Panizzi visitou pessoalmente os editores que não estavam colaborando e recolheu os exemplares de direito da biblioteca. Sua ação elevou o acervo da British Library em quase 40% no ano de 1851, quando comparado às aquisições do ano anterior (HARRIS, 2006, p. 418).

Em 1852, percebendo que o problema de espaço estava se tornando insustentável novamente, Antonio Panizzi começou a fazer planos para uma nova sala de leitura (MILLER, 1988, p. 208). Ele mesmo desenhou suas ideias para um novo local e procurou o arquiteto Sydney Smirke, que já havia trabalhado para o museu, para auxiliá-lo em seus planos (MILLER, 1988, p. 208). Smirke gostou da ideia, realizou um planejamento em cima dos rascunhos de Panizzi e enviou o projeto ao conselho. O conselho não aprovou o projeto naquele momento e ainda recebeu ideias de outro arquiteto, Sir Charles Barry, que havia trabalhado para o Parlamento (HARRIS, 2006, p. 419). Contudo, o projeto de Sir Barry era tão impossível e cheio de exageros que o projeto virou piada e rapidamente o conselho optou pela ideia de Panizzi com a execução de Smirke (HARRIS, 2006, p. 419).

A sala de leitura, que continha um projeto circular, começou a ser construída em 1853 e todo o projeto foi minuciosamente observado por Antonio Panizzi. A construção, que durou cerca de quatro anos, foi acompanhada pelo bibliotecário do primeiro ao último minuto (MILLER, 1988, p. 210).

### **3.6 Bibliotecário Diretor**

Desde 1854, haviam indícios de que a carreira de Sir Henry Ellis estava chegando ao fim no British Museum (MILLER, 1988, p. 214). Sua saúde já sofria com alguns problemas da idade e suas faltas no museu eram cada vez maiores e mais frequentes. O conselho ofereceu então discretamente a Sir Henry Ellis, em 1856, um plano para se

afastar do cargo e se aposentar. Sir Ellis aceitou a proposta dando espaço para alguém mais jovem para o cargo e deixando a questão de quem ocuparia seu lugar (MILLER, 1988, p. 214).

Panizzi era um candidato óbvio ao cargo, mas também muito rejeitado. Seu histórico de conflitos com pessoas do mercado editorial e com membros do parlamento era uma grande desvantagem (MILLER, 1988, p. 214). Ele submeteu seu nome para aprovação e aguardou a decisão do conselho. Outros nomes foram enviados e havia uma grande disputa pelo cargo. Em março de 1856, a decisão foi tomada e Antonio Panizzi foi nomeado bibliotecário diretor do British Museum e da British Library.

Panizzi permaneceu no cargo durante dez anos. Seu primeiro ato como bibliotecário diretor foi enviar uma carta com a nomeação oficial a todos os funcionários do museu, anunciando a mudança do cargo formalmente e pedindo a total colaboração de todos para o melhor funcionamento da instituição (MILLER, 1988, p. 268). No mesmo ano de sua posse, Panizzi começou uma reformulação nos departamentos do museu: ele acreditava que alguns departamentos não continham obras o suficiente para sustentar um setor inteiro, e então organizou uma redistribuição (MILLER, 1988, p. 269). O museu ficou então com departamentos menores e com seu pessoal dividido.

Alguns anos depois, uma nova separação foi feita por questões de espaço e a coleção de história natural do museu ganhou um prédio separado (MILLER, 1988, p. 274). O atual Museu de História Natural já não se adequava às instalações do British Museum e necessitava de uma estrutura dedicada à coleção. Assim, Antonio Panizzi fez a proposta, que foi aprovada pelo conselho, e os dois museus seguiram por caminhos diferentes, valorizando suas coleções cada um em sua especificidade e ganhando espaço para se desenvolverem.

Após os museus se separarem e a divisão ser organizada, Panizzi começou a trabalhar em um assunto delicado relacionado aos funcionários mais velhos. Grande parte do corpo de funcionários já de idade não tinha ainda condições de se aposentar por falta de condições financeiras, e ao mesmo tempo já não tinham condições de executarem um trabalho de acordo com as necessidades do museu (MILLER, 1988, p. 275). Panizzi, procurando melhorar o corpo de funcionários com pessoas mais jovens e mais qualificadas, começou a pensar em um meio de ajudar os antigos trabalhadores sem desrespeitá-los (MILLER, 1988, p. 275). Panizzi pressionou o conselho para investigar

os direitos dos funcionários do museu e descobriu que se encaixava para esses casos um direito à pensão, solucionando o problema das aposentadorias (MILLER, 1988 p. 275).

Ao mesmo tempo em que resolvia o problema dos funcionários aposentados, Panizzi também incentivava os novos funcionários a buscarem seus direitos e assim apoiou uma movimentação em prol de cargos mais valorizados e salários iguais para funções iguais (MILLER, 1988, p. 276). Durante esse período, o bibliotecário organizou o novo museu, renovou seus empregados e conseguiu chegar em um momento onde parecia que nada mais precisava ser feito (MILLER, 1988, p. 277).

Em meio à calma, em 1862, Panizzi começou a sentir sua saúde fragilizada pelos anos de trabalho intenso (MILLER, 1988, p. 278). Por conselho de seus colegas ele saiu de férias em 1863 e visitou, durante cinco meses, seu país após tantos anos distante. Mesmo após o descanso, Panizzi não se sentia tão bem e em 1865 começou a pensar em se aposentar, aos sessenta e oito anos (MILLER, 1988, p. 279). Ele foi avisado para refletir bem sobre sua decisão, pois ela acarretaria uma série de outras necessidades e causaria um grande abalo para o conselho e para o museu (MILLER, 1988, p. 279).

Mesmo com os avisos e com a tristeza de finalizar seu longo trabalho, Panizzi pediu sua aposentadoria em junho de 1865 (MILLER, 1988, p. 279). Após fazer o comunicado, o conselho aceitou a decisão, mas não sem pesar, e pediu ao bibliotecário que ainda permanecesse no cargo durante um ano, o suficiente para que fossem feitos os arranjos de sua sucessão (MILLER, 1988, p. 279). Panizzi aceitou, e em meio a suas últimas resoluções no museu um grave acidente veio para marcar seus últimos dias ali: um grande incêndio em julho do mesmo ano (MILLER, 1988, p. 280). Era o primeiro incêndio em 130 anos, que destruiu boa parte do acervo e ainda obrigou Panizzi a sair da acomodação em que vivia no museu há trinta anos (MILLER, 1988, p. 280).

Exatamente um ano depois, já passados os fatos e reconstruídas as coleções, Panizzi finalmente concluiu sua aposentadoria e seu cargo foi ocupado pelo amigo de trabalho John Winter Jones (MILLER, 1988, p. 281). Pelos serviços prestados ao museu e ao país, Panizzi foi convidado para receber o título de Sir, mas recusou (MILLER, 1988, p. 281). Ele afirmava que era um estrangeiro e que não era digno da honra, e que para ele apenas a aprovação da rainha bastava (MILLER, 1988, p. 281). No futuro, em 1869, ele acabou recebendo o título e até hoje é conhecido como Sir Antonio Panizzi.

Mesmo com sua saúde fragilizada, Panizzi ainda aproveitou sua aposentadoria e seus últimos dias frequentando vivamente a sociedade londrina e mantendo-se próximo aos seus amigos no British Museum (MILLER, 1988, p. 282). Sir Panizzi faleceu em oito de abril de 1879, aos oitenta e um anos, com moléstias diversas no corpo e enfraquecido pela idade. Deixou um legado impressionante tanto no British Museum (onde ainda há a famosa sala de leitura), quanto na British Library (atualmente em um prédio independente) e marcou o século XIX com suas ideias.

### **3.7 A British Library após Antonio Panizzi**

A British Library é considerada atualmente a segunda maior biblioteca do mundo, atrás somente da Library of Congress, nos Estados Unidos. Em 1973, ela foi oficialmente separada do Museu, ganhando regras próprias e um ato legal e passou a ser uma instituição independente, mas que ainda dividia o mesmo espaço físico. Com o crescimento permanente do acervo, o local ocupado pela Biblioteca começou a ficar pequeno e ideias de uma expansão começaram a surgir. A Biblioteca englobou diversos acervos de Londres e, em 1998, foi inaugurado seu novo endereço, onde ela reside atualmente (BRITISH LIBRARY, 2010a).

A biblioteca é comandada até hoje por um corpo de conselheiros, formado pela secretaria do estado da cultura inglesa e com um membro indicado pela rainha. A British Library conta hoje com diversos programas de incentivo e financiamento à biblioteca, que vão desde doações até colaborações como patronos que também se tornam associados da biblioteca, tendo acesso às diversas atividades, cursos e exposições que acontecem na instituição (BRITISH LIBRARY, 2010a).

Ao longo das décadas, diversos bibliotecários se tornaram discípulos de Antonio Panizzi e a biblioteca ainda mantém seu busto em local de destaque no novo prédio. A biblioteca cresceu e foi além de um acervo a ser disponibilizado. Hoje a British Library é um centro de referência, tanto em acervo, quanto em produção e movimentação cultural.

#### 4. OS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DOS CATÁLOGOS DA BRITISH LIBRARY

Para esse capítulo utilizarei o material que coletei na própria British Library em novembro de 2017. Esse material conta com 1028 fotografias de arquivos privados e confidenciais da biblioteca, abertos apenas para pesquisadores e sujeitos a autorização. O arquivo pesquisado é parte dos arquivos corporativos da British Library e está organizado em encadernações que reúnem um dossiê, rascunhos de relatórios e atas, correspondências, livros fiscais e mapas. O acesso foi possível graças a um contato feito com uma bibliotecária da instituição que, entendendo minha pesquisa e minhas necessidades, enviou-me um levantamento de todo material que havia sobre Antonio Panizzi na instituição. Através dessa lista selecionei os documentos mais importantes para a temática da pesquisa e fiz o pedido de acesso.

Para o acesso foi necessário apenas um cadastro na British Library que liberou a entrada e o uso dos espaços de estudos reservados aos *readers*<sup>23</sup>. Após esse cadastro e o recebimento de uma carteirinha, pude trabalhar livremente com o material e fotografá-lo, desde que os documentos se mantivessem apenas como ferramenta de pesquisa e não fossem publicados (nenhum dos documentos anexados a tese é parte do acervo fotografado, todos estão disponíveis *online*).

Da lista inicial que foi disponibilizada, com tudo que havia sobre Panizzi na British Library e que foi possível de ser recuperado, fiz uma primeira seleção dos materiais que estavam dentro do corte temporal que escolhi: entre 1831 e 1856, que correspondem à entrada de Antonio Panizzi na biblioteca até sua nomeação ao cargo de bibliotecário diretor. Escolhi a data de entrada para que fosse possível observar a biblioteca antes da organização do catálogo por Panizzi e sua equipe e um pouco depois, para ser possível avaliar quais foram as modificações. O corte final foi realizado baseado no tempo de organização do catálogo e alguns anos depois, para que fosse possível discutir também as repercussões na própria biblioteca.

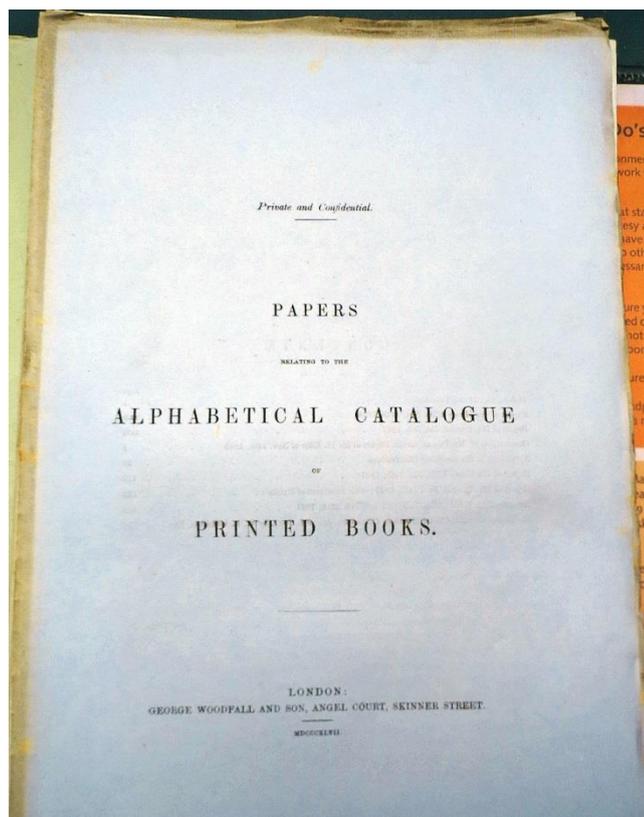
A análise do material foi feita, principalmente, a partir da transcrição e tradução dos documentos. A seleção, junto do recorte temporal que escolhi, resultou nas 1028 fotografias mencionadas no primeiro parágrafo. Essas fotos são dos arquivos institucionais de 1831 a 1856. Porém, era necessário mais um filtro para a seleção dos

---

<sup>23</sup> *Leitor* em inglês. É o termo utilizado para designar as pessoas cadastradas na biblioteca.

documentos que não eram de interesse para o trabalho como caderno de contas, correspondências rotineiras e rascunhos de reuniões. Assim selecionei um documento específico que estava dentre os 1028 levantamentos fotografados, o *Papers relating to the alphabetical catalogue of printed books*. Esse documento é uma junção de todas as atas, relatórios e correspondências que circularam durante na biblioteca até investigação do British Museum em 1847. É uma espécie de dossiê sobre a biblioteca e seus bibliotecários.

O trabalho principal foi traduzir esse dossiê. Ele contém toda a documentação sobre o planejamento e organização dos catálogos da biblioteca. Como mencionado, esse dossiê, *Papers relating to the alphabetical catalogue of printed books*, foi organizado para a investigação pela qual o museu passou em 1847 devido aos problemas de planejamento, execução e publicação de um novo catálogo. Na primeira parte do documento há um compilado de diversas atas de reunião do conselho, de 1759 a 1846 discutindo a organização dos catálogos da biblioteca já publicados e a organização do novo catálogo. Nas atas podemos observar como foram planejados todos os catálogos, quais propostas estavam em pauta em cada época, quais regras foram escolhidas para cada catálogo e quais foram os responsáveis por cada projeto. Em todo o arquivo há ordens de execução de tarefas e de elaboração de planos para serem apresentados e aprovados ao conselho.



Capa do dossiê *Papers relating to the alphabetical catalogue of printed books*, de 1847, PEDRÃO, 2017.

Através dessas atas é possível acompanhar a rotina do conselho e do museu em sua parte burocrática e de serviços internos. A maioria dos registros contêm pedidos, da parte do conselho, para que fossem feitos relatórios sobre a situação dos catálogos em cada época.

Após uma primeira parte constituída apenas dessas atas, datadas de junho de 1759 a julho de 1846, há alguns relatórios dos bibliotecários que ocuparam o posto de responsável pelo setor de livros impressos. Há então um relatório de Sir Henry Ellis narrando, de seu ponto de vista, os problemas com o catálogo criado por Antonio Panizzi e recordando seu próprio trabalho feito, o catálogo que ele e Henry Baber elaboraram entre 1806 e 1819.

Após a argumentação de Sir Ellis, há o relatório de Panizzi. Nele, Panizzi se defende das acusações de ter abandonado o projeto de um novo catálogo e explica por que o trabalho era inviável. Ele ainda recolhe trechos de diversos outros relatórios e atas, pertencentes a Henry Ellis, e os utiliza para provar que o catálogo feito anteriormente foi mal elaborado e continha muitos erros. Panizzi chega a retirar trechos do próprio catálogo,

como entradas incorretas e até mesmo casos em que um mesmo autor ou título tinham mais de um registro, todos diferentes um do outro. Ele conseguiu se defender através dessa argumentação apoiada na catalogação.

Há ainda um pronunciamento de Mr. Henry Baber de 1834 sobre o catálogo antigo (elaborado por ele), e os projetos de um novo. Junto dessa documentação há recortes de diversas atas, outros relatórios e pronunciamentos de Baber e também de Panizzi. Nessa parte há também diversas correspondências anexadas, trocadas entre membros do conselho e Antonio Panizzi e uma cópia das primeiras regras elaboradas pelo bibliotecário com correções e sugestões do conselho. Por fim, há os pronunciamentos finais de Sir Ellis e Antonio Panizzi sobre todo o caso e sobre o que foi feito no catálogo de 1841. Ao fim do dossiê há a resolução do caso.

O restante da documentação coletada é um conjunto de registros de atas feitos à mão, correspondências, livros de finanças, documentações sobre o British Museum, seus regulamentos, reformas, plantas e mapas e relatórios do conselho. Essa foi a documentação mais difícil de ser trabalhada, pois grande parte é escrita à mão e em alguns casos a letra e tinta já são ilegíveis. É no geral uma documentação mais de rotina do museu, que não pertence a um evento específico como o dossiê de investigação do projeto do catálogo.

#### **4.1 Os catálogos da British Library: uma breve linha do tempo**

Creio que é importante apresentar nesse momento uma linha do tempo dos catálogos organizados pela British Library até a entrada de Panizzi e durante seu trabalho. Assim é possível também discutir um pouco do que há em cada parte do mencionado dossiê. Todos os documentos que serão comentados aqui fazem parte do *Papers relating to the alphabetical catalogue of printed books* de 1847, que traduzi livremente e selecionei as partes mais importantes, para o trabalho não ficar exaustivo. Apresento primeiro algumas atas pontuais das reuniões que mencionam diretamente os catálogos da biblioteca ou tem alguma ordem em relação a eles. Após as atas comento alguns relatórios feitos pelos bibliotecários da British Library. Seguido dos relatórios temos alguns recortes de minutas e depois algumas cartas. Os assuntos se repetem em alguns momentos e a linha do tempo não é regular. Diversas vezes nos relatórios serão retomados pontos já discutidos como forma de argumentação para alguma questão do momento, ou por defesa de atuações dos bibliotecários ou do conselho. Considerei significativo manter aqui o

mesmo formato do documento original para que seja possível acompanhar qual era o estado de organização da biblioteca antes das 91 regras serem planejadas e aplicadas por Antonio Panizzi.

- 21 de junho de 1759<sup>24</sup>: Primeira menção à importância da organização de um catálogo. É citada a necessidade especialmente de um catálogo para o departamento de manuscritos.

- 23 de fevereiro de 1771: É ordenado que seja organizado um catálogo para o setor de livros impressos.

- 01 de junho de 1771: Mr. Harper é indicado para organizar o catálogo.

- 24 de fevereiro de 1776: É cobrado de Mr. Harper uma proposta para a organização do catálogo o mais rápido possível.

- 06 de dezembro de 1777: O comitê decide algumas regras para a elaboração do novo catálogo. Entre elas estão: que apenas os títulos gerais de coleções serão registrados, sem especificar autores e conteúdo; que obras pequenas como panfletos e publicações menores serão arranjadas juntas, com um título geral, sem especificar autores e conteúdo (mas o bibliotecário pode acrescentar uma descrição, se achar necessário); que livros com defeitos, coleções com números faltantes ou outros artigos triviais que não se encaixam no catálogo serão removidos para o sótão do museu; que a coleção doada por Sua Majestade, o Rei George III, não será especificada no catálogo, mas haverá uma entrada com um título geral mencionando os números da coleção e as datas de publicação.

- 04 de dezembro de 1779: Mr. Harper anuncia que o catálogo está pronto para ser impresso.

- 26 de maio de 1787: Mr. Harper anuncia que o catálogo está finalizado e entrega uma declaração dos gastos do processo de organização do mesmo.

- 13 de julho de 1805: O comitê pede para que seja incorporada uma série alfabética no catálogo e começa uma movimentação para atualizá-lo.

- 12 de julho de 1806: Foi ordenado que Mr. Ellis faça as correções para adicionar alfabeticamente as entradas no catálogo, incluindo novas obras da biblioteca.

---

<sup>24</sup> Ao todo são 65 atas.

- 22 de fevereiro de 1807: Foi resolvido que um catálogo alfabético de toda a biblioteca deve ser organizado.

- 09 de novembro de 1811: Mr. Baber e Mr. Ellis apresentam ao comitê exemplares da nova edição do catálogo. É ordenado que o catálogo seja impresso (mas a impressão ocorreu realmente apenas em 1819).

- 14 de maio de 1825: Um relatório do subcomitê alega que um suplemento do último catálogo organizado está sendo feito. De 24 mil obras sem catalogação, 12 mil já haviam sido catalogadas até o momento.

- 13 de maio de 1826: Um relatório entregue ao comitê explica que não será possível entregar o projeto do suplemento no prazo estipulado. Os responsáveis afirmaram que para que um projeto como esse seja finalizado contemplando todas as obras na biblioteca, seria necessário cerca de sete a oito anos. Aqui fica claro que estavam sendo organizadas duas versões do catálogo: uma classificada e uma alfabética. O conselho decide então descontinuar a organização de dois catálogos e ordena então que o projeto continue apenas com o catálogo classificado para que, a partir dele, seja construído um catálogo alfabético depois.

- 26 de abril de 1834: Após alguns anos de projetos interrompidos e descontinuados de catálogos, Mr. Baber reporta que existem três tipos de catálogos na biblioteca do museu: o alfabético, o classificado e os feitos à mão, ou inventários. O primeiro abrange obras adquiridas até 1820. O segundo é um catálogo que contém quase todas as obras que compõe a *King's Library*<sup>25</sup>, reunidos em cinco volumes, mas no qual ainda constam muitos títulos sem registro. E o terceiro é um catálogo de mapas e outros impressos. Os livros que chegaram à biblioteca ao longo dos anos foram incluídos em anexos dos catálogos. No momento ainda haviam cerca de trinta mil títulos para serem transcritos. Nessa reunião Mr. Baber aponta Antonio Panizzi para auxiliar no trabalho com a reorganização dos catálogos.

- 06 de maio de 1834: Mr. Baber ficou responsável pela organização de um novo catálogo e suas sugestões para a organização deste foram aprovadas. Panizzi ficou responsável pela organização das obras de línguas do sul da Europa.

---

<sup>25</sup> A *King's Library* foi uma coleção do Rei George III doada a British Library em 1823 pelo seu filho Rei George IV.

- 14 de outubro de 1837: Panizzi foi chamado ao conselho para dar algumas satisfações acerca do novo catálogo. Nesse momento Mr. Baber já não ocupa mais o lugar de *Keeper of printed books*<sup>26</sup>. O cargo é passado a Antonio Panizzi junto com a responsabilidade de levantar todo o estado do processo de organização e reestabelecer a ordem para que o projeto siga em frente.

- 02 de dezembro de 1837: Panizzi fica encarregado de organizar as regras de catalogação propostas por Mr. Baber e apresentá-las ao conselho para que sejam fixadas no mural de regras.

- 09 de dezembro de 1837: O conselho decidiu que um catálogo alfabético deve ser impresso o mais rápido possível e que Panizzi prossiga com seus trabalhos concentrado nessa rapidez.

- 12 de maio de 1838: O conselho resolveu que deve ser organizado um catálogo útil dos livros impressos, baseado no atual catálogo. Foi também instruído a Antonio Panizzi que ofereça de tempos em tempos sugestões ao conselho sobre as direções a serem seguidas.

- 29 de junho de 1839: Um relatório de Antonio Panizzi foi lido e o conselho fez algumas observações sobre as sugestões de regras que Panizzi elaborou. O bibliotecário foi direcionado a ajustar algumas das regras, levar para que sejam impressas e devolvê-las ao conselho para nova aprovação.

- 13 de julho de 1839: O comitê aprovou as regras para o catálogo dos livros impressos. O conselho deseja que Panizzi imprima 50 cópias das regras e seus exemplos, para que sejam distribuídas entre os funcionários. O conselho ainda decretou que: o trabalho deve ser completado com o mínimo de atraso; e os materiais para o catálogo devem ser preparados de modo que eles possam também ser organizados em um catálogo classificado no futuro. O catálogo deve ser finalizado, da melhor forma e incluindo referências cruzadas, até 1844.

- 24 de setembro de 1841: Antonio Panizzi apresentou ao conselho o primeiro volume do novo catálogo, já completo e datilografado, contendo todos os títulos de letra

---

<sup>26</sup> Traduzido na tese como 'Responsável pelo setor de livros impressos'.

A. O catálogo foi conferido e foi ordenado que seja vendido a 20s (vinte xelins) em capa de tecido e 18s (dezoito xelins) em formato de folheto.

- 24 de janeiro de 1846: Antonio Panizzi enviou um relatório ao conselho informando que a organização do catálogo está suspensa e explica as razões. Ele pergunta se seria desejável continuar com um projeto que resultaria em um catálogo com mais de 40 volumes, que seria inevitavelmente incompleto (pois eles não dariam conta de incluir todas as obras que seriam adquiridas durante o período da construção do catálogo), e que custaria milhares de libras. O conselho levou o relatório de Panizzi ao parlamento para avaliação e o documento foi aprovado. A organização do catálogo alfabético impresso foi descontinuada.

- 11 de julho de 1846: Panizzi chama a atenção do conselho para o número de obras novas não catalogadas e a probabilidade de crescimento desse número ao longo dos meses seguintes. O bibliotecário afirma que há na biblioteca, naquele momento, cerca de 10 mil títulos não catalogados e que há uma espera de que mais 10 mil cheguem. Ele pede então que mais assistentes sejam designados ao departamento de livros impressos para auxiliar na tarefa de catalogação.

- 25 de julho de 1846: O conselho retorna a ideia do catálogo e pede que ele seja impresso, a fim de dar uma ferramenta útil e importante aos leitores da biblioteca. Eles comentam as resoluções de 1839, nas quais ficou estipulado que o catálogo seria impresso em formato alfabético e questionam Panizzi sobre quais foram as causas do cancelamento do projeto.

#### **4.2 Os pronunciamentos dos bibliotecários**

As atas de reuniões terminam nesse momento. A partir de então o dossiê é formado por pronunciamentos dos bibliotecários que estiveram à frente do departamento de livros impressos, a fim de discutir não só o motivo do cancelamento do catálogo em questão como também problemas que aconteceram durante a elaboração dos outros catálogos. Antes de continuar com esses pronunciamentos, creio que seja importante discutir as atas supracitadas.

O primeiro aspecto a ser destacado é o tempo, marcado pelas datas. Vemos que as decisões entre um catálogo e outro demoram meses e até mesmo anos para serem tomadas. Dessa forma todo o processo acontece lentamente e diversos problemas no

percurso têm sua discussão postergada, até chegar ao ponto de ser necessário parar todo o processo para que seja resolvido como continuar.

Vemos então que o primeiro catálogo levou 16 anos entre a decisão de organizá-lo e sua publicação (entre fevereiro de 1771 e março de 1787), o segundo 12 anos (entre fevereiro de 1807 e 1819) e o terceiro, o de Panizzi, 7 anos, entre o pedido para que Mr. Baber o organize e a publicação de letra A (de maio de 1834 a setembro de 1841). Após essa data o projeto é cancelado e Antonio Panizzi explica os motivos, mas mesmo com a explicação apresentada o conselho volta, em 1846, com um pedido de justificativa para o cancelamento do projeto. É notável a desorganização do conselho. Em diversas ocasiões os membros do comitê retornam a questões já esclarecidas ou decididas para novos questionamentos ou modificações, não seguem decisões tomadas pelo próprio grupo, se negam a cumprir combinados em reuniões (especialmente no que se diz respeito a contratações) e acabam atrasando os trabalhos ou exigindo que partes sejam refeitas, para questioná-las novamente no futuro.

Nas datas selecionadas é possível notar as idas e vindas dos processos de organização e a demora na tomada de decisões. No primeiro catálogo levam-se 5 anos entre a ordem de organização e o projeto de elaboração. É perceptível também que os processos são tão alongados e burocráticos que, no momento em que o catálogo está finalizado e impresso, ele já está obsoleto. Tanto que em 1825 é encomendado um suplemento para o catálogo organizado por Mr. Ellis e Mr. Baber, declarando que cerca de 12 mil obras aguardavam catalogação.

Um fato notável é que o conselho tenta reutilizar os catálogos antigos. Eles servem como base para os novos, mas sem preocupações de revisar ou reavaliar o trabalho anterior. Eles ficam como uma base inquestionável do que há na biblioteca. O conselho também muda de ideia diversas vezes quanto ao formato do catálogo; ora escolhem um catálogo alfabético, ora preferem um classificado. A forma de publicação também varia. O conselho sempre preza pelo catálogo impresso, mas Panizzi em sua gestão defende um catálogo manuscrito pela facilidade e rapidez na execução.

As regras que o conselho ordenou que Panizzi ajustasse, e que viriam a ser as 91 regras de catalogação, demoraram cerca de 3 anos para serem totalmente aprovadas e colocadas em prática. Durante esse tempo diversas modificações foram exigidas, como a retirada de exemplos, alterações em textos e substituições de regras. O conselho ainda foi

relutante com todos os bibliotecários para a contratação de mais funcionários para os projetos de todos os catálogos. É importante ver que há cobranças constantes sobre prazos, mas muito pouco é feito para que esses prazos possam de fato ser cumpridos. Em todos os casos os bibliotecários trabalharam com poucos assistentes e auxiliares.

Em uma carta endereçada ao *Earl of Ellesmere*<sup>27</sup>, em 1848, Panizzi chega a comentar sobre a dificuldade de comunicação com o conselho e como isso o impressiona, principalmente nas fases de detalhamento de cada processo do projeto (PANIZZI, 1985, p. 18). Sempre há lacunas de entendimento entre os bibliotecários e conselho no que diz respeito às diretrizes para a construção do catálogo. Ele ainda propõe uma discussão que é muito presente até hoje nas bibliotecas: por que é tão difícil organizá-las como fazem as livrarias? Ele questiona por que os livreiros da época conseguiam montar seus catálogos e uma biblioteca como a British Library não. Ele mesmo responde as questões explicando que, apesar de as livrarias construírem catálogos completos com sucesso, a biblioteca jamais conseguirá algo do tipo, pois se trata de um acervo de uso público, voltado ao público, com cerca de 500 mil obras e planejado por diversas mãos ao mesmo tempo. Mas o que realmente os diferencia não são os números ou o grau de dificuldade, é a liberdade que o livreiro tem para compilar sua lista e que, como as atas acima mostram, o bibliotecário não tem. Vemos que todos os processos na British Library são burocráticos e repletos de impedimentos para as mínimas mudanças. Esse fato afastou Panizzi da organização do catálogo em 1846 e fomentou um grande debate entre o conselho e parlamento, gerando um inquérito sobre o ocorrido, como destacarei adiante.

### 4.3 Os relatórios

As atas são interrompidas na data, já mencionada, de 25 de julho de 1846. Nessa ata o conselho pede que Panizzi justifique o por que o catálogo foi interrompido. A partir desse momento, na documentação consultada, são registrados relatórios tanto de Henry Ellis, quanto de Antonio Panizzi. Na época Henry Ellis ocupava o cargo de diretor da British Library e Panizzi o de bibliotecário responsável pelo setor de livros impressos.

O primeiro relatório, o de Henry Ellis, enumera alguns fatores que ele considera os principais para o impedimento da finalização do catálogo. Ele explica que o primeiro impedimento foi o amplo princípio sobre o qual o catálogo foi enquadrado. Ellis acredita

---

<sup>27</sup> Título de nobreza, equivalente ao título de conde.

que o trabalho era muito extenso para ser cuidado até o fim do tempo proposto, por qualquer funcionário, por mais zeloso que esse fosse. Ele ainda completa o relatório dizendo que a ideia inicial do trabalho muitas vezes não revela sua profundidade.

O segundo motivo apontado foi a tentativa de incluir no catálogo referências cruzadas. Ele explica que o catálogo manuscrito não foi completado antes da sua impressão, sendo enviado de forma incompleta e sem computar o real número de títulos e sem saber qual seria sua verdadeira extensão. Todas as entradas deveriam ter sido acrescentadas respeitando a regra LV<sup>28</sup> e deveriam ter tido sua extensão calculada, o que não ocorreu.

O terceiro impedimento, na opinião de Henry Ellis, foi que houve uma multiplicação nas regras para a preparação e entrada de títulos. Ele acrescenta que algumas regras são mais simples e instintivas para serem seguidas e não exigem nenhum conhecimento especial de quem deveria aplicá-las, mas outras exigiriam pré-requisitos, conhecimentos e pesquisas prévias para serem entendidas, demandando tempo e diversos questionamentos na hora da aplicação no catálogo.

Ele ainda menciona que a divisão em várias etapas do trabalho com a revisão de pessoas diferentes em cada uma também atrasou o processo. Diversas revisões, por exemplo, precisaram ser feitas duas vezes por falta de comunicação entre responsáveis, atrasando o trabalho e ainda aumentando a probabilidade de trabalhos duplicados ou com revisões e correções diferentes. A esse impedimento ele ainda acrescenta o fato de que ocorreram diversas mudanças de pessoal ao longo do processo, dificultando ainda mais a continuidade da construção do catálogo.

Henry Ellis ainda concorda com Panizzi sobre a interrupção dos trabalhos com o catálogo e completa que os erros presentes na obra impressa não teriam acontecido se não houvesse pressão para terminá-lo. Ele ainda completa dizendo que os conselheiros não deram nenhuma resposta aos pedidos de Panizzi para adiar a publicação, o que levou a situação a tal ponto que foi necessária a interrupção. Ellis acredita ainda que o trabalho todo deveria ter sido dividido e não deixado apenas sob a direção de Panizzi, sobrecarregando uma única pessoa com uma grande responsabilidade.

---

<sup>28</sup> A regra LV (presente no anexo) diz que as referências cruzadas devem ser divididas em 3 classes: de nome para nome, de nome para obra e de obra para obra e explica como cada caso deve ser aplicado.

Ele finaliza dizendo que o catálogo poderia ser retomado e sugere que mais pessoas poderiam atuar como supervisores, não sobrecarregando Antonio Panizzi. Ellis ainda conta um pouco de sua experiência na construção do catálogo anterior e reafirma as dificuldades em relação aos prazos estipulados pelo conselho.

Seguido do relatório de Henry Ellis, temos um relatório de Antonio Panizzi. Nele ele comenta suas impressões sobre o relatório anterior e dá suas opiniões e justificativas sobre os problemas com a organização de um catálogo para a British Library. É importante adiantar que Panizzi não concorda com Henry Ellis e entende alguns de seus comentários no relatório anterior como uma afronta ao seu trabalho e responde, com exemplos, por que ele acredita que todos estão errados no que diz respeito aos problemas de execução do projeto.

Ele comenta em sua manifestação três relatórios do conselho: um de 1809, um de 1834 e um de 1846. Panizzi ainda comenta que, para ele, esse é um assunto da maior importância, pois ele abrange algumas questões importantes, como, por exemplo, se o trabalho feito até agora será descartado, se a biblioteca está de fato prestes a ter um catálogo, e se a soma de 60 mil libras será gasta na publicação de um catálogo que pode gerar indignação por parte da população por conta de seus problemas.

Após uma breve introdução ele segue retirando trechos de cada relatório e ilustrando seus argumentos de como, desde o catálogo encomendado a Baber, as instruções e ordens vêm sendo confusas e interferindo de maneira negativa para a construção desses catálogos. Panizzi também aproveita para mostrar como os próprios bibliotecários deixaram de cumprir ordens, atrasaram prazos e fizeram revisões superficiais, deixando erros graves nos catálogos.

Ao todo são 12 transcrições de trechos de relatórios. Juntos das transcrições Panizzi faz comentários e justifica porque a interrupção do catálogo que estava sob sua direção é apenas uma consequência de problemas que aconteciam desde 1807, com a escolha de Baber e Ellis para supervisionar o projeto anterior. Na transcrição número 10, Panizzi comenta o uso de entradas com títulos longos e com títulos curtos e exemplifica com o manual de Brunet porque ele acredita que as entradas de Ellis estavam erradas. Ele diz no exemplo que Brunet era uma grande autoridade a ser citada e que também não concordava

com títulos longos e catálogos impressos no formato *octavo*<sup>29</sup>, ao que Panizzi também era contrário.

É respeitável ver essa referência de Brunet e a menção a ele como uma autoridade na área. É possível perceber que Antonio Panizzi tinha seu manual como uma referência para o que estava sendo feito na British Library. Ao longo de seu relatório, Panizzi retira exemplos e ilustra seus argumentos com entradas do catálogo anterior e do seu próprio, a fim de fazer comparações e mostrar de que forma as entradas antigas estão incorretas. Ele comenta erros de ortografia, de abreviações, de entrada por nome ou título, de titulação de nobreza indicada erroneamente e de expressões em latim erradas. Com isso ele defende que, apesar de seu catálogo conter alguns problemas, ainda é um catálogo melhor que os anteriores. Panizzi finaliza seu relatório comentando esses erros e dizendo que a maioria aconteceu por falta de uma revisão mais cuidadosa.

Após sua manifestação, temos o relatório de Henry H. Baber. Ele inicia rememorando o pedido de reorganizar o catálogo da biblioteca, em 1834 e resume algumas de suas diretrizes para a realização do projeto. Há uma série de questionamentos feitos por parte do comitê sobre o andamento geral do projeto. Ele explica na época que, para um catálogo, os livros devem ser organizados alfabeticamente e de acordo com o sobrenome dos autores. Baber dá as diretrizes de como inserir os nomes, com titulações, posições sociais e segue com a instrução de que após os títulos seja colocado também um pequeno resumo da obra. Há também especificações a serem completadas sobre o número de volumes de cada obra, detalhes como tamanho e tipo de impressão e características como capa de luxo.

As regras descritas por Baber não são enumeradas, mas sim elencadas, o que dificulta o entendimento do leitor. Não há nenhum registro posterior a essas explicações que confirmem se essas regulamentações foram impressas no formato de regras, ou se permaneceram apenas descritas. É importante ressaltar que só o fato de o formato ser apenas descritivo já dificulta o entendimento. É necessário ter atenção redobrada para não perder nenhum detalhe das regras elaboradas por Baber, elas são longas e exaustivamente descritas, misturando diversas características de uma obra em uma mesma frase. Temos,

---

<sup>29</sup> Octavo é o formato das folhas de um livro. É uma técnica na qual uma grande folha é dobrada 3 vezes para produzir 8 folhas que serão impressas. O nome também pode representar um tamanho de livro que tem cerca de 8 a 10 polegadas (o formato de uma folha A5 atualmente).

por exemplo, em um único período instruções quanto a nome, sobrenome, título de nobreza, formato do nome cristão e diretrizes de como deve ser a grafia desses nomes.

Após as especificações das regras, há o questionamento acerca do volume de obras a serem catalogadas. Baber segue dizendo que há cerca de 30 mil obras para serem tratadas e que Antonio Panizzi será responsável pelo trabalho. Ele ainda esclarece que o trabalho é grande e que não há previsão para sua finalização e dá a entender que o primeiro catálogo a ser elaborado será manuscrito. Ele ainda pede a contratação de funcionários extras e responde aos questionamentos sobre a impressão explicando que para imprimir, segundo o impressor, todo o catálogo levará cerca de um ano, mas ele duvida dessa previsão e crê que o prazo final seria de cerca de 3 anos.

Por fim, o conselho questiona a Baber como será a dinâmica entre os funcionários já escalados para o projeto e suas funções e ele lista cada um dos nomes e para qual trabalho será designado. Panizzi aparece na lista como um dos três funcionários principais do trabalho e sua função é catalogar uma coleção sobre revolução francesa. Além dessa tarefa, ele deve também exercer funções rotineiras como acompanhar o catálogo de compras e vendas da biblioteca, encontrar duplicatas entre os registros e fazer relatórios sobre o andamento do novo catálogo.

#### **4.4 As minutas**

No dossiê, seguido dos relatórios mencionados, há alguns recortes de minutas de reuniões, a partir de 1834, rememorando toda a trajetória do catálogo interrompido em 1844. Destacarei aqui as mais importantes, com comentários diretos sobre a estruturação do catálogo ou com decisões sobre seu planejamento. O primeiro destaque são alguns comentários sobre a minuta de uma reunião com um comitê especial. Nela encontramos o registro sobre algumas diretrizes para o catálogo e também um comentário de Panizzi que dá sua opinião de que todos os títulos devem ser conferidos junto com os livros a que dizem respeito.

No documento de 1834, está registrado que o plano apresentado por Baber foi aprovado e que ele é o responsável pelo projeto; que o trabalho de um catálogo classificado será interrompido e substituído por um catálogo alfabético; que os títulos já classificados serão mantidos para uma futura retomada do projeto; e que Baber tem liberdade para remanejar funcionários para o projeto e contratar novos, caso seja necessário.

Em 1836, temos um relatório de Panizzi que foi encomendado pelo conselho. No relato, Panizzi dá algumas sugestões e suas opiniões sobre o projeto do catálogo. Esse documento é notável, pois expressa também algumas das ideias de Antonio Panizzi sobre a função dos catálogos em seu ponto de vista. Ele começa explicando que o primeiro e principal objetivo de um catálogo de uma biblioteca pública é dar um acesso fácil às obras que fazem parte de seu acervo, e que isso é possível com um bom catálogo alfabético. Notamos nesse momento que Panizzi já tinha uma preocupação com o acesso e com os leitores. Para ele, era uma prioridade dar autonomia ao leitor para buscar as obras de seu interesse e que elas fossem encontradas facilmente. É importante perceber essa movimentação de abrir um acervo, tirando-o do acesso e controle exclusivo do bibliotecário. Ele confirma isso dizendo que é desejável que os leitores tenham meios para verificar quais obras da coleção da biblioteca devem ser consultadas para determinado assunto.

Panizzi segue apontando uma crítica crucial: o fato de a British Library não ser uma biblioteca nacional completa. Ele acredita que, além de proporcionar acesso e facilidade ao leitor, a biblioteca deve também proporcionar meios de pesquisa para pesquisadores, bibliógrafos, historiadores, editores, etc. Ele comenta que a boa ordem sempre deve prevalecer em uma biblioteca desse porte e critica o fato de não haver um livro de presença para aqueles que consultam as coleções locais. Outra crítica é que a British Library não possui um catálogo alfabético como o público merece e que o trabalho de compilá-lo nunca foi pensando em uma escala que consiga abranger toda a nação inglesa. O bibliotecário completa dizendo que esse é um trabalho que deve ser feito urgentemente e sem restrições de tempo e dinheiro.

É importante ressaltar que essas críticas foram feitas antes de ele ser nomeado como responsável pelo projeto do catálogo, o que aconteceu apenas em 1839. Contudo, o catálogo em questão já havia sido encomendado e estava em fase de planejamento. Aproveitando a oportunidade de registrar suas opiniões, Panizzi segue o relatório dizendo que o catálogo em questão deve fornecer a informação como os melhores catálogos do mundo fazem. Aqui é significativo ressaltar que Antonio Panizzi, pouco tempo antes, em 1836, saiu em viagem para pesquisar e conhecer os catálogos das maiores bibliotecas da Europa. Essa viagem também foi registrada em formato de relatório com suas impressões sobre quais métodos estavam sendo utilizados em outros países e serviu como inspiração para suas 91 regras.

Em termos técnicos, Panizzi explica no relatório de 1836 que os títulos devem ser escritos inteiros, ou o mais próximo disso, que nenhuma alteração deve ser feita nos títulos e que toda informação útil, como autores de prefácio, biógrafos, tradutores e editores, também deve ser adicionada entre parênteses. Ele acrescenta que publicações anônimas devem ter entrada de acordo com a primeira palavra do título e pseudônimos de acordo com o nome real, que deve ser descoberto e colocado entre parênteses. Ele finaliza essa parte de comentários técnicos dizendo que o catálogo deve possuir o máximo possível de referências cruzadas para que seja possível facilitar a vida dos leitores mais exigentes.

O bibliotecário se dispõe a entregar uma regra para cada caso específico do catálogo e acredita que uma pessoa deve ser escolhida para o projeto. Ele está em uma situação delicada, pois até o momento em que ele escreve o relatório, Baber não havia nomeado Panizzi para o projeto. Outra sugestão que Antonio Panizzi faz é que sejam produzidos dois catálogos: um para consulta dos bibliotecários e um para consulta dos leitores, o que facilitaria para ambos e não criaria impedimentos ou demora para as consultas.

Ele finaliza o relatório repetindo que acredita que a British Library naquele momento não é uma biblioteca digna de ser chamada de biblioteca nacional. Ele escreve sobre os planos de incluir as principais coleções da biblioteca no novo catálogo, o que ainda não havia sido feito e afirma que seria importante elaborarem um índice de assuntos. Panizzi reforça que há poucas pessoas trabalhando no catálogo e que seria melhor se ele fosse mantido como um catálogo manuscrito, pois seria mais rápido de ser concluído e mais barato.

#### **4.5 Cartas**

Esse é o último relatório presente no dossiê. A partir desse momento há no documento algumas minutas de reuniões, pequenos relatos e trocas de cartas entre Antonio Panizzi e o membro do conselho Mr. Forshall. O primeiro registro dessa parte é uma carta de Forshall para Panizzi. Forshall pede a Panizzi que apresente ao conselho as regras que foram organizadas por Baber em 1834 acrescentadas de outras regras que Panizzi possa ter idealizado. Seguido da carta, há algumas minutas de reuniões de 1837, que pedem a Antonio Panizzi que descreva a situação real do acervo e o que há já pronto para ser inserido no catálogo. O bibliotecário repassa o número de títulos não tratados (cerca de 20 mil da coleção intitulada *King's Library*) e explica que as regras de Baber

precisam ser revistas, pois na conferência dos 60 mil títulos já tratados de acordo com elas há diversos problemas e que todo o trabalho terá que praticamente ser refeito. Ao fim da minuta fica decidido que Panizzi apontará quais alterações devem ser feitas.

Panizzi envia, em resposta ao pedido do conselho, algumas observações acerca do acervo e sua organização. Ele sugere que os 20 mil livros da *King's Library*, que estão com as entradas anotadas em papéis, sejam transcritos para um catálogo para dar acesso público aos títulos e se oferece para organizar tudo. Ele também recomenda que seja organizado apenas um catálogo geral para todo o acervo e coleções e que ele seja alfabético, adaptando assim o plano inicial de 1834 de Baber.

Podemos perceber claramente que Panizzi tinha ideias bastante diferentes das praticadas até então na British Library. Até a coordenação de Baber as coleções eram catalogadas separadamente; cada uma tinha seu catálogo. Panizzi, percebendo a dificuldade de administrar tantos acervos e catálogos, faz a sugestão de um catálogo geral, facilitando o acesso do público às obras.

O conselho emite então a ordem de que os títulos da *King's Library* sejam revisados, mas em conformidade com as regras de 1834, de Mr. Baber. Antonio Panizzi, contrário à ordem, envia a resposta de que não irá complementar as regras de Baber, nem revisar os títulos de acordo com elas. Ele afirma que é preciso repensar as regras e criar algo idealizado especialmente para as necessidades do acervo da British Library, começando do zero. Panizzi diz que o trabalho de revisão leva muito mais tempo e não é tão efetivo, pois as regras de Baber dão margem a muitas interpretações diferentes e que não são uniformes nem consistentes. Ele explica que regras como a de Baber abrem espaço para que as obras sejam catalogadas de acordo com a interpretação do bibliotecário, e que cada um pode achar uma informação mais importante que outra. Esse tipo de erro pode ser notado, mas pode também passar despercebido por anos e continuar se repetindo, de tal maneira que, quando visto, todo o trabalho será desconsiderado e demandará algo novo. Ele explica que grande parte dos problemas atuais vem de trabalhos que foram sendo aproveitados ao longo dos anos, mas nunca reavaliados de fato. Por fim, o bibliotecário reafirma a importância de se elaborar algo totalmente novo e se coloca à disposição do conselho.

Essa não é a primeira vez que Antonio Panizzi alerta o conselho sobre a situação do acervo e seu tratamento. Vemos ao longo deste capítulo que essa é uma pauta constante

dentro das reuniões. É elementar que o conselho está frequentemente emitindo ordens de execução para a organização ou rearranjo e cobrando prazos, mas nunca aceitam reavaliar o trabalho feito até então. Vemos um efeito bola de neve, que acumula vícios na execução de tarefas, que torna processos mecânicos e sem questionamento e que com o passar dos anos se tornam obsoletos, exatamente por nunca terem passado por uma reavaliação. Se trouxermos os fatos para o presente, veremos que muito do que foi descrito ainda continua dessa forma, principalmente quando há rotatividade no cargo de bibliotecário. Quando uma pessoa sai e outra entra repetindo as ordens sem questioná-las, repete-se o ciclo e reforça-se estruturas que muitas vezes já não fazem sentido para uma determinada biblioteca.

Mesmo com toda a argumentação dada por Antonio Panizzi, em 1838, o conselho decide que quer de fato um catálogo que seja útil, mas que ele deve ser organizado nos moldes do catálogo que estava em uso na British Library. O que é solicitado de Panizzi é que ele dê sugestões de como fazê-lo. É um passo a frente, mas ainda vinculado às antigas práticas da biblioteca. Há a seguir diversas cartas trocadas entre Forshall e Panizzi sobre o andamento do catálogo e como o trabalho está sendo realizado. São breves comentários sobre correções, atuações dos funcionários e ordens do conselho.

Ao final de 1838 o conselho volta a cobrar a impressão de um novo catálogo e pressiona Antonio Panizzi para tudo seja organizado o mais rápido possível. Panizzi, em um relatório de dezembro do mesmo ano afirma que é impossível realizar a compilação e a impressão de um catálogo naquele momento e que ainda há diversos títulos para serem revisados. Ele ainda lista tudo que, em sua opinião, faltará no catálogo, como referências cruzadas, o que para ele é de suma importância e já havia sido mencionado por Baber também. O bibliotecário ainda alerta que, se apressado, o projeto sairá com diversos erros e obras faltantes, já que o acervo está em constante crescimento.

Após esse relatório há uma série de trocas de cartas novamente entre Forshall e Panizzi. Nelas Forshall explica que o conselho não estava cobrando a impressão do catálogo, mas sim verificando se Antonio Panizzi aceitaria o trabalho. O bibliotecário responde que aceita o encargo e segue-se uma troca de correspondências sobre quais são as necessidades para a execução do projeto. Ele começa seu encargo fazendo algumas sugestões para as regras e adicionando uma que diz respeito a obras anônimas. A regra é barrada pelo conselho, que decide modificá-la. As alterações levam cerca de um mês entre

idas e vindas com Panizzi, que não aceita a interferência do conselho. Por fim a regra é acertada, autorizada e em janeiro de 1839 é publicada em um compilado de 16 instruções iniciais.

Durante os primeiros meses de 1839 as regras são amplamente discutidas entre Panizzi e o conselho, enquanto ele é nomeado responsável pelo setor de livros impressos. O grupo segue discutindo entradas, abreviações, como serão especificadas as titulações dos autores e incluindo exemplos ilustrativos para cada regra. Em junho do mesmo ano há um relatório de Antonio Panizzi, no qual ele apresenta ao conselho as regras finalizadas e com exemplos ilustrativos. Apesar das regras finalizadas e prontas para a elaboração do novo catálogo, ele avisa que não será possível finalizar o projeto no tempo proposto e retoma a discussão do tempo *versus* trabalho. Ele chama atenção para problemas que podem causar atrasos, como a ordem física dos livros na biblioteca, que não estão organizados, dificultando a busca e recuperação para registro e o fato de que novas obras estavam chegando ao acervo sem registro, misturando-se com obras antigas e causando confusão quanto a sua origem. Ele reclama por um livro que controle as aquisições e pede por mais funcionários no projeto.

Após a aprovação das regras o conselho publicou um memorando com a situação da biblioteca e algumas resoluções e diretrizes a serem seguidas. A primeira assume que todos os títulos da biblioteca precisam ser revisados junto de seu exemplar físico para evitar erros; a segunda afirma que há cerca de 22 mil títulos com a letra A, sem contabilizar também os títulos que aparecerão através das referências cruzadas; a terceira registra que alguns trabalhos foram delegados a outros funcionários na biblioteca; a quarta avisa que não será possível iniciar a revisão da letra A antes de janeiro de 1840; a quinta completa que esse trabalho durará, no mínimo, 20 meses; e a sexta afirma que a impressão não poderá ser feita em menos de 18 meses.

Em julho de 1839, foi ordenado pelo conselho que 50 cópias do catálogo fossem impressas, distribuídas e anexadas pela biblioteca. A partir da divulgação, em uma reunião ficou estipulado que o catálogo seja preparado com o mínimo atraso e acertado que o prazo final seria de dezembro de 1844. Um dos desejos manifestados pelo conselho durante a reunião foi que o catálogo deveria ser construído em formato alfabético, mas que o trabalho conseguisse ser aproveitado e, através do material reunido, pudesse haver

a elaboração de um catálogo classificado no futuro. Panizzi obedece às ordens, mas afirma que o prazo de execução é curto.

A todo momento é perceptível a retomada do conselho por ideias que comprovadamente não deram certo no passado: a estipulação de um prazo curto, cercado de avisos de que não será possível completar a organização a tempo, a insistência em dois tipos de catálogo, mesmo percebendo a dificuldade em se elaborar um único e o desinteresse com o trabalho de revisão antes da impressão, que leva tempo e é importante para garantir a qualidade da informação contida no catálogo.

Durante 1840 há trocas de cartas e relatórios de Panizzi chamando atenção do conselho para os prazos, que dificilmente seriam cumpridos e pedindo funcionários extras para ajudar. Ele também reporta alguns problemas com funcionários que não estão cumprindo suas ordens e não estão revisando os títulos do catálogo corretamente. Já em 1841, após a impressão acelerada da letra A, Panizzi envia um relatório em julho, dizendo que a decisão foi apressada e que o catálogo contém muitos erros. Opondo-se a essa situação ele avisa que sairá da organização do projeto, pois é impossível finalizar todo o alfabeto até 1844. Alguns anos depois, em 1843, ele explica em um novo relatório que nunca abriu mão da ideia do catálogo, mas que seria impossível realizá-la no prazo exigido. Em uma conta breve ele mostra que não haveria meios de finalizar o trabalho no tempo proposto, mesmo se os títulos estivessem prontos e apenas aguardando a impressão.

Panizzi segue o relatório listando o que havia sido feito até então e destaca que muito do que foi planejado não foi feito por questões de tempo. O catálogo referente à letra A, já impresso, foi um catálogo com falhas e erros, que custou mais dinheiro do que era necessário e com uma qualidade ruim devido à pressão do tempo. Ele diz que poderia pegar os registros antigos e simplesmente mandar para impressão, mas que ele preferiu organizá-los. Ele finaliza questionando o conselho se há alguma justificativa para tamanho gasto público, principalmente se levado em conta o fato de que todos sabiam que o trabalho não sairia como o esperado.

Em 1844, o conselho pede novamente um relatório a Antonio Panizzi sobre o andamento do catálogo e ele reporta que o material existente é impossível de ser impresso devido a falta de revisão e organização para impressão. Após essa resposta o conselho questiona quanto tempo levaria para que o catálogo fosse finalizado em formato

manuscrito. O bibliotecário faz uma estimativa de que seria possível finalizá-lo perto de 1854, mas que ter um manuscrito pronto não significa que o catálogo pode ser enviado diretamente para a impressão também.

Alguns anos depois, em 1846, o conselho retoma a ideia de tentar justificar os motivos da suspensão dos trabalhos com o catálogo e questiona os bibliotecários Antonio Panizzi e Henry Ellis sobre os motivos do projeto ter parado. Panizzi diz que já enviou diversas justificativas ao conselho e rememora todos os seus relatórios enviados até então. Ele reafirma sua posição quanto aos prazos e práticas que nunca concordou e anexa um relatório de Baber que está alinhado às suas opiniões, mostrando que os problemas vinham de muito antes e que nunca foram solucionados, apenas levados adiante pelo conselho e apresentados a outros bibliotecários, mas com as mesmas exigências impossíveis.

Henry Ellis, por sua vez, justifica falhas que cometeu durante seu período como diretor da biblioteca, mas não admite que sejam apontadas falhas em seu catálogo. Apesar de Antonio Panizzi ter ilustrado problemas nas entradas que Ellis organizou no passado, ele afirma que este foi o trabalho de sua vida. Ele ainda diz que os erros apontados são mínimos, e não são dignos de serem descritos como tanto. É perceptível aqui o apego de Ellis ao seu legado acima de seus erros. Esse é um dos maiores problemas identificados na British Library na época: a maioria dos bibliotecários e conselheiros busca deixar um legado, mas não visando o bem-estar da biblioteca, sua funcionalidade e seu acesso fácil, mas sim buscando fixar seu nome como organizador de algo, tendo esse algo funcionado ou não. É perceptível que ao final de tudo o mais importante é que seja feito, não importando como foi feito.

O dossiê é finalizado em 9 de janeiro de 1847, com algumas resoluções feitas pelo comitê sobre o catálogo. Nelas fica registrado que: a razão para um novo catálogo era reorganizar a biblioteca de uma maneira melhor e mais efetiva, com um plano melhor; que segundo Panizzi um catálogo manuscrito demoraria cerca de 6 anos para ficar pronto e mais 3 para ser impresso; que o catálogo antigo levou 20 anos para ficar pronto com entradas e referências cruzadas curtas; que o novo catálogo teria 800 mil títulos, contra 110 mil do anterior; que os funcionários aumentaram, mas o trabalho era extenso; que o projeto do catálogo cresceu e as regras foram revistas e refeitas levando isso em consideração; que as regras foram cuidadosamente aplicadas; que era indispensável que

esse trabalho estivesse sob a direção de uma única pessoa; que o atual *Keeper of printed books*, de acordo com o anterior, concordou com a impressão do catálogo; que o volume com a letra A foi impresso em 1841, mas ainda está muito incompleto; que os conselheiros ainda confiam no fim do projeto e que ele continua sendo muito necessário; que Panizzi interrompeu a impressão.

Com base nos registros, o conselho, na mesma reunião, determinou que Panizzi finalizasse o catálogo manuscrito, que ele sugira um meio de acelerar a produção e que ele organize um relatório especificando tudo que será necessário e quanto tempo levará. Vemos novamente a questão dos prazos e da exigência que seja feito o mais breve possível. Mesmo com todos os anos registrados de catálogos com problemas e carências, ao fim do dossiê o conselho continua com a mesma mentalidade: de produzir algo rápido, independente das consequências de sua produção acelerada.

Antonio Panizzi conseguiu reverter parte de um processo viciado, finalizando o catálogo em formato manuscrito, mas isso também foi favorecido pelo fato de que o bibliotecário estava se destacando na British Library e ganhando espaço. Após seus pronunciamentos na investigação sobre todo o processo de organização do catálogo e os motivos da demora, ele ganhou destaque e a oportunidade de ser ouvido. Tornou público seu trabalho e suas ideias e após dar seguimento à organização do catálogo foi nomeado diretor da biblioteca e do museu, em 1856.

É importante salientar que aqui está apenas a descrição de como se deu a idealização para elaboração desse catálogo e as ordens para sua produção. Todo o processo é tão rico que é impossível falar das regras em si, sem antes descrever e explorar seu contexto de criação e todas as polêmicas que o envolveram. As 91 regras serão tratadas no próximo capítulo com um olhar mais aproximado às suas especificidades e detalhes.

## 5. O CATÁLOGO DE PANIZZI

Nesse capítulo discutirei e comentarei apenas o Catálogo de Panizzi. No capítulo anterior foi possível entender a trajetória dos catálogos da British Library e como a biblioteca foi organizada até 1834, quando Henry Baber foi solicitado para organizar um novo catálogo. Vemos que, a princípio, as regras de Baber, que regeriam esse catálogo, eram apenas descritivas, pequenos textos com diretrizes gerais, e não regras pontuais, listadas, com objetivos e precisamente estabelecidas. Os textos de Baber não eram específicos sobre o que teria que ser feito no catálogo. Eles davam margem para a interpretação de quem estivesse catalogando as obras, gerando trabalhos imprecisos. Cada funcionário poderia catalogar a obra de acordo com sua visão da diretriz dada.

Desde que foi solicitado para auxiliar no projeto, Panizzi deu sugestões e ideias de melhorias para que o catálogo fosse elaborado com a maior precisão e detalhamento possível. Suas sugestões nem sempre foram ouvidas ou acolhidas, e a princípio foram até mesmo criticadas. Panizzi teve a oportunidade de desenvolver realmente suas ideias apenas a partir de 1837, após a aposentadoria de Henry Baber, quando nomeado *Keeper of printed books*. As regras foram então levadas ao conselho e após muitas revisões e discussões, como foi observado no capítulo anterior, foram publicadas, em 1839.

Antonio Panizzi tinha várias inquietações no que se diz respeito à organização da British Library e seu acesso. Como já visto anteriormente, o bibliotecário levou diversos questionamentos ao conselho sobre a forma com que os catálogos haviam sido elaborados até então. Uma de suas motivações para a criação das 91 regras foi o fato de que as regras estabelecidas por Henry Baber davam margem para diversas interpretações acerca das informações. Elas não eram regras diretas e claras; podiam ser interpretadas por quem estivesse catalogando e podiam, por exemplo, conter erros nos formatos de entradas de títulos e grafia de autores, dificultando a recuperação da obra no futuro. Se o erro fosse repetido poderia comprometer todo o trabalho feito e prejudicar trabalhos posteriores, que poderiam se basear nele.

Assim, Antonio Panizzi criou as regras que foram publicadas no *Catalogue of printed books in the British Museum*, volume I. A publicação é a primeira parte do catálogo e contém as regras em sua apresentação. Dando seguimento à discussão do capítulo anterior, em que fica sinalizado em diversos momentos a insatisfação de Antonio

Panizzi com o projeto, é possível perceber tal insatisfação no prefácio do catálogo escrito por ele, que diz:

THE rules on which this Catalogue is based were sanctioned by the Trustees on the 13th of July, 1839; and, with the exception of such modifications as have been found necessary in order to accelerate the progress of the work, they have been strictly adhered to. Some additional rules, the want of which was not foreseen at the commencement, are printed in italics.

The application of the rules was left by the Trustees to the discretion of the Editor, subject to the condition that a Catalogue of the printed books in the library up to the close of the year 1838 be completed within the year 1844. With a view to the fulfilment of this undertaking it was deemed indispensable that the Catalogue should be put to press as soon as any portion of the manuscript could be prepared; consequently the early volumes must present omissions and inaccuracies, which, it is hoped, will diminish in number as the work proceeds.

In giving to the world the first volume of a Catalogue, which promises to be of an unprecedented extent, the Editor thinks that it would be premature to name each gentleman in his department to whose zeal and talents he is indebted for much that will add to its usefulness. He looks forward to a continuation of the same assistance; and he, therefore, reserves till after the conclusion of the work the particular expression of his obligations.

A. PANIZZI.

*British Museum,  
July 15th, 1841.*

Nesse prefácio Panizzi confirma a discussão do capítulo anterior. Ele explica que as regras foram sancionadas em julho de 1839 e, com exceção de algumas modificações, feitas para possibilitar a aceleração do processo, todo o resto foi seguido à risca como o planejado. Ele ainda diz que algumas regras que não foram previstas no início do projeto foram impressas em itálico. Panizzi segue explicando que a aplicação das regras foi deixada a critério do editor (no caso ele mesmo), apenas sujeita à condição de que o catálogo estivesse pronto até 1844.

O bibliotecário menciona a pressão para a publicação dizendo que, para cumprir esse compromisso da data, foi indispensável que cada parte fosse impressa assim que finalizada sua parte manuscrita. Diz ainda que, em consequência disso, os primeiros volumes publicados poderiam apresentar falhas, erros e omissões, o que se espera que seja diminuído nas edições seguintes. Panizzi finaliza seu prefácio agradecendo aos envolvidos, sem nomeá-los, pois acredita que ele está em dívida para com eles por muito mais que isso. Ele conclui dizendo que espera que possa receber a mesma assistência ao longo do restante do trabalho. Há uma leve crítica de Antonio Panizzi nessa apresentação do catálogo. Vemos sua insatisfação pelo processo ter sido apressado e sua resistência em publicar algo com sabidas falhas. Ele ainda evita nomear sua equipe, ficando, para bem ou para o mal, como o único responsável conhecido pelo trabalho.

É oportuno acrescentar aqui que a mecânica utilizada para a elaboração do catálogo era simplesmente a seguinte: verificava-se os livros e transcreviam-se os títulos em pedaços de papel, como pequenas fichas. Esse processo é comentado diversas vezes no dossiê<sup>30</sup>, principalmente porque era a principal causa de erros, perdas e desentendimentos entre os bibliotecários e o conselho. Essas fichas eram então organizadas e cada uma delas representava uma ‘entrada’. O objetivo de Antonio Panizzi era padronizar essas entradas para que cada registro totalmente descrito aparecesse uma única vez, sendo recuperado também através de referências cruzadas.

Svenonius (2000, p. 62) explica a metodologia referindo-se a ela como a ‘Era Panizzi’. A autora comenta que as descrições bibliográficas tinham o formato de entradas escritas à mão, em catálogos em formato de livros (SVENONIUS, 2000, p. 62). Essas entradas eram organizadas hierarquicamente, pelo nome do autor, e a partir do nome do autor, eram listadas em ordem alfabética de títulos. Svenonius (2000, p. 62) aponta que a primeira edição de um livro possuído pela biblioteca era descrita por completo, e que, se a biblioteca tivesse uma segunda edição, ela era listada após a primeira e descrita como ‘--- another edition’, com suas particularidades explicadas. Caso a biblioteca possuísse mais cópias, o princípio era o mesmo, substituindo *edition* por *copy* na descrição (SVENONIUS, 2000, p. 62).

Dessa forma Panizzi conseguia organizar todas as obras de um mesmo autor. A forma hierárquica auxiliava também na economia de expressões, limitando o que

---

<sup>30</sup> *Papers relating to the alphabetical catalogue of printed books, 1847.*

realmente precisava ser dito sobre cada obra (SVENONIUS, 2000, p. 62). Para o que não era possível organizar hierarquicamente nos catálogos de livros, a indicação eram as referências cruzadas, tão faladas nas 91 regras. Elas reúnem obras relacionadas, como o exemplo dado por Svenonius (2000, p. 62), a bíblia e publicações que a comentam. Assim os livros podiam ser encontrados tanto por pertencerem a um mesmo autor como por serem relacionados a um mesmo tema.

### **5.1 As regras e suas funções**

Após o prefácio de Antonio Panizzi, o catálogo em si é iniciado. Sua primeira parte contém as 91 regras. Apresentarei brevemente as regras, divididas por mim em 16 categorias, de acordo com suas funções. As categorias e cada regra que se encaixam nelas são:

- Autoria: regras IV; V; VI; VII; VIII; IX; X; XI; XII; XIII; XIV; XV; XVI; XVII; XXI; XXX; XXXII; XXXIII; XXXIV; XXXV; XXXVI; XXXVII; XXXVIII; XXXIX; XL; XLI; XLII; XLIII; XLIV; LVII; LVIII; LIX; LXII; LXIV; LXXXIV.

- Edições: regras XXXI; LXXV; LXXVI; LXXVII; LXXVIII; LXXIX; LXXX; LXXXI; LXXXV; LXXXVI; XC.

- Coleções e séries: regras XLV; XLVI; XLVII; XLVIII; XLIX; LXVI; LXVII; LXVIII; LXXIII; LXXIV.

- Referência cruzada: regras LIV; LV; LVI; LX; LXI; LXIII; LXIX; LXX; LXXXIII; LXXVII; XCI.

- Títulos: regras I; II; III; XVIII; XX; XXIV.

- Traduções: regras L; LI; LII; LXXI; LXXII.

- Livros em outros idiomas: regras XXII; XXIII.

- Volumes: regras XXV; XXVI.

- Comentários e notas: regra LXV.

- Descrições físicas: regra XIX.

- Publicação: regra XXVII.

- Impressão: regra XXVIII.

- Encadernação: regra XXXI.
- Periódicos: regra LXXXII.
- Dicionários: regra LXXXVIII.
- Enciclopédias: regra LXXXIX.

Nota-se que a categoria com mais regras é a ligada a autoria. É perceptível o esforço de Antonio Panizzi para que as informações ligadas a autoria fossem as mais confiáveis e exatas. São ao todo 35 regras que auxiliam a catalogação dos mais diversos tipos de nomes, títulos de nobreza, adições ou diminuições de nomes, autores múltiplos e nomes familiares. Esse cuidado remete ao que foi explicado acima, a saber, que uma obra é encontrada por seu autor, reunindo em seu nome todas as edições de uma mesma publicação e todo seu corpo de publicações.

### **5.1.1 Regras de autoria**

As regras de autoria são muito importantes, pois são as que carregam a ideia de hierarquia do catálogo. O autor é a primeira informação a ser identificada e registrada. Considero, nessa categoria, as seguintes regras como de grande importância: VIII, regra que indica que quando um autor usa apenas um nome cristão, ou somente primeiro nome, esse nome deve ser tomado como uma entrada (*heading*) e que se mais de um nome for usado, o primeiro é preferido como entrada principal, nesse caso o sobrenome é adicionado entre parênteses após o primeiro nome, caso seja de conhecimento do bibliotecário. A regra XI explica que se um autor alterou seu nome após a publicação de alguma obra, o nome deve ser adicionado junto ao primeiro nome, com uma nota de alteração. A regra XXX instrui que se o autor da obra é conhecido a informação deve ser adicionada entre parênteses e se a obra é de alguma personalidade distinta, o fato deve ser mencionado rapidamente, ao fim da entrada, também entre parênteses.

Essas são regras aparentemente simples, mas que asseguram qual nome será a entrada principal (e o principal meio de se encontrar o livro), que o autor será identificado, mesmo se modificar seu nome e se o autor é uma personalidade notável, o que também pode auxiliar na recuperação da informação.

As regras XXXIII e XXIV tratam de obras anônimas. A primeira indica que, quando o autor não é mencionado e a publicação é relacionada a vida de alguma pessoa, a obra

deve ser catalogada sob o nome dessa pessoa. Essa regra deve também ser seguida caso a obra seja endereçada a qualquer indivíduo cujo nome seja mencionado no título. Na segunda, a indicação é de que, quando o nome do autor não aparece, então qualquer assembleia, conselho, partido ou seita, que possa ser mencionado no título deve ser tomado como entrada. Se tal nome não aparecer, então o de qualquer país, cidade, estado ou província que possa vir a ser citado deve ser utilizado. As regras XXXVIII, XXXIX e XLI são também sobre obras anônimas. A regra XXXVIII completa as anteriores comunicando que, caso nenhuma das regras anteriores aplique-se, então a obra deve ser catalogada com o primeiro substantivo a aparecer no título. A regra XXXIX informa que, caso o bibliotecário saiba o nome do autor da obra anônima, o mesmo deve ser inserido ao final do título, entre parênteses. Na regra XLI é explicado o caso de pseudônimos. Nesse caso a obra deve ser catalogada com o nome falso do autor e o nome verdadeiro, caso seja descoberto, deve ser inserido, entre parênteses, imediatamente após o nome falso, precedido das letras *i.e.*

As regras sobre obras anônimas são as mais famosas do catálogo de Panizzi. Seu trabalho é sempre lembrado e mencionado pela inovação de incluir regras que assegurassem a recuperação de livros que não possuíam um autor identificado. Assim, há no catálogo 9 regras dedicadas exclusivamente a direcionar como obras anônimas ou com pseudônimos devem ser registradas. É de fato um marco para a organização de catálogos o fato de um bibliotecário desenvolver 9 regras voltadas totalmente a obras anônimas, numa época em que estavam começando as movimentações para catálogos mais objetivos. Essas regras foram as que mais geraram polêmica junto ao conselho, pois eram consideradas complexas demais. Elas sofreram diversas alterações e foram o ponto em que Panizzi mais se esforçou em sua defesa para que fossem mantidas, pois ele as considerava muito importantes para o novo catálogo, principalmente porque até então pouco se falava desse tipo de publicações.

E as últimas regras ligadas a autoria que selecionei são as regras XLVI e LXII. A primeira fixa que obras de vários escritores, publicadas coletivamente, devem ser inseridas separadamente, na ordem em que ocorrem. É notável que nessa regra há um comentário dizendo que uma parte dela, que está escrita entre parênteses, não foi oficializada, por conta da aceleração no processo de impressão do catálogo. A regra, portanto, está incompleta. A segunda, a regra LXII, é um complemento das seis anteriores, todas indicando que devem ser feitas referências cruzadas das obras. Nesse

caso, a regra estipula que deve ser feita referência cruzada dos nomes de autores de obras anônimas, pseudônimos, autores que compartilharam, escreveram ou completaram um trabalho e também de nomes de tradutores ou comentadores que apareçam no título.

Busquei com essa seleção alcançar os casos variantes de entradas por nome, que diferem do padrão onde o nome do autor está destacado e já pronto para inserção no padrão sobrenome, nome. Vemos então entradas de autores com apenas um nome, com modificações de nome, anônimas e com pseudônimos. É claro que há outras regras tão importantes quanto as que destaquei e que inclusive as completam, mas meu objetivo foi escolher as principais de cada assunto, que abrem a temática e que, a partir delas ocorrem as outras e ilustrar a diversidade de casos e como todos são abrangidos nas regras de Antonio Panizzi.

### **5.1.2 Regras sobre edições**

Seguindo as categorias, na segunda com mais regras, a de edição, destaco as regras LXXV, LXXVII, LXXX, LXXXV e XC. A primeira dá diretrizes sobre como proceder em casos de diversas obras de um mesmo autor. A ordem é separar os trabalhos e organizá-los em ordem alfabética. As várias edições e traduções devem ser inseridas da mesma maneira para ficarem agrupadas. A segunda diz respeito a obras que não foram escritas pela pessoa cujo nome consta na catalogação. Nesse caso elas devem ser catalogadas alfabeticamente, como um apêndice e em ordem cronológica. Se houver volumes sem data, eles devem ser catalogados em primeiro lugar.

Essas regras estão intimamente ligadas às de título e autor, pois as complementam. A partir do momento em que o autor foi identificado e as informações de título foram inseridas, vêm em seguida as informações de edições, complementando o título e diferenciando as publicações.

A regra LXXX define que todas as atas, jornais, minutas e publicações periódicas de universidades e associações em geral, assim como obras de autores múltiplos, que fazem parte de séries editadas por qualquer sociedade, devem ser catalogadas na categoria geral de '*Academies*'. Elas devem ter entrada de forma alfabética e de acordo com o nome em inglês do local onde a sociedade pertence. A divisão primária é das quatro partes do mundo, em sucessão alfabética; a primeira subdivisão é dos vários impérios, reinos e outros governos independentes de qualquer parte do mundo, em ordem alfabética; a segunda divisão a ser seguida é de acordo com as várias cidades ou vilas, dispostas

alfabeticamente, pertencentes a cada estado, nos quais qualquer das sociedades se encontram. As atas das sociedades que se encontram no mesmo local devem ter entradas segundo o nome publicado pela sociedade em sua primeira publicação, em ordem alfabética. Cada um desses documentos deve ser organizado de forma cronológica, seguidos da entrada original.

Essa é uma regra mais complexa, que lida com um grande volume documental. Entende-se que as atas, relatórios e memórias que são produtos de sociedades, associações e grupos devem ser organizadas em diversas categorias. Primeiro dentro da geral ‘*Academies*’, depois de acordo com sua região no mundo, seu reino ou estado e por fim sua cidade, tudo em ordem alfabética. Após essa ordenação ser feita, os montantes de documento devem ser organizados de maneira cronológica, como vários volumes pertencentes a uma sociedade, por exemplo.

A regra LXXXV também diz respeito a produtos, mas neste caso, catálogos. A regra aponta que catálogos anônimos, que portem título ou não devem estar sob a categoria ‘*Catalogues*’ subdivididos da seguinte forma: primeiro os catálogos de estabelecimentos públicos (inclui-se sociedades, mesmo que não sejam estritamente públicas); segundo, catálogos elaborados para vendas ou outros fins; terceiro, catálogos de coleções que não estão à venda, cujos donos não são conhecidos; quarto, catálogos gerais, bem como especiais, de objetos, sem qualquer referência a seus donos; quinto, catálogos de negociantes; sexto catálogos de vendas não incluídos em nenhuma das seções precedentes.

A última regra que diz respeito a edições, a XC, trata das edições religiosas. Na regra é destacado que cadernos de missa, breviários, ofícios, livros de oração, liturgias e obras da mesma descrição (que não foram compiladas por indivíduos privados e em sua capacidade privada, caso no qual devem ser catalogados e registrados de acordo com as regras gerais descritas para outras obras) devem ser registradas sob a categoria ‘*Liturgies*’, em estrita série alfabética, de acordo com a denominação inglesa da comunhão, seita ou ordem religiosa para as quais elas são destinadas especialmente; se elaboradas para qualquer igreja particular, congregação, ou lugar de adoração, então de acordo com o nome inglês peculiar a tal igreja, congregação ou lugar de adoração; se qualquer obra dessa descrição ocorrer fora dessas duas classes, então o primeiro substantivo no título

deve ser preferido como cabeçalho. Entradas sob o mesmo cabeçalho devem ser feitas em ordem alfabética estrita.

É importante ver através dessas regras a variedade de documentos que o catálogo abrangia, de livros a catálogos variados, passando por periódicos, atas de sociedades, revistas, livros de missa e oração e ainda mais. Antonio Panizzi conseguiu identificar essa grande variação e criar regras para uniformizar grande parte da variedade que compunha o acervo da British Library.

### **5.1.3 Regras sobre referências cruzadas**

Sobre referências cruzadas, destaquei as regras LIV, LV e LXX. A LIV determina que nenhuma obra deve jamais ser registrada duas vezes em sua totalidade. Sempre que necessário, referências cruzadas devem ser introduzidas. Ela é imediatamente complementada pela regra LV, que determina que as referências cruzadas devem ser divididas em três classes: de nome a nome, de nome à obra, e de obra a obra. Aquelas da primeira classe devem conter somente nome, título, ou função da pessoa referida; aquelas da segunda, o tanto do título referido e, junto com o tamanho e a data, o que mais for necessário para se dar os meios de se identificar prontamente, sob seu cabeçalho, o livro referido; aqueles da terceira, o tanto do título referido que for necessário para se determinar o objeto da obra.

As regras são bem específicas: deve ser evitado qualquer tipo de repetição, e para que isso não aconteça há uma variedade de regras que abrangem as mais diversas situações. Há ainda a regra LXX sobre coleções. Ela precisa que o conjunto de todas as obras de um autor em sua língua original apenas devem ser registradas imediatamente depois das referências cruzadas; as edições sem data, e aquelas cujas datas não podem ser determinadas mesmo aproximadamente, devem preceder todas aquelas que possuem data, ou cujas datas podem ser fornecidas ou positivamente ou por aproximação. As últimas devem seguir de acordo com sua data, sejam elas registradas em qualquer parte do livro, ou fornecidas. Edições do mesmo editor, ou as que são expressamente descritas como seguindo um texto ou edições específicas, e edições com as mesmas notas ou comentário, devem suceder umas às outras imediatamente em sua ordem cronológica depois da entrada da edição que é, ou é considerada como sendo, a mais antiga.

Dessa forma temos destacadas regras que contemplam as obras gerais a serem referenciadas, como isso deve ser feito e qual procedimento em casos de coleções. Há

ainda outras regras sobre o assunto, que dão conta de outras especificidades, mas que ocorrem em menos casos. As regras sobre referências cruzadas também são regras que tornaram o Catálogo de Panizzi famoso. Sua ideia para relacionar obras inspirou os bibliotecários que vieram depois dele e foi o passo inicial que deu origem às relações coordenadas entre termos, que depois foram amplamente desenvolvidas e utilizadas nos catálogos em fichas. Relacionar obras em fichas é mais fácil do que em um catálogo em formato de livros, pois há mais mobilidade. Num catálogo em fichas há apenas que se acrescentar as fichas necessárias ou simplesmente substituí-las, portanto, a ideia de referência cruzada, ou relações coordenadas, é mais aplicável e foi desenvolvida com mais profundidade, abrangendo mais informações.

#### **5.1.4 Regras sobre coleções**

No que se diz respeito a coleções, a regra XLV instrui que em qualquer série de obras impressas que envolva produções reunidas de diversos escritores sobre assuntos particulares, tais como *Ufolini Thesauros Antiq. Sacrarum*, a obra deve ser registrada sob o nome do editor. Ele ainda completa dizendo que obras de vários autores publicadas juntas, mas não sob um título único, devem ser catalogadas sob o nome do primeiro autor, mesmo que o nome de um editor apareça na obra. Já a regra XLVII explica que coleções gerais de leis, editos, ordenanças, ou outros atos públicos de descrição similar, devem ser registrados sob o nome do estado ou nação nos quais ou por quem foram sancionados, assinados ou promulgados. Coleções que se estendem apenas a um reino ou período de governo supremo por uma pessoa, bem como leis e documentos avulsos decretados e expedidos, devem ser catalogados sob o nome da pessoa detentora da autoridade e em nome de quem foram decretados ou sancionados; tais nomes devem ser registrados alfabeticamente sob a entrada principal do estado ou nação, seguindo as coleções gerais. Quando mais de um nome ocorre, o primeiro deve ser preferido.

E o último destaque relacionado a coleções e séries, a regra LXVI, esclarece que qualquer autor cujas obras, ou parte considerável delas contidas numa coleção, sejam consideradas tão importantes para serem distintamente especificadas numa entrada da própria coleção; o volume, ou a parte da coleção na qual o artigo referido é encontrado, deve ser especificada. Destaquei essas regras pois as três juntas também ilustram a grande variedade de possibilidades que o catálogo abrange. Aqui temos regras para compilação de textos variados, mas específicos em assuntos; coleções jurídicas e suas

particularidades; e ainda coleções com autores que merecem destaque. É significativo ver essa dinâmica de Antonio Panizzi, de conseguir captar as necessidades de um acervo extremamente variado e complexo e traduzi-las em 91 regras com um grau de complexidade relativamente baixo. É perceptível que as regras foram descritas para facilitar a interpretação e o entendimento de quem trabalhasse com elas. A grande maioria tem um texto curto e direto.

### 5.1.5 Regras sobre títulos

Seguindo com os grifos, selecionei três regras voltadas aos títulos que considerei para discussão. São elas a regra II, a XVIII e a XX. A regra II é uma regra geral e determina que os títulos devem ser organizados alfabeticamente de acordo com o alfabeto inglês (seja qual for a ordem do alfabeto em que um nome estrangeiro possa ter sido inserido em seu idioma original) sob o sobrenome do autor sempre que ele aparecer impresso no título ou qualquer outra parte do livro. O trabalho deve, no entanto, ser considerado anônimo ou pseudônimo, conforme o caso, e a adição é apenas uma sugestão para a qual o bibliotecário atribuirá tanta importância quanto julgar apropriado, por sua própria responsabilidade, ao fornecer o nome do autor entre parênteses. A regra ainda é completada dizendo que no arranjo alfabético, preposições iniciais, cartas ou artigos devem ser tomados em conexão com o resto do nome.

Já a regra XVIII aponta que o título do livro deve ser a segunda informação a ser escrita, expresso na quantidade mínima de palavras possível, e apenas as do autor, conforme necessário para mostrar ao leitor tudo que o autor quis comunicar na descrição titular de sua obra; a ortografia original deve ser preservada. O número da edição deve ser exibido quando aparecer no título. Na catalogação de sermões, o texto deve sempre ser especificado. A data da pregação do sermão deve ser inserida quando divergir da data da publicação.

E a regra XX explica que quando o livro não possui uma página de título<sup>31</sup>, seu conteúdo deve ser conciso, mas suficientemente descrito nas palavras do cabeçalho, precedido pela palavra *começar* (*começando*) em itálico; se não houver cabeçalho, nos do cólofon<sup>32</sup>, precedido pela palavra *fim* (*finalizando*); e quando a falta de um título se

---

<sup>31</sup> Atualmente página de rosto.

<sup>32</sup> É um conjunto de elementos informativos que o escriba incluía ao fim de um manuscrito. As informações eram ligadas ao local onde o documento foi copiado, data do trabalho, autor do texto, tradutor, etc. (FARIA E PERICÃO, 2008, p. 178).

dever a uma imperfeição, as palavras retiradas ou do cabeçalho ou do cólofon devem ser incluídas entre parênteses. Se tanto cabeçalho como cólofon forem incompletos ou insuficientes, então alguma noção da obra deve ser brevemente exposta em inglês, entre colchetes, e a edição deve ser tão minuciosamente descrita de modo que possa ser facilmente identificada sem medo de engano.

As regras sobre títulos são importantes, pois estão muito ligadas às regras de autoria, que são as principais do catálogo. Após o estabelecimento da autoria, vem o registro dos títulos e os formatos que devem ser considerados, possibilitando o desenho já explicado da união de publicações de um mesmo autor no que se diz respeito a edições e livros diversos.

#### **5.1.6 Demais regras**

Por fim, enfatizo mais algumas regras sobre assuntos mais pontuais. A primeira delas é XIX, que trata da descrição física das obras. Nela fica determinado que qualquer imperfeição marcante em um livro deve ser cuidadosamente notada; e qualquer peculiaridade notável, tal como conter folhas canceladas ou duplicadas, etc., deve ser descrita. Percebemos então um cuidado de Panizzi também com detalhes físicos e sua percepção de que eles são um diferencial da obra dentro do acervo, pois ela pode talvez ser identificada por uma peculiaridade como uma capa em um material diferente ou com uma ilustração notável, por exemplo.

Completando essa regra, há a regra XXIX, que trata especificamente de encadernações. A regra instrui que deve haver descrições caso a obra seja impressa em veludo, cetim, em papel grande ou refinado, ou se é uma primeira edição de um escritor clássico ou muito distinto, que floresceu antes de 1700, ou se impresso privadamente; deve-se descrever também se apenas um número pequeno de cópias foi disponibilizado, ou se há qualquer nota manuscrita.

Na regra XXIII, sobre livros em idiomas diferentes do inglês, é indicado que obras em mais do que uma língua, acompanhadas do original, devem ser registradas apenas no original, a menos que o título seja acompanhado por uma tradução ou traduções, nas quais tal tradução deve ser também descrita. Se não ocorrer nenhum texto original, a primeira língua usada no título deve ser preferida. Em todos os casos, as várias línguas usadas no livro devem ser indicadas ao fim de seu título, em itálico. Nota-se que a regra visa evitar traduções feitas pelos próprios bibliotecários, ou que não sejam oficiais (feitas por quem

editou o livro, ou o comercializou, por exemplo), evitando-se também um conjunto de informações que não seriam padronizadas, e, portanto, de difícil localização e conhecimento.

Sobre livros com volumes, destaquei a regra XXVI, que informa que quando nada for dito no título a respeito desse ponto, se uma obra for dividida em várias porções, mas a mesma paginação continua, ou, quando as páginas não são numeradas, se o mesmo registro continua, a obra deve ser considerada como dividida em partes; se o número progressivo de páginas ou o registro for interrompido, então cada série de páginas ou letras do registro deve ser designada como um volume. É uma instrução simples para identificação de quando a obra deve ser catalogada como composta em volumes e quando não.

Seguida dela, há a regra XXVII, sobre local de publicação que estipula então o lugar onde o livro foi impresso; e em casos particulares, como por exemplo o caso dos primeiros ou muito eminentes tipógrafos, o nome do impressor deve ser especificado. Depois a data: quando a data ou o lugar não são especificados, então ou um ou ambos deve ser fornecido, quando conhecido ou deduzido pelo bibliotecário; mas nesses casos deve ser incluído em colchetes. A forma a seguir deve ser ou folio, quarto, octavo, etc. É uma hierarquia de informações a serem seguidas, caso não haja uma ou outra.

Panizzi não deixa obras como dicionários fora de suas regras e estabelece na regra LXXXVIII que dicionários anônimos de qualquer descrição, incluindo léxicos e vocabulários, devem ser catalogados sob o título geral de '*Dictionaries*' e inseridos em estrita ordem alfabética de acordo com o primeiro substantivo no título, com referência cruzada do nome do autor, quando fornecidos.

Por fim, separei duas regras, sobre traduções, para colocar em destaque. São elas as regras LI e LXXII. A LI aponta que as obras de tradutores devem ser registradas sob o nome do autor original. A mesma regra deve ser observada com respeito às obras de comentadores, se as mesmas forem acompanhadas do texto completo. E a LXXII completa explicando que as traduções de obras reunidas na língua latina apenas devem preceder aquelas em qualquer língua; as traduções latinas devem ser seguidas pelas em inglês. Traduções em qualquer outra língua devem seguir de acordo com a ordem alfabética da língua em inglês. Se o volume contém duas ou mais traduções, sem o texto, a entrada deve ser feita de acordo com a ordem alfabética da primeira das línguas

empregadas. Traduções na mesma língua, e suas várias edições, devem ser registradas em conformidade com as regras expostas para as entradas dos originais.

Busquei com essa seleção analisar a variedade que Antonio Panizzi conseguiu abarcar em suas regras. Há desde diretrizes para entrada de nomes, títulos de nobreza e nomes estrangeiros ou religiosos, até detalhes de uma capa de veludo ou cetim. Panizzi soube desmembrar o que havia de importante em 91 regras que coletam informações tão variadas que dificilmente algum aspecto de um livro não é contemplado. Claro que as regras não são a prova de erros, e ele mesmo explica isso em seu prefácio. Mas, avaliando em retrospectiva, é um trabalho vasto e prodigioso para a época. Afinal, até então não haviam regras tão minuciosas para a organização de acervos tão grandes como o da British Library. Como o próprio Panizzi diz, havia meios de se organizar regras – e de fato elas existiam – em livrarias e pequenas coleções, mas idealizar um montante como o de uma biblioteca nacional ordenado de forma eficaz e funcional, é um desafio inteiramente diferente e mais complexo. Creio que ele foi capaz de dar um passo em direção ao cumprimento desse desafio, mesmo que, novamente, com erros e problemas, mas com a visão de que um acervo de biblioteca é repleto de particularidades que não podem ser ignoradas e devem ser destacadas, pois é afinal, o que os diferencia.

Retomo aqui Svenonius (2000, p. 10), que comenta não ser fácil explicar por que o trabalho árduo é necessário para organização da informação. Para exemplificar, a autora cita as regras de Panizzi como ‘se não o mais bem-sucedido, o mais apaixonado’ trabalho que se tentou fazer (SVENONIUS, 2000, p. 10). Ela continua apontando que muitos membros do conselho da British Library não entenderam os planos de Antonio Panizzi e, por não os entender, acharam tudo complicado demais (SVENONIUS, 2000, p. 10). Essa afirmação vai ao encontro do que foi discutido até então sobre as dificuldades de Panizzi para fazer suas regras serem aplicadas para o catálogo. Svenonius ainda explica que um dos mais celebrados conselheiros, Thomas Carlyle, foi tão longe em suas acusações que chegou a dizer que Panizzi queria aumentar sua reputação através da criação de um catálogo que era ‘uma vaidade de exibição bibliográfica’ (SVENONIUS, 2000, p. 10).

De fato, Antonio Panizzi não foi totalmente compreendido em suas ideias e foi ainda malvisto por diversos colegas e membros do conselho. Explicar para leigos o que significa o trabalho de organização da informação é, até hoje, uma tarefa árdua, mas que quando pronta faz toda a diferença em uma unidade de informação. Panizzi conseguiu

não só superar todas as críticas como se estabelecer como um bibliotecário líder na British Library e deixar seu legado. Ele usou em sua defesa o argumento de que um leitor pode saber qual livro ele procura, mas que dificilmente saberá todas as particularidades das diferentes edições, e que essa é precisamente a informação que ele espera de um catálogo (SVENONIUS, 2000, p. 10). Por isso é necessária a organização de um catálogo completo e preciso, que contenha não só a informação procurada, mas todas as informações acerca de uma publicação.

Esse trabalho reverberou não apenas na Inglaterra, como em outros países, principalmente os Estados Unidos. As 91 regras de Panizzi rapidamente se tornaram notícia e inovação entre bibliotecas e bibliotecários e a partir delas vários profissionais realizaram outros trabalhos, que se tornaram também de grande importância. Creio que Panizzi foi além da determinação para conservar e aplicar suas ideias, ele se tornou um marco representativo do que é possível ser feito em uma biblioteca e de qual é a responsabilidade de uma biblioteca nacional: um acervo organizado, bem escolhido e totalmente disponível.

## 6. A PERMANÊNCIA DAS IDEIAS DE PANIZZI

Discuti até o momento a história das 91 regras do catálogo de Panizzi, categorizei todas e destaquei algumas, mas acredito que, mesmo com toda a importância e vastidão da obra de Panizzi analisadas até agora, não são apenas esses fatores que perpetuaram esse catálogo. Mais do que sua abrangência, o que o trouxe até a atualidade foram suas influências, diretas ou indiretas. Pretendo nesse capítulo comentar as influências mais diretas e fazer uma análise de como essas regras ainda permanecem indiretamente vivas no cotidiano dos bibliotecários.

Antes de analisar essas influências, discuto um pouco o seu impacto. Como já mencionado durante a tese, o catálogo de Panizzi e suas 91 regras foram um tema de grande debate em Londres. Quando Antonio Panizzi anunciou, ao fim da primeira parte do catálogo, que o mesmo não seria finalizado em 1844, uma acalorada discussão foi iniciada dentro da British Library. Os membros do conselho pressionaram Antonio Panizzi e o mesmo firmou sua decisão de não continuar com o trabalho combinado. O crescente desentendimento somou-se a um descontentamento do público com os serviços prestados pela biblioteca, a demora de um novo catálogo impresso e, ainda, as constantes reclamações da comunidade literata que não conseguia obter os livros que desejava. Tudo isso chegou aos ouvidos do governo e tomou sérias proporções: instaurou-se um inquérito na *House of Commons*<sup>33</sup> visando investigar o que estava acontecendo no British Museum (MILLER, 1988, p. 171).

Toda a investigação foi seguida por diversas manifestações públicas de leitores da biblioteca. Várias cartas foram enviadas ao jornal *The Times*, com reclamações e comentários sobre a biblioteca e o funcionamento precário da sala de leitura. Foi organizada uma comissão real que investigaria de perto cada questão a ser discutida na câmara e todos os responsáveis por departamentos da biblioteca foram convocados para dar seu testemunho. Nunca antes foi vista tamanha participação e entusiasmo do público em geral em relação a uma questão envolvendo um catálogo e uma biblioteca. Toda a investigação foi acompanhada de perto pela comunidade e a administração da biblioteca severamente questionada quanto a prazos e investimentos.

Todos os processos de elaboração dos catálogos foram revistos, como vimos no capítulo 4 com o dossiê *Papers relating to the alphabetical catalogue of printed books*,

---

<sup>33</sup> Câmara dos Comuns, ou câmara baixa do parlamento do Reino Unido.

testemunhas foram ouvidas e discursos foram feitos. Antonio Panizzi elaborou um discurso em sua defesa lembrando todos os catálogos que foram elaborados até então na biblioteca, expôs seus defeitos, exemplificou porque cada um deu errado e defendeu suas regras perante a câmara. O bibliotecário saiu vitorioso, o projeto do catálogo foi revisto e modificado ao seu favor e de acordo com suas ideias. Isso se deu tanto pela qualidade das regras, quanto por sua formação como advogado, que teve grande peso na apresentação da defesa e de seus argumentos. Ele pode contar ainda com amigos influentes que estavam envolvidos na questão e que lhe deram apoio. Após o conflito ser resolvido, Antonio Panizzi retornou ao seu trabalho com essa vitória para dar força às suas ideias para o catálogo e também com a liberdade necessária para executá-las.

Mas a grande questão aqui é a participação dos leitores, acadêmicos e intelectuais frequentadores da biblioteca. Vemos nisso evidências fortes do interesse e da importância que essa comunidade dava à biblioteca, e constatamos que aquele local, além de bastante frequentado, era de grande importância para aqueles que ali estavam. Tanto que durante as investigações houveram testemunhos de leitores e até mesmo artigos comentando o estado da biblioteca enviados a jornais (MILLER, 1988, p. 171). Isso comprova o argumento de Panizzi que a British Library, para fazer jus à alcunha de “biblioteca nacional”, deveria ter muito mais do que ela oferecia naquele momento. Para tanto, aquela biblioteca ainda necessitava de melhorias, de vários ajustes e de um olhar cuidadoso sobre como oferecer acesso a todos de forma organizada, efetiva e rápida.

Como mencionado anteriormente, esse é um ponto sobre o impacto de Antonio Panizzi e as 91 regras na biblioteca. É um fato pontual e da época. Claro que todo esse episódio repercutiu na história da Biblioteconomia e estamos ainda hoje recontando-o, mas o que realmente se tornou um legado foram as regras. A partir de agora irei discutir algumas influências das regras de Antonio Panizzi na história da Biblioteconomia. Escolhi alguns bibliotecários e trabalhos que, assim como Panizzi, marcaram época, foram amplamente utilizados, serviram como base para teorias futuras e ainda continuam presentes em nossa rotina com versões atualizadas.

### **6.1 Charles C. Jewett**

A maior influência do trabalho de Antonio Panizzi se deu nos Estados Unidos. A primeira que cito aqui é relacionada ao bibliotecário Charles C. Jewett, bibliotecário do Instituto Smithsonian. O Smithsonian, que é um instituto ainda em atividade, foi

estabelecido em 1846, através de um ato do Congresso dos Estados Unidos, como um instrumento federal independente com parceria público-privada (SMITHSONIAN, 2018). O Instituto é um complexo de museus, bibliotecas, centros de pesquisa e um zoológico todos localizados em Washington DC, é administrado por um corpo de regentes e tem um secretário como regente principal (SMITHSONIAN, 2018).

Jewett foi bibliotecário do Instituto Smithsonian a partir de 1848, e seu catálogo elaborado em 1850 é considerado por Strout (1956, p. 270) o primeiro grande marco da maturidade da atividade de catalogação nos Estados Unidos. Strout (1956, p. 271) ainda completa seu comentário dizendo que o inédito e ainda inigualável interesse e atividade de catalogação que brilhou e floresceu na British Library por mais de uma década não poderia deixar de afetar as bibliotecas americanas, uma vez que o intercâmbio entre os dois países era bastante intenso. Em 1852, Jewett publicou o relatório *On the construction of catalogues of libraries, and of a general catalogue; and their publication by means of separate stereotyped titles with rules and examples*<sup>34</sup>. O documento conta com um prefácio de Jewett onde ele comenta que o relatório tem o objetivo de descrever e explicar um método para preparar catálogos, que foi proposto ao Instituto Smithsonian e também serve como um manual para bibliotecários (JEWETT, 1852, p. iv).

Jewett (1852, p. 4) ainda diz durante o relatório que essa foi uma tarefa longa e árdua. Ele completa que o método escolhido, o de estereótipos, foi algo pensado como o melhor, mas que ainda não havia sido amplamente testado. O bibliotecário segue explicando um pouco desse método e, mais adiante, comenta sua inspiração em Antonio Panizzi (JEWETT, 1852, p. 4). Jewett, que conheceu Panizzi pessoalmente, aproveitou essa oportunidade e demorou-se em uma viagem a Londres para aprender o máximo que pode sobre as 91 regras e suas aplicações na British Library (BLAKE, 2002, p. 7). Strout (1956, p. 271) comenta que ele se distanciou em apenas alguns casos das 91 regras, casos esses em que podem ser vistas as bases para alguns dos princípios de entrada que se tornaram arraigados na prática americana. A autora discute amplamente a influência de Panizzi no trabalho de Jewett e segue explicando que, ao mesmo tempo em que Jewett seguia à risca as regras de Panizzi para a entrada de nomes com títulos de nobreza, ele questionou abertamente suas bases e deu alguns exemplos de casos em que ele acreditava que elas não cabiam (STROUT, 1956, p. 271).

---

<sup>34</sup> Prefácio disponível para consulta no Anexo II.

Outra divergência apontada por Strout (1956, p. 271) é que Jewett não concordava com Panizzi no que dizia respeito à entrada de obras com pseudônimos. Jewett preferiu registrar as obras sob o nome real de seu autor, independente se esse nome aparecia na obra ou não. Mais uma divergência aparecia em entradas de obras anônimas. Jewett preferiu registrá-las sob a primeira palavra do título, ao invés de sob alguma palavra-chave contida no título (STROUT, 1956, p. 271). Para a autora, todas essas mudanças em relação às regras de Panizzi foram importantes e afetaram de algum modo o desenvolvimento posterior da catalogação nos Estados Unidos (STROUT, 1956, p. 271).

Jewett, que estabeleceu 34 regras para catalogação, explicou que acreditava que as regras para catalogação deveriam ser rigorosas e que deveriam respeitar o máximo possível os detalhes de cada obra e que, sendo assim, nada deveria ser deixado à mercê do gosto individual do catalogador (JEWETT, 1852, p. 6). Suas regras são descritas e seguidas de uma breve explicação para a prática. É importante salientar que, além de todas as semelhanças em algumas regras, Jewett também acreditava que elas não deveriam deixar margens para interpretações pessoais e frisava que as leis de depósito legal deviam ser respeitadas, visando um grande acervo nacional do Estados Unidos (JEWETT, 1852, p. 7).

É perceptível que os perfis de ambos os bibliotecários são semelhantes: as ideias de ampliação de acesso aos acervos, da necessidade de uma biblioteca nacional que, de fato, abrangesse todo o acervo do país e que realmente tivesse condições de oferecer uma estrutura e organização eficientes, estavam nas prioridades dos dois. Acredito que, a partir do que foi exposto, podemos concluir com segurança que Antonio Panizzi foi o pioneiro de muitas ideias e práticas que Jewett levou aos Estados Unidos; além disso, podemos também concluir que tais ideias e práticas foram ponto de partida não apenas para ele, mas também para outros bibliotecários do país que nele se inspiraram.

## **6.2 Charles A. Cutter**

Charles Ammi Cutter é considerado um dos bibliotecários mais famosos dos Estados Unidos do século XIX (DENTON, 2007, p. 39). Denton (2007, p. 39) o considera uma figura importante de seu tempo, um bibliotecário líder. Entre seus feitos está a fundação da American Library Association e do Library Journal (junto de outros bibliotecários), a famosa tabela Cutter, muito utilizada até hoje, e suas *Rules for a dictionary catalog*, publicadas em 1876 (DENTON, 2007, p. 40).

As regras de Cutter se basearam em códigos anteriores a ele e, assim como Jewett, ele menciona Panizzi e suas 91 regras em seu prefácio (DENTON, 2007, p. 40). Mas, apesar de citar Panizzi, ele deu apoio adicional aos princípios a respeito dos quais Jewett havia divergido de Panizzi, bem como o questionou no que se diz respeito ao uso de pseudônimos e às regras para titulações de nobreza (STROUT, 1956, p. 271). Cutter, assim como Jewett, registrou obras anônimas sob a primeira palavra do título, com uma exceção importante, no caso de biografias anônimas, as quais ele registrou não sob a primeira palavra do título, mas sob o assunto (STROUT, 1956, p. 271).

Para Strout (1956, p. 271), Cutter fortaleceu o conceito de que catálogos não devem apenas apontar o caminho para uma publicação individual, mas devem também reunir e organizar unidades literárias. Um catálogo deve ser mais que uma mera listagem de obras. Ele é também uma importante fonte de informação e descreve uma biblioteca. Um catálogo pode ser tido como uma vitrine do que há na instituição que ele representa. A autora completa que esse não era um princípio totalmente novo, pois Panizzi em 1841 o havia fortalecido enquanto conceito ao introduzir entradas de corporações e governos, e Jewett havia ainda fornecido apoio adicional por seu uso de nomes reais ao invés de pseudônimos (STROUT, 1956, p. 271). As ideias de acrescentar informações e enriquecer os catálogos são um distanciamento da mera listagem. É transformar a dita publicação individual em uma ferramenta informacional.

Svenonius (2000, p. 4) aponta que Cutter foi apelidado de ‘o grande sistematizador de bibliotecas’, o primeiro a reconhecer a importância de um catálogo ter objetivos formais e a propor meios para alcançá-los. A autora ainda explica que para Cutter esses objetivos eram: 1- permitir que uma pessoa encontre um livro no qual ela saiba quem é o autor, qual é o título, ou qual é o assunto; 2- apresentar o que a biblioteca tem sobre um determinado autor, um determinado assunto, ou um determinado tipo de literatura; 3- auxiliar na escolha de um livro por sua edição ou por seu tipo de literatura (SVENONIUS, 2000, p. 15).

Cutter pensou nesses objetivos levando em consideração o que o leitor tinha em mãos no que se diz respeito a catálogos, assim cada objetivo assume o que o leitor pode saber sobre o que busca. Svenonius (2000, p. 16) completa que esses objetivos são um dos mais repetidos e citados na literatura da área, e que eles só foram substituídos pelas ideias de Lubetzky, que buscou atualizá-los (como veremos adiante).

É possível afirmar que a maior influência de Panizzi no trabalho de Cutter foi de maneira questionadora. Cutter se baseou em muitas das regras que Panizzi desenvolveu, mas avaliou-as sob um olhar questionador e entendeu que algumas eram passíveis de mudanças e melhoras. Há entre os catálogos um intervalo de trinta e seis anos, tempo suficiente para novas ideias surgirem e novas necessidades serem detectadas. O que Cutter tinha de fato em comum com Panizzi era uma forte ideologia de mudança e a personalidade para liderar e colocar inovações em prática.

### **6.3 Seymour Lubetzky**

Svenonius e McGarry dedicaram o livro *Seymour Lubetzky: writings on the classical art of cataloging* (2001) a Lubetzky e uma parte de seus escritos. Elas o consideram, ao lado de Panizzi e Cutter, aqueles que realmente fizeram a diferença na história da catalogação (SVENONIUS, MCGARY, 2001, p. 9). As autoras afirmam que se Panizzi é lembrado pelo desenvolvimento de um código de regras e por demonstrar a necessidade de um catálogo completo e detalhado, e Cutter por estabelecer sistematicamente os objetivos do catálogo, Lubetzky, por sua vez, será lembrado por sua abordagem racionalizada para o design de código de catálogo (SVENONIUS, MCGARY, 2001, p. 9).

Seymour Lubetzky se dedicou a teorias e problemas da catalogação por quase 60 anos, dos seus 40 anos aos 100. Nasceu na Bielorrússia (ainda território russo, na época de seu nascimento), mas mudou-se para os Estados Unidos e trabalhou em diversos lugares. Lubetzky tornou-se bibliotecário por estar desempregado, e viu na Biblioteconomia uma oportunidade de carreira. Foi bibliotecário na Universidade da Califórnia, trabalhou junto à ALA, na Library of Congress e retornou à Universidade da Califórnia como professor (SVENONIUS, MCGARY, 2001, p. 14).

Lubetzky escreveu três grandes obras durante sua carreira: *Cataloging rules and principles*, *Code of cataloging rules*, e *Principles of cataloging*. Panizzi é uma figura recorrente em seus escritos. O bibliotecário é mencionado com frequência e Lubetzky dedicou a ele a publicação de 1956 *Panizzi vs. the "Finding catalog"*, onde Lubetzky rememora a vida e obra de Antonio Panizzi e discute se um catálogo é uma 'finding list' (lista de busca, em tradução livre) ou uma 'reference tool' (ferramenta de referência). No artigo ele discute o fato de o conselho da British Library discordar de Panizzi nas questões ligadas às 91 regras. Ele comenta o fato de que as regras foram vistas como impraticáveis,

complexas e que atrasavam a elaboração do catálogo, mas que por outro lado era de conhecimento de todos a necessidade de um catálogo completo, que abrangesse todo o acervo (LUBETZKY, 2001, p. 174). Panizzi foi malvisto e mal interpretado durante grande parte do processo de elaboração, mas conseguiu firmar suas ideias e, principalmente, como Lubetzky afirma, conseguiu suscitar a ideia de que os catálogos não são feitos para um indivíduo, ou geração, mas para gerações (LUBETZKY, 2001, p. 174).

Em outros termos, catálogos não são feitos para um uso imediato apenas, ou para necessidades pontuais de lugares particulares, mas sim para funcionar como grande parte de um todo, para ser a ferramenta informacional já mencionada. Um bom catálogo traz consigo não apenas as informações daquele acervo, mas também da instituição a que pertence, o que ela preza e trabalha e conta uma parte da história da época em que foi escrito. O Catálogo de Panizzi não descreve apenas o acervo da British Library, através da história de sua organização temos também a história de uma biblioteca nacional e um trecho da história do seu próprio país.

Essa questão da importância de um catálogo eficiente, que Lubetzky credits a Panizzi, reaparece ao longo de todo seu trabalho e sempre retorna como uma inspiração para o trabalho do próprio Lubetzky. A admiração do bibliotecário por Antonio Panizzi é nítida e ele o descreve como um marco na história da catalogação diversas vezes. Lubetzky deixou um grande legado na teoria da catalogação, presente até hoje em nossos estudos e rotina de trabalho. O bibliotecário poderia ser também tema de uma tese inteira. Entre seus escritos ele descreveu brevemente que o processo de catalogação envolve três atividades: a primeira é a identificação dos autores da obra e o estabelecimento da entrada principal; a segunda é a descrição das obras; e a terceira a organização de assuntos. As ideias são simples, mas de grande clareza e sofisticação. Junto dessas três atividades ele atualizou os objetivos de um catálogo citados anteriormente, idealizados por Cutter. Então para Lubetzky um catálogo deve ser um instrumento eficiente para recuperar: 1- um livro que a biblioteca possa ter através de seu autor e título, ou se o autor não está especificado, pelo título, ou se o autor e o título são insuficientes, por um substituto adequado ao título; 2- quais obras são de um autor específico e quais edições existem dessas obras na biblioteca (SVENONIUS, 2000, p. 17).

Considero o trabalho de Lubetzky uma continuação do trabalho de Panizzi. Lubetzky se voltou para a importância de um bom catálogo, para a importância do catálogo voltado ao leitor e como esse catálogo tem que ser pensado para ser uma ferramenta informacional eficiente. Assim como Panizzi, Lubetzky vê que um acervo bem organizado em um catálogo é um acervo disponível e acessível. Creio que um completa o legado do outro preenchendo as lacunas do tempo e da evolução dos métodos, mantendo o principal: o ideal de que um catálogo é para todos e para durar.

#### **6.4 A AACR**

A AACR (Anglo American Cataloging Rules) é um conjunto de regras de catalogação que foi publicado em 1967. Sua organização foi um trabalho da *American Library Association* (ALA), em conjunto com a *Canadian Library Association* e a *UK Chartered Institute of Library and Information Professionals*. Para essa subseção achei importante comentar as influências de Antonio Panizzi no código de catalogação e para tanto utilizei o artigo de Lehnus *A comparison of Panizzi's 91 rules and the AACR of 1967*, publicado em 1972.

Lehnus (1972, p. 1) abre seu trabalho explicando que a maior diferença entre uma mera coleção de livros e uma biblioteca é que a biblioteca é organizada sistematicamente para fins de recuperação e que seu acervo é descrito e registrado em um catálogo. Ele ainda diz que é comum que um catálogo seja visto como uma chave que dá acesso ao acervo e que ele é a ferramenta mais importante de uma biblioteca (LEHNUS, 1972, p. 1). Ele explica que a ideia de autoria se estabeleceu na catalogação, bem como a importância do autor como entrada principal, e credita isso a Thomas Hyde, bibliotecário da Bodleian Library, da Universidade de Oxford, a Antonio Panizzi e a Charles Jewett. Contudo, ele explica que, apesar da ideia ter sido estabelecida pelos bibliotecários citados, quem a de fato definiu foi Charles Cutter (LEHNUS, 1972, p. 2).

Para Lehnus (1972, p. 2), a ordem cronológica dos códigos de catalogação que serviram como base para todos os outros são:

1. Antonio Panizzi: *Rules for the Compilation of the Catalogue*, 1841.
2. Charles Coffin Jewett: *On the Construction of Catalogues of Libraries, and their Publication by Means of Separate Stereotyped Titles: With Rules and Examples*, 1853
3. Charles Ammi Cutter: *Rules for a Printed Dictionary Catalogue*, 1876.

4. American Library Association: *Catalog Rules; Author and Title Entries*, 1908
5. American Library Association: *A.L.A. Cataloging Rules for Author and Title Entries*, 1949.
6. *Anglo-American Cataloging Rules: North American text*, 1967.

O autor comenta que cada código que sucedeu o anterior trouxe refinamentos, simplificações e melhorias e que várias grandes mudanças apareceram, mas que, ao mesmo tempo, muitas partes permaneceram quase sem modificações (LEHNUS, 1972, p. 2). Ele destaca então a relação entre a AACR e as 91 regras de Antonio Panizzi e passa a uma comparação de cada regra, avaliando quais foram as modificações em um intervalo de 126 anos (LEHNUS, 1972, p. 2).

Lehnus inicia a comparação explicando que as 91 regras de Panizzi podem ser subcategorizadas de acordo com seus temas, o mesmo exercício que apresentei no capítulo anterior. A divisão do autor é bastante semelhante a que fiz aqui, mas um pouco mais aprofundada. Ele a registra na seguinte tabela<sup>35</sup>:

---

<sup>35</sup> LEHNUS, D. J. A comparison of Panizzi's 91 rules and the AACR of 1967. **Occasional Papers**. Illinois: University of Illinois Graduate School of Library Science, 1972.

TABLE 1. Rules and Categories

Rule/s	Categories
1 - 8	Choice and form of personal name entries
9	Corporate entries
10 - 17	Choice and form of personal name entries
18 - 31	Descriptive cataloging
32 - 36	Anonymous works
37	Anonymous works and joint authorship
38 - 40	Anonymous works
41 - 43	Pseudonymous works
44 - 46	Collections
47	Corporate entries
48 - 49	Collections
50	Translators and commentators
51 - 52	Translators and translations
53	Commentators and commentaries
54 - 69	References
70 - 78	Organization and arrangement of multiple entries under the same author heading
79	Bible
80 - 83	Entries under broad form headings, and the necessary references
84	Corporate entries
85 - 91	Entries under broad form headings, and the necessary references

O autor segue explicando que as comparações entre regras foram feitas com base nas 91 regras, que não são intituladas, apenas numeradas, e que ele preferiu então seguir a ordem das regras de Panizzi e compará-las com suas respectivas regras dentro da AACR (LEHNUS, 1972, p. 4). Lehnus (1972, p. 4) segue então comentando as mudanças. Aqui destacarei algumas regras e comentários das regras que permaneceram iguais em ambos os códigos. A primeira delas é a regra II, ligada a autoria, comparada com a regra 1A da AACR. Ambas as regras instruem que uma obra deve ter sua entrada pelo nome do autor principal e Lehnus ainda explica que essa regra básica de autoria permaneceu sem modificações em todos os códigos de catalogação modernos (LEHNUS, 1972, p. 5).

As regras VII e 12, que regulamentam teses, também são iguais. Em ambas deve-se registrar uma tese ou dissertação pelo nome de seu autor (LEHNUS, 1972, p. 6). As próximas são as regras XXV e XXVI, e 136 e 141, na AACR. Elas tratam de volumes e fascículos de coleções e explicam que as informações dos volumes devem ser adicionadas ao registro. Ambas as regras dão as mesmas diretrizes, a única diferença é que na AACR temos mais exemplos e especificações (LEHNUS, 1972, p. 15).

Sobre edições, as regras XXXI e 135 estabelecem que as informações de edições, como primeira edição ou outras particularidades, por exemplo, devem constar no registro

da obra (LEHNUS, 1972, p. 16). Sobre coleções tanto as regras XLV e XLVI, quanto a regra 5, apontam que no caso de grandes coleções com autores e obras variadas, o registro deve ser feito sob o nome do editor, ou, caso não haja editor, pelo nome da coleção (LEHNUS, 1972, p. 23). Ambas as regras são tão parecidas que Lehnus chega a comentar que elas são ‘supreendentemente similares’ (LEHNUS, 1972, p. 15).

As regras sobre publicações governamentais, XLVII e 17, 20 e 80, que comunicam como devem ser registradas obras corporativas, oficiais e leis também são tão semelhantes que Lehnus se limita a dizer que são basicamente iguais (LEHNUS, 1972, p. 24). Ainda sobre registros oficiais, mais especificamente sobre compêndios de leis, as regras XLVIII e XLIX e 20, também são muito parecidas. Lehnus completa que as regras são inclusive muito semelhantes à ideia de Lubetzky de princípios gerais sendo aplicados a qualquer tipo de obra (LEHNUS, 1972, p. 25).

As regras L e LI, e 13 e 15, sobre traduções, tradutores e registro de comentadores, são tão parecidas que Lehnus diz que a semelhança é ‘bastante notável’ (LEHNUS, 1972, p. 25). Por fim, também sobre notas e comentadores, nas regras LIII e 11 Lehnus continua a frisar sua surpresa com a semelhanças dizendo que não há ‘absolutamente nenhuma diferença’ entre as regras (LEHNUS, 1972, p. 26).

Destaquei aqui apenas as regras em que Lehnus inclui comentários que descrevem as regras como iguais ou praticamente iguais. Há ainda no artigo diversas outras regras semelhantes, em que ele explica qual a diferença entre a regra de Panizzi e a AACR, mas que possuem a mesma essência, i.e., são apenas reafirmações de uma mesma ideia. É notável que temos aqui 11 regras de Panizzi que são exatamente iguais a regras da AACR. Portanto, a influência direta de Panizzi pode até ser calculada: cerca de 10% das regras de Antonio Panizzi permaneceram inalteradas e se mostram ainda necessárias e pertinentes 126 anos depois de sua criação.

Em sua conclusão, Lehnus ainda relembra que Panizzi organizou essas regras pensando em um catálogo em formato de livro, não um catálogo em fichas, como é o caso do AACR, o que apenas afirma o trabalho de Antonio Panizzi como algo à frente do seu tempo e que foi aplicado em diversas outras situações e gerações.

## 6.6 O FRBR

O FRBR, *Functional Requirements for Bibliographic Records*, é para Denton (2007, p. 35) um ponto final de 175 anos de ideias sobre o que os catálogos são e para que eles servem. Ele completa que não existe o ponto final específico para como as bibliotecas devem se organizar, e que elas mudam a todo tempo, mas que esse é um dos motivos do FRBR existir (DENTON, 2007, p. 35). O FRBR é um modelo de dados proposto pela IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*), publicado em 1998, e descrito por Denton (2007, p. 51) como uma nova maneira de definir as relações entre livros, autores e assuntos.

Denton (2007 p. 52) defende que algumas ideias presentes no FRBR vieram das 91 regras de Antonio Panizzi, como a importância das necessidades do leitor, a obra em si, a ideia de padronização. Ortega completa que:

Surgiu então Panizzi trazendo de novo o foco para a unidade literária, por meio de suas 91 regras adotadas nos catálogos do *British Museum*, como tratamos, que expressam sua teoria da catalogação de obras e não de livros. [...] Os conceitos de unidade bibliográfica e de unidade literária são retomados e incorporados no modelo FRBR. Estes conceitos também se relacionam à noção de unidade documentária. (ORTEGA, 2009, p. 136-137)

Temos no FRBR então a influência mais atual das ideias de Antonio Panizzi. O ponto que acredito ser mais importante aqui não é relacionado às questões técnicas, mas sim a importância de se levar em conta o leitor. Creio que o legado mais importante que Panizzi deixou, e o que mais perpetuou entre os demais teóricos e seus trabalhos, foi o olhar para quem busca. Essa importância com quem está consultando o acervo e fazer do acesso um objetivo se tornou a missão do bibliotecário, aplicada às ferramentas que utilizamos.

## 6.7 O cenário brasileiro

O primeiro grande plano para organizar as obras da Biblioteca Nacional foi desenvolvido em 1883, sob a direção do bibliotecário Saldanha da Gama. O *Plano do Catálogo Systemático da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* foi o primeiro grande projeto concluído para a organização informacional da BN. O Catálogo com a relação de todas as obras não chegou a ser publicado. Ele foi apenas aplicado, organizando a

Biblioteca provavelmente através das fichas que hoje levam o nome de ‘Catálogo Antigo’ (BIBLIOTECA NACIONAL, 2017).

Na apresentação do Plano, Saldanha da Gama diz que a organização de um catálogo é um trabalho de máxima importância dentro de uma biblioteca. Ele cita diversos modelos famosos como os de Gesner e Bacon e termina com o Sistema Brunet, a escolha da BN. Ele explica que, com as últimas modificações feitas no Sistema por bibliotecários franceses, ele se tornou a melhor escolha para o arranjo dos livros em uma biblioteca (BIBLIOTECA NACIONAL, 1883).

Após dizer que o Sistema Brunet foi a escolha da BN, ele completa que, apesar de ser o sistema mais adequado, ele não é perfeito. As falhas apontadas no Sistema dizem respeito, principalmente, ao fato de que ele foi feito especialmente para bibliotecas francesas, necessitando de modificações para ser aplicado em uma biblioteca brasileira, por exemplo.

O problema foi corrigido com a modificação de algumas classes e alguns acréscimos. Saldanha da Gama discordava da junção de grandes temas como ciências e artes em uma única classe, e criou uma nova divisão para o plano brasileiro. A divisão proposta por Brunet compunha as seguintes classes: teologia; jurisprudência; ciências e artes; belas letras; e história. A de Saldanha da Gama, mais extensa, compunha as seguintes: teologia; jurisprudência; filosofia; ciências sociais; história; geografia; ciências matemáticas; ciências físicas; ciências naturais; ciências médicas; ciências ocultas; belas letras; e artes.

Saldanha da Gama argumentava que com poucas classes seria necessário a adição de subclasses, o que tornaria o catálogo confuso. Então, prezando pela simplicidade, preferiu a adição de grandes classes para uma catalogação mais precisa. Nota-se que Saldanha da Gama já tinha preocupações com a efetividade da organização da BN, mas ainda assim escolheu um modelo que organizaria a Biblioteca de modo mais universal, sem pensar em cada livro individualmente, com suas particularidades.

Aqui nada há de Antonio Panizzi, ou qualquer tipo de influência das 91 regras. Um pouco antes do Plano mencionado acima, quando a Biblioteca Nacional ainda estava sob a direção de Ramiz Galvão, este foi à Europa incumbido de representar o Brasil na Exposição Internacional de Viena e também para conhecer bibliotecas em 1873

(CALDEIRA, 2017, posição 1926)<sup>36</sup>. O objetivo do bibliotecário era buscar um modelo que pudesse servir para a construção de uma nova Biblioteca Nacional e também procurar por documentos sobre a história do Brasil (CALDEIRA, 2017 posição 2050).

Ramiz Galvão coletou informações desde fichinhas para busca de livros até números de acervo, funcionários e apoio do governo as instituições (CALDEIRA, 2017 posição 2094). Ramiz, que foi a diversas cidades da Europa, tem para si a British Library como a “menina dos olhos” das bibliotecas e em seu relatório não poupa elogios à riqueza do acervo e ao catálogo alfabético (CALDEIRA, 2017, posição 2098). Ele faz uma leitura precisa da abrangência do catálogo e lista tudo que há nele com ares de surpresa e admiração e faz uma ligação direta do bom funcionamento daquela biblioteca ao apoio dado pelo poder público (CALDEIRA, 2017, posição 2103).

Galvão aproveitou sua viagem e experiência para deixar claro que o bom funcionamento de uma biblioteca nacional está intimamente ligado ao auxílio que o poder público dá à instituição e ao financiamento que lhe é disponibilizado. Ele cita os exemplos das bibliotecas europeias e de como esse apoio foi fundamental para que elas se tornassem modelos (CALDEIRA, 2017, posição 2109). De tudo que viu e admirou na British Library, Ramiz Galvão colocou em prática apenas uma divisão setorial simplificada, parecida com que a biblioteca inglesa utilizava: Impressos e cartas geográficas, Manuscritos e estampas (CALDEIRA, 2017, posição 2233). Para as questões de acesso ao acervo, Ramiz Galvão deu preferência a outro modelo que lhe agradara: o francês (CALDEIRA, 2017, posição 2233). Assim trouxe muito da biblioteca de Paris para nossa biblioteca brasileira, o que foi continuado pelo seu sucessor, Saldanha da Gama, e solidificado com o *Plano do Catálogo Systemático da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*.

Não é possível identificar mais nenhuma influência direta da British Library, ou das 91 regras de Panizzi, no Brasil. Mais adiante o código que realmente foi amplamente utilizado no país foi o Código da Vaticana, a partir de 1940, pois era o código ensinado no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (ORTEGA, 2009, p. 98). Algum

---

<sup>36</sup> A referência está com a posição, no lugar da paginação, pois o livro foi lido em formato de ebook, onde não constam as páginas como na edição física, e sim a posição que o leitor se encontra no ebook.

tempo depois, os cursos de Biblioteconomia do estado de São Paulo passaram a utilizar e ensinar a AACR, mas ainda assim sem nenhuma ligação direta com Antonio Panizzi.

Através desse capítulo busquei discorrer que o trabalho de Antonio Panizzi é atemporal. Suas ideias perpetuaram durante o tempo e vem se fazendo presente até hoje, talvez não exatamente iguais, pois isso seria impossível e revelaria, na verdade, que ficamos parados, mas na sua essência e objetivos. Principalmente no que se diz respeito ao acesso e recuperação.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir, a partir de tudo que foi discutido até agora, que Antonio Panizzi é um marco. Seu trabalho é um divisor de águas dentro da Biblioteconomia e sua repercussão é uma das mais impactantes dentro de nossa área. Suas ideias chegaram até o século XXI ainda atuais, principalmente no que diz respeito à importância de uma biblioteca nacional, o que ela representa e o quanto ela precisa ser acessível e voltada ao leitor. Mas, mais que isso, Antonio Panizzi não foi só um marco para a Biblioteconomia e para a catalogação, como foi também para a história da British Library e de Londres. É bastante emblemático que, ainda hoje, seu busto seja exibido em um local de destaque na biblioteca, sendo parte do itinerário fixo do passeio guiado oferecido pela biblioteca.

De refugiado a uma figura pública de poder, Antonio Panizzi foi um homem de personalidade obstinada e perfeccionista. Podemos notar, pelos relatos e documentos que consultei, que ele era também um homem difícil, irredutível, ambicioso e expansivo. Sua defesa em prol das 91 regras é composta de trechos em que ele não tem nenhum problema em apontar os defeitos dos trabalhos anteriores ao seu e em expor e criticar de maneira cáustica os bibliotecários que ocuparam seu lugar anteriormente. Ao fim de tudo, ele estava certo, como os capítulos anteriores procuraram mostrar, e os trabalhos mencionados por ele eram repletos de falhas, problemas e incoerências. Panizzi não poupou esforços para revelar cada problema de uma forma bastante explícita e expor cada bibliotecário.

Antonio Panizzi viveu uma vida bastante marcante. Foi membro de movimentos revolucionários radicais na Itália, foi perseguido e condenado à morte, foi pobre em Londres, depois se tornou parte da alta sociedade de Liverpool para em seguida retornar a Londres e construir uma carreira de rápida ascensão na British Library. É impossível não se impressionar pelos feitos e pela figura de Antonio Panizzi, principalmente após a leitura da biografia escrita por Miller, que em seu título já deixa clara sua admiração por Panizzi: *Prince of Librarians*. É de fato um exagero, mas ao conviver durante quatro anos com a memória de Panizzi, posso compreender aqueles que não apenas se renderam aos seus encantos, mas que também puderam apreciar o poder de suas ideias e acabaram por se tornar seus discípulos.

Antonio Panizzi está intimamente ligado às suas 91 regras. O legado não se tornou maior que o idealizador; eles se perpetuaram juntos. Todos os acontecimentos, as

polêmicas, os conflitos causados pelo catálogo, pelas regras e pelo bibliotecário transformam essa história em algo fantástico. Quando um bibliotecário poderia imaginar que suas ideias a respeito de algo aparentemente tão específico como um catálogo poderiam movimentar tamanha discussão e mobilização popular? É difícil conseguirmos imaginar algo dessa magnitude ocorrendo hoje em dia. É quase fantástico imaginar investigações, acusações, defesas e testemunhas, todos se articulando para defender ou derrubar algo que parece tão distante do interesse popular como um catálogo de biblioteca.

O *Catalogue of printed books in the British Museum* foi um trabalho grandioso e diferente de tudo publicado até então. Panizzi criou 91 regras com a visão e a preocupação de abranger a maior quantidade possível a respeito de uma obra. Ele buscou mais do que a organização: buscou a especificidade e a individualização de um livro dentro do acervo, como em suas regras de edição, onde um mesmo livro de um mesmo autor conta com as informações que o diferenciam de uma edição posterior, que é também parte de uma biblioteca. A partir das 91 regras começamos a pensar sobre um livro dentro de um acervo e como chegar exatamente até ele. Com a ajuda dessas regras outros bibliotecários começaram a se aprofundar nessa individualidade do livro e de suas particularidades perante um todo, respeitando ambos: o livro e o acervo, organizando-os separadamente, mas para estarem em conjunto. A partir dessas ideias os acervos passaram a ser um conjunto harmonioso, onde encontramos não apenas aquela publicação que precisamos, mas também as demais do autor e do mesmo assunto, ou de assuntos relacionados. O acervo passou a ser como um organismo vivo que reúne itens semelhantes e cria uma história sobre o que está disponível. Acredito que seja muito natural um trabalho com tamanha profundidade, idealizado para organizar um acervo nacional, se espalhar e reverberar da maneira que aconteceu. Afinal, era uma época na qual os acervos cresciam rapidamente e ambientes de informação mais complexos começavam a ser instituídos no ocidente.

Panizzi trouxe uma visão importante sobre o poder de uma biblioteca nacional e o que essa instituição significa para um país. Ali não é apenas o repositório de algumas obras: ela é a salvaguarda de todo patrimônio cultural de toda uma população e era, também, ao menos naquela época, o meio mais democrático para a distribuição e acesso ao conhecimento. É claro que naquela época a distribuição e acesso não eram tão democráticos assim por questões culturais, de acesso e de alfabetização da população. Se

ainda hoje isso não é algo ao alcance de todos, o caso era ainda mais grave naquela época. Mas o que digo é a tentativa, a abertura e a facilitação de proporcionar serviços de qualidade para o maior número de pessoas possível. Considero também nos atos de Antonio Panizzi uma quebra da elitização da British Library. Oferecer acesso e facilitar a busca por informações, principalmente por estudantes, é romper com uma instituição elitizada e fechada para uma certa classe bastante restrita de intelectuais. O próprio bibliotecário era uma amostra do público que ele buscava alcançar: imigrante, que já havia sido pobre e que precisou estudar para alcançar o posto que ocupava.

Assim ele conseguiu não só alcançar seus objetivos de tornar a British Library uma grande biblioteca nacional (que impressionou o brasileiro Ramiz Galvão), como também conseguiu transforma-la em algo memorável. Construiu uma sala de leitura, mudou a forma como a biblioteca era organizada, modificou o sistema de busca de obras, implantou as fichas para os leitores preencherem com as obras requisitadas e tornou o acervo mais acessível e menos dependente do bibliotecário para esse acesso. Dessa forma é natural que Jewett, Cutter, Lubetzky e tanto outros tenham tido Antonio Panizzi como fonte de inspiração.

Desenvolver esta tese foi uma tarefa bastante árdua. Das ideias iniciais poucas permaneceram até o final e, mesmo nos últimos momentos de escrita, novos fatos surgiram e modificaram os rumos da pesquisa. No primeiro capítulo, pós introdução, busquei construir uma base sobre a história dos catálogos, para que o leitor pudesse compreender como, até as 91 regras, não havia nada tão sofisticado e aprofundado no ramo da catalogação.

No capítulo seguinte, o terceiro, introduzo o personagem Antonio Panizzi, com sua história e a linha do tempo de sua vida que, inevitavelmente, se entrelaça com a história da British Library. No momento do encontro entre Panizzi e a biblioteca, aproveitei para descrever também como ela foi fundada e seu desenvolvimento, primeiro junto do British Museum, e depois sozinha com um prédio individualizado e pensado para comportar uma das maiores bibliotecas do mundo.

No quarto capítulo me dediquei ao material coletado na pesquisa de campo que fiz na British Library em 2017. Construí um capítulo para rememorar os catálogos anteriores ao Catálogo de Panizzi e todas as tensões envolvidas em cada processo. Utilizei o documento *Papers relating to the alphabetical catalogue of printed books* como base e

tracerei uma linha do tempo de fatos importantes desde a publicação do primeiro catálogo até a decisão de Antonio Panizzi de interromper com a produção de um novo catálogo.

Para o quinto capítulo, continuando a discussão do capítulo anterior, busquei da ênfase as 91 regras e ao Catálogo de Panizzi comentando a construção do catálogo e as regras mais importantes. Destaquei as regras essenciais e que repercutem em outras regras ou ainda são complementadas ao longo do catálogo. O principal objetivo desse capítulo foi ilustrar a grande variedade e abrangência que Panizzi conseguiu alcançar com suas regras.

E, por fim, no sexto capítulo analisei alguns bibliotecários e trabalhos posteriores a Antonio Panizzi que foram influenciados por suas ideias. Listei alguns grandes nomes e expliquei como Panizzi esteve presente nas ideias e nos trabalhos de cada um. Finalizei com o cenário brasileiro, parte essa que foi fruto de um trabalho desenvolvido na Biblioteca Nacional do Brasil, em paralelo à tese, durante um ano em que fui bolsista pesquisadora da instituição. O objetivo da pesquisa era investigar possíveis influências de Antonio Panizzi em nossa biblioteca. Tais influências não foram encontradas, e fiz então uma pesquisa sobre os modelos organizacionais da BN. Achei importante comentar um pouco dessa pesquisa aqui e trazer nosso cenário para a tese, mesmo que sem uma participação ativa de Antonio Panizzi, para introduzir o Brasil no contexto internacional de organização de bibliotecas.

Finalizo essa pesquisa, mas não o tema. Há muito ainda que se estudar sobre Antonio Panizzi, principalmente sobre suas influências, pois as limitações naturais de tempo me permitiram ir apenas até certo ponto. Acredito que essa tese é apenas um primeiro passo num campo ainda pouco trabalhado, principalmente no Brasil, e que outros serão dados após sua finalização, não necessariamente por mim. Na verdade, um dos objetivos desta tese foi justamente trazer à baila o debate sobre os fundamentos e origens de nossa área e encorajar a participação de outros pesquisadores. Incorporei o maior número de correções possível, tentando clarificar e expandir os pontos que foram generosamente discutidos na defesa da tese. Contudo, como o próprio Panizzi acrescenta em seu prefácio, há muitos outros pontos que serão questionados e constantemente revisados. Certamente serão abordados em futuras publicações e em continuações deste estudo.

Considero essa discussão histórica importante para a Biblioteconomia, e uma pedra fundamental para a catalogação. Essa tese nasceu da percepção de que Antonio Panizzi era um personagem sempre citado, mas nunca protagonista de trabalhos e que, especialmente no Brasil, ainda é pouco estudado. Espero que essa pesquisa seja também uma fonte para bibliotecários, acadêmicos ou não, que tenham a curiosidade de saber um pouco mais da história de nossa profissão e que da leitura dessa tese possam sair inquietações para outros trabalhos. Espero também que este texto tenha sido, acima de tudo, uma leitura prazerosa sobre a história de uma pessoa que fez a diferença e sobre o legado que deixou, legado esse que continua muito vivo, mesmo que apenas na vontade de mudança.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Plano do catálogo systemático da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Sobre a BN: Histórico**. Rio de Janeiro, 2017.

Disponível em: < <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>>.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Guia da Biblioteca Nacional: sesquicentenário - 1810-1960**. Rio de Janeiro: A Biblioteca, 1960b. Localização: Manuscritos - Manuscritos/IMP 2,1,15.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, v. 4, 1878.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, v. 9, 1881.

BLACK, A; HOARE, P (Org.). **The Cambridge History of Libraries in Britain and Ireland: volume III: 1850-2000**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BLAKE, V. L. P. Forging the Anglo-American Cataloging Alliance: Descriptive Cataloging, 1830-1908. **Cataloging & Classification Quarterly**. Vol.35, No ½, 2002, pp. 3-22.

BRITISH LIBRARY. **About us: History of British Library**. Londres, 2010a. Disponível em: < <http://www.bl.uk/aboutus/quickinfo/facts/history/index.html>>

BRITISH MUSEUM. **Catalogue of Printed Books in the British Museum**. 1841.

Disponível em:

<<https://play.google.com/books/reader?id=cE0MAQAAMAAJ&printsec=frontcover&output=reader&hl=en&pg=GBS.PR1>>

BRITISH MUSEUM. **Private and confidential: papers relating to the alphabetical catalogue of printed books**. London, 1847.

BRUNET, J. C. **Manuel du libraire et de l'amateur de livres**. Paris: De L'Imprimerie de Crapelet, 1814. Disponível em:

<<https://archive.org/details/manueldulibrair03brungoog>>

CARPENTER, M., SVENONIUS, E. (Ed.). **Foundations of cataloging: sourcebook.** Littleton: LibrariesUnlimited, 1985.

CAMPBELL, G. D.; FAST, K. V. Panizzi, Lubetzky, and Google: How the modern web environment is reventing the Theory of cataloguing. **The Canadian Journal of Information and Library Science.** Canada, v. 28, n. 3, 2004.

CHANDEL A.S., PRASAD, R. V. Journey of catalogue from Panizi's principles to Resource Description and Access. **Journal of Library & Information Technology.** Vol.33, No 4. July 2013, pp. 314-322.

CONSTANTIN, L.A. **Bibliothéconomie: Instructions sur l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques.** Paris: J. Techener, 1839.

COWTAN, R. **A biographical sketch of Sir Antonio Panizzi.** London: Asher & Co, 1873.

CUNHA. M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia.** Brasília: Brinquet de Lemos, 2008.

DENTON, W. FRBR and the history of cataloging. In: Taylor, A. G. **Understanding FRBR: what it is and how it will affect our retrieval tools.** Westport: Libraries Unlimited, 2007.

FAGAN, L. **The Life of Sir Antonio Panizzi:** Late Principal Librarian of the British Museum, Senator of Italy, Etc, vol I. Cambridge: Cambridge University Press, 1880.

FARIA M. I.; PERICÃO, M. G. **Dicionário do livro:** da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Edusp, 2008.

GARRIDO ARILLA, M. R. **Teoria e História da catalogación de documentos.** Madrid: Sintesis, 1996.

HARRIS. P. H. The first century of the British Museum Library. In: MANDELBROTE, G; MANLET, K. A (Org.). **The Cambridge History of Libraries in Britain and Ireland:** volume II: 1640-1850. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

JEWETT, C. C. **Smithsonian report on the construction of catalogues of libraries and of a general catalogue and their publication by means of separate, stereotyped**

**titles, with rules and examples.** Washington: published by the Smithsonian Institution, 1852.

LEHNUS, D. J. **A comparison of Panizzi's 91 rules and the AACR of 1967.** Illinois: University of Illinois Graduate School of Library Science, 1972.

MANDELBROTE, G; MANLET, K. A (Org.). **The Cambridge History of Libraries in Britain and Ireland:** volume II: 1640-1850. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MEY, E; SILVEIRA, N. **Introdução à catalogação.** Rio de Janeiro: Brinquet de Lemos, 1995.

MILLER, E. **Prince of librarians:** the life and times of Antonio Panizzi of the British Museum. Athens: Ohio University Press, 1988.

NORRIS, D. M. **History of cataloguing and cataloguing methods (1100-1850).** University Microfilms, 1982.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <[http://www.dgzero.org/out04/Art\\_03.htm](http://www.dgzero.org/out04/Art_03.htm)>.

ORTEGA, C. D. **Os registros de informação dos sistemas documentários:** uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (ECA/USP).

PANIZZI, A. **On the supply of printed books from the library to the reading room of the British Museum.** Londres: C. Whittingham, 1846.

RAWLINGS, G. B. **The British Museum Library.** London: Grafton & Co, 1916.

SMITHSONIAN. About: our organization. Washington, 2019. Disponível em: <<https://www.si.edu/about/administration>>

SMIRAGLIA, R. P. The progress of theory in knowledge organization. **Library Trends**, v. 50, n. 3, p. 330-349.

STROUT, Ruth French. The development of the catalog and cataloging codes. **Library Quarterly**, v. 26, n. 4, p. 255, oct. 1956.

SVENONIUS, E.; MCGARRY, D. (eds.). **Seymour Lubetzky: writings on the classical art of cataloging**. Englewoog: Libraries Unlimited, 2001.

SVENONIUS, E. **The intelectual foundation of information organization**. Cambridge: The MIT Press, 2009.

UNITED KINGDOM. Act of parliament: copyright act, 1842. Disponível em:  
<[http://www.copyrighthistory.org/cam/pdf/uk\\_1842\\_1.pdf?fbclid=IwAR0l3IexYefQrhOndl4o7fIvvE8EzU00vstTUY7YLoyqw6qj2Rzygj1v4eo](http://www.copyrighthistory.org/cam/pdf/uk_1842_1.pdf?fbclid=IwAR0l3IexYefQrhOndl4o7fIvvE8EzU00vstTUY7YLoyqw6qj2Rzygj1v4eo)>

## REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

(Leituras que complementam o tema, feitas durante a tese, mas não utilizadas na composição do texto)

BARATIN, M.; JACOB, C. (orgs.). **O poder das Bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

BROOKS, C. **Antonio Panizzi, scholar and patriot**. Publications of the University of Manchester. Manchester, n. 208, 1931.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento: da enciclopédia à Wikipédia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

CARPENTER, M. The original 73 rules of the British Museum: a preliminary analysis. **Cataloging & Classification Quarterly**. v. 35: 1-2, p. 23-36, 2009.

ECO, Umberto. **A vertigem das listas**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ELIOT, S.; ROSE, J. (org.). **A companion to the history of the book**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. As bibliotecas públicas cariocas no século XIX. Campo Grande: **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação**, 2001.

- FIUZA, M. M. Funções e desenvolvimento do catálogo: uma visão retrospectiva. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 9, n.2, p.139-159, 1980.
- HAYDEN, Carla, org. **The card catalog: books, cards, and literary treasures**. San Francisco: Library of Congress, Chronicle Books 2017.
- HJORLAND, B. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 3/2 p. 86-101, 2008.
- KENT, A. (org.). **Encyclopedia of Library and Information Science: Volume 21 - Oregon State**.
- KRAJEWSKI, M. **Paper machines: about cards & catalogs, 1548-1929**. Cambridge: MIT Press, 2011.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LERNER, F. **The story of libraries: from the invention of writing to the computer age**. New York: Continuum, 1999.
- MCCRIMMON, B. Panizzi as administrator. University of Illinois Library School: **Occasional Papers**, n. 68, aug. 1963.
- MODESTO, F. Pondo Panizzi quente na discussão do novo código. **Infohome**, 2011. Disponível em: <[http://www.ofaj.com.br/colunas\\_conteudo.php?cod=628](http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=628)>.
- MURGUIA, E. I. **A memória e sua relação com arquivos, bibliotecas e museus**. Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta, 2010.
- NEGRUCCI, T. **Historiography of Antonio Panizzi**. 2001. Disponível em: <<http://www.gseis.ucla.edu/faculty/maack/Documents/Panizzi.doc>>
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, v. 10, p. 07-28, dez. 1993.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SANTOS, M. S. dos. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablumes, 2003.

SCHREIBER, M. R. Antonio Panizzi. **Revista Escola de Biblioteconomia**. Belo Horizonte: UFMG, v. 8 (02), p 112-116, set. 1979.

SCHWARCZ, L. M. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SMIRAGLIA, R. P. The history of ‘the work’ in the modern catalog. **Cataloging & Classification Quarterly**, vol. 35: 3-4, p. 553-567, oct. 2003.

SPANHOFF, E. R. Principle issues: catalog paradigms, old and new. **Cataloging & Classification Quarterly**, vol. 35: 1-2, p. 37-59, oct. 2007.

TURAZZI, Maria Inez. **Iconografia e Patrimônio: o Catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da nação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

WRIGHT, A. **Cataloging the world: Paul Otlet and the birth of the information age**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

ANEXO I – As 91 regras e o primeiro volume do Catálogo de Panizzi

C A T A L O G U E

OF

PRINTED BOOKS

IN THE

BRITISH MUSEUM

VOLUME I.

LONDON

PRINTED BY ORDER OF THE TRUSTEES

M.DCCC.XLI.

THE rules on which this Catalogue is based were sanctioned by the Trustees on the 13th of July, 1839; and, with the exception of such modifications as have been found necessary in order to accelerate the progress of the work, they have been strictly adhered to. Some additional rules, the want of which was not foreseen at the commencement, are printed in italics.

The application of the rules was left by the Trustees to the discretion of the Editor, subject to the condition that a Catalogue of the printed books in the library up to the close of the year 1838 be completed within the year 1844. With a view to the fulfilment of this undertaking it was deemed indispensable that the Catalogue should be put to press as soon as any portion of the manuscript could be prepared; consequently the early volumes must present omissions and inaccuracies, which, it is hoped, will diminish in number as the work proceeds.

In giving to the world the first volume of a Catalogue, which promises to be of an unprecedented extent, the Editor thinks that it would be premature to name each gentleman in his department to whose zeal and talents he is indebted for much that will add to its usefulness. He looks forward to a continuation of the same assistance; and he, therefore, reserves till after the conclusion of the work the particular expression of his obligations.

A. PANIZZI.

*British Museum,  
July 15th, 1841.*

## RULES

### FOR THE COMPILATION OF THE CATALOGUE.

I. TITLES to be written on slips, uniform in size.  
*The entries of works in the collection of George the Third presented by George the Fourth to the Nation to be distinguished by a crown.*

II. Titles to be arranged alphabetically, according to the English alphabet only (whatever be the order of the alphabet in which a foreign name might have to be entered in its original language) under the surname of the author, whenever it appears printed in the title, or in any other part of the book. If the name be supplied in MS. the work must nevertheless be considered anonymous or pseudonymous, as the case may be, and the MS. addition deemed merely a suggestion to which the librarian will attach such importance as he may think proper, on his own responsibility, in supplying the author's name between brackets, as hereafter directed.

*In the alphabetical arrangement, initial prepositions, letters or articles to be taken in connection with the rest of the name.*

III. If more than one name occur in the title, by which it may appear that the work is the production of more than one person, the first to be taken as the leading name.

IV. The works of sovereigns, or of princes of sovereign houses, to be entered under their Christian or first name, *in their English form.*

V. Works of Jewish Rabbis, as well as works of Oriental writers in general, to be entered under their first name.

VI. Works of friars, who, by the constitution of their order, drop their surname, to be entered under the Christian name; the name of the family, if ascertained, to be added in brackets. The same to be done for persons canonized as well as for those known under their first name only, to which, for the sake of distinction, they add that of their native place, or profession, or rank. Patronymics, or denominations, derived from the ancestors or names of other persons, to be used as surnames.

VII. The respondent or defender in a thesis to be considered its author, except when it unequivocally appears to be the work of the Prases.

VIII. When an author uses a Christian or first name only (either real or assumed), such name to be taken as a heading; and if more than one be used, the first to be preferred for the principal entry. The surname or family name, when known, to be added in brackets after the first name.

IX. Any act, resolution, or other document purporting to be agreed upon, authorized, or issued by assemblies, boards, or corporate bodies, (with the exception of academies, universities, learned societies, and religious orders, respecting which special rules are to be followed,) to be entered in distinct alphabetical series, under the name of the country or place from which they derive their denomination, or, for want of such denomination, under the name of the place whence their acts are issued.

X. Names of persons that may have been altered by

being used in various languages, to be entered under their vernacular form, if any instance occur of such persons having used it in any of their printed publications. With respect to places, the English form to be preferred.

XI. Works of authors who change their name or add to it a second, after having begun to publish under the first, to be entered under the first name, noticing any alteration which may have subsequently taken place.

XII. Foreign names, excepting French, preceded by a preposition, an article, or by both, to be entered under the letter immediately following. French names preceded by a preposition only, to follow the same rule; those preceded by an article, or by a preposition and an article, to be entered under the initial letter of the article. English surnames, of foreign origin, to be entered under their initial, even if originally belonging to a preposition. Foreign compound surnames to be entered under the initial of the first of them. In compound Dutch and English surnames the last name to be preferred, if no entry of a work by the same person occur in the catalogue under the first name only.

XIII. German names, in which the letters *ä, ö* or *ü* occur, to be spelt with the diphthong *ae, oe* and *ue* respectively.

XIV. Surnames of noblemen, though not expressed in the book, to be ascertained and written out as the heading of the entry. A person who has assumed titles not generally acknowledged, to have the words "calling himself," between brackets, to precede the assumed title.

XV. The same rule to be followed with respect to archbishops and bishops.

XVI. Christian names, included in parentheses, to follow the surname, and all to be written out in full, as far as they are known. In case of doubt on this or any other point, when the librarian is directed to supply any information in cataloguing, a note of interrogation to follow in such a position as to indicate clearly the point on which any doubt is entertained.

XVII. An author's rank in society, in cases in which he enjoyed any eminent honorary distinction, or office for life, not lower than that of knight, admiral, or general, to be stated in italics. Younger sons of dukes and marquesses, and all daughters of dukes, marquesses and earls, when not enjoying a distinct title, to have the designation *Lord* or *Lady* prefixed to the Christian name. All other younger branches of the nobility to have the word *Hon.* prefixed. The words *Right Hon.*, in the same situation, to distinguish privy councillors. Knights to be indicated merely by the appellation *Sir* prefixed to their first name. Titles of inferior rank, whether ecclesiastical, military, or civil, to be given only when necessary to make a distinction between authors having the same surname and Christian name.

*Proper names commencing with Mc. or M' to be entered under Mac, with cross-references from the other forms.*

*Where a person is referred to in a title-page by a description sufficiently clear to render his or her iden-*

*tity obvious, the proper name of such person to be adopted as a heading, whether the work be historical or otherwise.*

XVIII. The title of the book next to be written, and that expressed in as few words, and those only of the author, as may be necessary to exhibit to the reader all that the author meant to convey in the titular description of his work; the original orthography to be preserved. The number of the edition to be stated when appearing in the title.

*In cataloguing sermons, the text always to be specified. The date at which preached to be inserted when it differs from that of publication.*

XIX. Any striking imperfection in a book to be carefully noted; and any remarkable peculiarity, such as that of containing cancelled or duplicate leaves, &c. to be stated.

XX. When the book is without a title-page, its contents to be concisely, but sufficiently, stated in the words of the head-title, preceded by the word *begin.* (*beginning*) in italics; if there be no head-title, in those of the colophon, preceded by the word *end.* (*ending*); and when the want of title is owing to an imperfection, the words taken from either head-title or colophon to be included between parentheses. If both head-title and colophon be wanting or insufficient, then some idea of the work to be briefly given in English, between brackets, and the edition so accurately described as to be easily identified without fear of mistake.

XXI. Whenever one or more separate works are mentioned in the title of any publication, as forming part of it, the same to be particularly noticed in cataloguing the principal publication; and, if not mentioned in the title-page, this information to be added to the title between brackets or parentheses, as the case may be.

XXII. All works in Oriental characters or languages, except Hebrew, to be separately catalogued in a supplementary volume, according to special rules to be framed. The Bible and its parts, however, in whatever language or characters, to be entered in the general catalogue as hereafter directed.

XXIII. Works in more languages than one, accompanied by the original, to be entered in the original only, unless the title be accompanied by a translation or translations, in which case such translation also to be given. If no original text occur, the first language used in the title to be preferred. In all cases the several languages used in the book to be indicated at the end of the title, in italics.

XXIV. Works with a title in a language different from that used in the body of the book to be entered according to the above rule, merely stating at the end of the title in italics in what language the work is written.

XXV. The number of parts, volumes, fasciculi, or whatever may be the peculiar divisions of each author's work, to be next specified, in the words of the title.

XXVI. When nothing is said in the title respecting this point, if a work be divided into several portions, but the same pagination continue, or, when the pages are not numbered, if the same register continue, the work to be considered as divided into parts; if the progressive number of the pages or the register be interrupted, then each series of pages or letters of the register to be designated as a volume.

XXVII. Then the place where the book was printed; and in particular cases, as in the instance of early or very eminent typographers, the printer's name to be

specified. Next the date: when no date or place is specified, then either or both to be given, if known to, or conjectured by, the librarian; but in these instances to be included in brackets. The form to follow, whether fol., 4to, 8vo, &c.

XXVIII. If an early printed book, and in Gothic or black letter, the circumstance to be mentioned at the end of the title, thus:—G. L. or B. L.

XXIX. If printed on vellum, satin, on large or fine paper, or if an editio princeps of a classical or very distinguished writer, who flourished before 1700, or if privately printed, or a fac-simile or reprint of an early edition; if only a small number of copies were struck off, or if there be any manuscript notes, these peculiarities to be stated.

XXX. If the author of the manuscript notes be known, this information to be added between brackets. If the volume belonged to some very distinguished personage, the fact to be recorded in few words at the end of the entry, also between brackets.

XXXI. An editio princeps to be designed by the words *ED. PR.*, in italic capitals, at the end of the title. Manuscript notes to be indicated in italics at the end of the title, previous to the size of the volume, as follows:—*MS. NOTES.* If the notes be remarkably few, or the reverse, the circumstance to be noticed by prefixing to the above the word *FEW* or *COPIOUS.* Works printed on *VELLUM* to be distinguished by these words, in small italic capitals, at the end of the title. The letters *L.P.* or *F.P.* in the same situation, to indicate copies on large or fine paper.

XXXII. Works published under initials, to be entered under the last of them; and should the librarian be able to fill up the blanks left, or complete the words which such initials are intended to represent, this to be done in the body of the title, and all the supplied parts to be included between brackets.

*The rules applicable to proper names to be extended to initials.*

XXXIII. When the author's name does not appear on the title or any other part of the work, the following rules to be observed. Anonymous publications relating to any act, or to the life of a person whose name occurs on the title of a work, to be catalogued under the name of such person. The same rule to be followed with respect to anonymous publications addressed (not merely dedicated) to any individual whose name occurs on the title.

XXXIV. When no such name of a person appears, then that of any assembly, corporate body, society, board, party, sect, or denomination appearing on the title to be preferred, subject to the arrangement of Rule IX.; and if no such name appear, then that of any country, province, city, town or place so appearing, to be adopted as the heading.

*Articles to be inquired of within an ecclesiastical district to be entered under the name of such district.*

XXXV. If no name of any assembly or country, to be preferred as above, appear on the title, the name of the editor, (if there be any,) to be used as a heading; or, if no editor's name appear, that of the translator, if there be one. Reporters to be considered as editors.

XXXVI. Adjectives formed from the name of a person, party, place or denomination, to be treated as the names from which they are formed.

XXXVII. If two names occur seeming to have an equal claim, the first to be chosen.

*Reports of civil actions to be catalogued under the*

*name of that party to the suit which stands first upon the title-page.*

*In criminal proceedings the name of the defendant to be adopted as a heading.*

*Trials relating to any vessel to be entered under the name of such vessel.*

XXXVIII. In the case of anonymous works, to which none of the foregoing rules can be applied, the first substantive in the title (or if there be no substantive, the first word) to be selected as the heading. A substantive, adjectively used, to be taken in conjunction with its following substantive as forming one word; and the same to be done with respect to adjectives incorporated with their following substantive. The entries which may occur under the same heading to succeed each other in strict alphabetical order.

XXXIX. Whenever the name of the author of an anonymous publication is known to, or conjectured by, the librarian, the same to be inserted at the end of the title, between brackets.

XL. Works without the author's name, and purporting to comment or remark on a work of which the title is set forth in that of such publication, to be catalogued under the same heading as the work remarked or commented upon.

XLI. In the case of pseudonymous publications, the book to be catalogued under the author's feigned name; and his real name, if discovered, to be inserted in brackets, immediately after the feigned name, preceded by the letters *i. e.*

XLII. Assumed names, or names used to designate an office, profession, party, or qualification of the writer, to be treated as real names. Academical names to follow the same rule. The works of an author not assuming any name but describing himself by a circumlocution, to be considered anonymous.

XLIII. Works falsely attributed in their title to a particular person, to be treated as pseudonymous.

XLIV. Works of several writers, collectively published, to be entered according to the following rules, [and the separate pieces of the various authors included in the collection to be separately entered in the order in which they occur; excepting merely collections of letters, charters, short extracts from larger works, and similar compilations.]

*That part of the foregoing rule which is inserted between brackets has not been acted upon, in order to accelerate the printing of the catalogue.*

XLV. In any series of printed works, which embraces the collected productions of various writers upon particular subjects, such as Ugolini Thesaurus Antiq. Sacrarum, Gronovii Thesaurus Antiq. Græcarum, the work to be entered under the name of the editor.

*Works of several authors published together, but not under a collective title, to be catalogued under the name of the first author, notwithstanding an editor's name may appear on the work.*

XLVI. If the editor's name do not appear, the whole collection to be entered under the collective title, in the same manner as anonymous works.

*In cataloguing collections without an editor's name, and having a collective title, the heading to be taken from such collective title without reference to that portion of the title which may follow.*

XLVII. General collections of laws, edicts, ordinances, or other public acts of a similar description, to be entered under the name of the state or nation in  
VOL. I.

which or by whom they were sanctioned, signed, or promulgated. Collections extending only to one reign or period of supreme government by one person, as well as detached laws and documents separately enacted and issued, to be catalogued under the name of the person in whose name and by whose authority they are enacted or sanctioned; such names to be entered alphabetically under the principal entry of the state or nation, after the general collections. When more than one name occurs, the first to be preferred.

XLVIII. Collections of laws, edicts, &c., of several countries or nations to be catalogued according to rules XLV. and XLVI.

XLIX. The same to be done with respect to laws on one or more particular subjects, either merely collected or digested in some particular order, or used as text to some particular comment or treatise.

L. The names of translators or commentators to be stated in cataloguing and entering a work, if they occur in the title page; and when they do not occur, but are known to or conjectured by the librarian, to be supplied between brackets.

LI. The works of translators to be entered under the name of the original author. The same rule to be observed with respect to the works of commentators, if the same be accompanied with the text complete.

LII. Translations to be entered immediately after the original, generally with only the indication of the language into which the version has been made, in italics; but if any material alteration in the title have been introduced, so much of the title of the translation to be given as may be deemed requisite, or a short explanation in English added, between brackets.

LIII. Commentaries unaccompanied by the text, to be entered under the commentator's name; if without a name, or with an assumed name, then according to the rules laid down for anonymous or pseudonymous works.

LIV. No work ever to be entered twice at full length. Whenever requisite, cross-references to be introduced.

LV. Cross-references to be divided into three classes, from name to name, from name to work, and from work to work. Those of the first class to contain merely the name, title, or office of the person referred to as entered; those of the second, so much of the title referred to besides, as, together with the size and date, may give the means of at once identifying, under its heading, the book referred to; those of the third class to contain moreover so much of the title referred from, as may be necessary to ascertain the object of the reference.

LVI. Cross-references of the first class to be made in the following instances:

From the titles of noblemen, and from the sees of archbishops or bishops, to the family name, or the first name under which the works of such personages are to be entered according to the foregoing rules.

LVII. From the family name of persons whose works are to be entered under the Christian or first name, to such Christian or first name; excepting in the case of sovereigns, or princes belonging to sovereign houses.

LVIII. From any surnames either spelt, or in any way used, in a manner differing from the form adopted in the principal entry, to such entry.

LIX. From any of the names or surnames used by an author besides that under which the principal entry is made, to the one so preferred.

LX. From the real to the assumed name of authors; adding *pseud.* to the entry referred to in the cross-reference.

LXI. Cross-references of the second or third class, according to circumstances, to be made in the following instances:

From the names of editors, or of biographers who have prefixed an author's life to his works, (provided such names appear in the book,) to the principal entry.

LXII. From the names of authors of anonymous or pseudonymous works supplied in the title, as well as from the names of authors who have shared with another in writing a work, or have continued it, and also from the names of translators, commentators, or annotators, either appearing on the title, or supplied as above directed, to the main entry.

LXIII. From the name of any person the subject of any biography or narrative, to its author; stating briefly, in italics, after the name referred from, the peculiar designation of the biography in the work referred to; or, if this cannot be done, using the nearest English word, in brackets and italics, that may give an idea of the object of the cross reference.

*In this description of cross-reference the first words of the title of the work referred to to be given, but not its date or size, so that the cross-reference may serve equally for all editions.*

LXIV. From any name which may be reasonably conceived to have an equal claim to that selected for the principal entry, to such entry.

LXV. From any author, any whole work of whom or any considerable part of it may be the subject of a commentary, or notes, to the name of the commentator or annotator. No notice to be taken of the name of authors, fragments or inconsiderable parts of whose works are observed upon by the commentator or annotator.

LXVI. From any author whose works, or considerable part of them contained in a collection, are considered so important as to be distinctly specified in the entry of the collection itself, to the principal entry; the volume, or part of the collection in which the article so referred to is found, to be specified.

LXVII. From the names of authors whose entire works or any considerable part of them are included among the collected works of a polygraphic writer, or translator, to the principal entry.

LXVIII. From the name of a state or nation to which a collection of laws, entered under any other heading, belongs, to the main entry.

*From the name of the superior of any ecclesiastical district who promulgates articles for inquiry to the name of such district.*

*From the name of any party to a civil action to the principal entry.*

LXIX. Entries to be made in the following order:

Cross-references to be placed at the beginning of the entry, from which they are made, in the alphabetical order of the entries referred to.

LXX. Collections of all the works of an author in their original language only, to be entered immediately after the cross-references; the editions without date, and those of which the date cannot be ascertained even by approximation, to precede all those bearing date, or of which the date can be supplied either positively or by approximation. The latter to follow according to their date, whether apparent in any part of the book, or supplied. Editions by the same editor, or such as are expressly stated to follow a specific text or edition, and

editions with the same notes or commentary, to succeed each other immediately in their chronological order after the entry of that which is, or is considered to be, the earliest.

LXXI. The text of the collected works, accompanied by a translation, to follow those having the text only, and in the same order.

LXXII. The translations of such collected works into the Latin language only to precede those in any other language in the above order; the Latin translations to be followed by those in English. Translations in any other language to follow according to the alphabetical order of the name of the language in English. If the volume contain two or more translations, without the text, the entry to be made according to the alphabetical order of the first of the languages employed. Translations into the same language, and their several editions, to be entered in conformity with the rules laid down for the entries of the originals.

LXXIII. Collections of two or more works of an author to be entered in the order and according to the rules laid down for the collections of all the works of a writer, after the translations of the whole works; such partial collections to precede, as are known or are supposed to contain the largest number of an author's works.

LXXIV. Selections, or collected fragments, from the works of an author, to follow the partial collections of his works, and to be entered according to the above rules.

LXXV. Separate works of an author to succeed each other alphabetically; the several editions and translations of each of them to be entered in the same manner as directed for the collected works of a writer.

LXXVI. Entire portions of a separate work to succeed the work from which they are taken, in the order above directed. If the whole work to which they belong do not occur, such portions to be entered after all the separate works, but according to the principles laid down for the latter.

LXXVII. Works not written by the person under whose name they are to be catalogued according to the foregoing rules, to be entered alphabetically as an appendix, and in chronological succession, when more than one article occurs in the same alphabetical series, after all the works of the person whose name is selected, if any occur in the catalogue. Volumes without date, or the date of which cannot be supplied, to be entered first.

LXXVIII. The same rule as to the alphabetical and chronological arrangement to apply to works entered under any other heading than the name of a person.

LXXIX. The Old and New Testament and their parts, to be catalogued under the general head "Bible," and arranged in the following order:—

1st. The Old and New Testaments in the original Hebrew and Greek only, chronologically arranged.

2d. The same, in polyglot editions, which include the original texts; beginning with those editions which contain most translations.

3d. The same, translated into other languages, but without the original; those editions to precede which contain most languages; then translations into one language only, arranged as directed in rule LXXII.

4th. Editions, with comments, to follow those having the text only, in the same order and according to the same principles. Bibles accompanied by the same comment to follow each other immediately in chronological succession.

5th. The Old Testament only to be next entered, according to the same principles and rules.

6th. Detached parts of the Old Testament then to follow, in the same order in which they are arranged in the English authorised version of the Scriptures, and to be entered as directed for the whole Bible.

7th. The Apocrypha, as declared by the Church of England, to be next catalogued and entered according to the same rules.

8th. The New Testament to be next catalogued, and then its parts, according to the foregoing rules.

9th. General cross-references to be made from the several names of the inspired writers, as well as from the names of the several parts of Scripture, to the general head "Bible." Particular cross-references to be made from the names of editors, commentators, translators, &c., to the precise entry under which the part of Holy writ referred from in the cross-reference occurs.

10th. The names of parts of the Bible, as well as of inspired writers, to be expressed in the form adopted in the authorised English version of the Scriptures.

LXXX. All acts, memoirs, transactions, journals, minutes, &c., of academies, institutes, associations, universities, or societies learned, scientific, or literary, by whatever name known or designated, as well as works by various hands, forming part of a series of volumes edited by any such society, to be catalogued under the general name "Academies" and alphabetically entered, according to the English name of the country and town at which the sittings of the society are held, in the following order. The primary division to be of the four parts of the world in alphabetical succession, Australia and Polynesia being considered as appendixes to Asia; the first subdivision to be of the various empires, kingdoms, or other independent governments into which any part of the world is divided, in alphabetical order; and a second subdivision of each state to follow, according to the various cities or towns, alphabetically disposed, belonging to each state, in which any society of this description meets. The acts, &c., of each society, when more than one meet at the same place, to be entered according to the name under which the society published its first work, in alphabetical series; and the acts, memoirs, &c. of each society to be entered chronologically. Continuations to follow the original entry.

LXXXI. The same rule and arrangement to be followed for "Periodical Publications," which are to be catalogued under this general head, embracing reviews, magazines, newspapers, journals, gazettes, annuals, and all works of a similar nature, in whatever language and under whatever denomination they may be published. The several entries under the last subdivision to be made in alphabetical order according to the first substantive occurring in the title.

LXXXII. All almanacs, calendars, ephemerides of whatever description they be, as well as their companions, appendixes, &c., to be entered under the general head "Ephemerides." The several works under this head to be entered alphabetically according to the first substantive occurring in the title.

LXXXIII. There shall be cross-references from the name of any author, editor, or contributor to any of the above works, appearing in any of the title-pages of any of the volumes, as well as from the peculiar name or designation of any of the societies, from the place at which they hold their meetings, from any place forming part of the peculiar name of a journal, almanac, calendar, &c., from the name under which such publications are generally known, to the main entries of such works.

LXXXIV. Religious and military orders to be designated by the English name under which they are generally known, and entries to be made accordingly.

LXXXV. Anonymous catalogues, whether bearing the title catalogue or any other intended to convey the same meaning, to be entered under the head "Catalogues," subdivided as follows:—1st. Catalogues of public establishments (including those of societies, although not strictly speaking *public*). 2d. Catalogues of private collections, drawn up either for sale or otherwise. 3d. Catalogues of collections not for sale, the possessors of which are not known. 4th. General as well as special catalogues of objects, without any reference to their possessor. 5th. Dealers' catalogues. 6th. Sale catalogues not included in any of the preceding sections.

LXXXVI. Catalogues of the first subdivision to be entered under the name of the place at which the collection exists, as directed for Academies: those of the second, under the name of the collector or possessor; those of the third, in strict alphabetical order, according to the first substantive of the title; those of the fourth, to follow the same rule; those of the fifth, under the dealer's name; those of the sixth, strictly chronologically, supplying the year in brackets whenever omitted, but known to, or conjectured by, the librarian; and when it is impossible to ascertain the precise day and month, for catalogues coming under the same year, in strict alphabetical order before those having a precise date. Catalogues without any date, and the date of which cannot be supplied, to be entered at the beginning of this subdivision in strict alphabetical order, as just directed. With respect to mere dealers' and sale catalogues compiled since the beginning of the present century, such only to be catalogued and entered as may be considered of peculiar interest.

LXXXVII. Cross-references of the second class to be made from the name of the compiler of a catalogue (when supplied by the librarian, and other than the collector or possessor of a collection, a dealer or an auctioneer) to the principal entry.

LXXXVIII. Anonymous Dictionaries of any description, including Lexicons and Vocabularies, to be catalogued under the general head "Dictionaries," and entered in strict alphabetical order according to the first substantive in the title, with cross-references from the author's name, when supplied.

LXXXIX. The same rule to be applied to Encyclopædias, the name of the editor of which does not appear on the title, and which shall be catalogued under the general head "Encyclopædias," with a cross-reference from the editor's name, when supplied in the principal entry, to such entry.

XC. Missals, Breviaries, Offices, Horæ, Prayer Books, Liturgies, and works of the same description (not compiled by private individuals and in their individual capacity, in which case they are to be catalogued and entered according to the general rules laid down for other works,) to be entered under the general head "Liturgies," in one strict alphabetical series, according to the English denomination of the communion, sect, or religious order for whom they are specially intended; if drawn up for any particular church, congregation, or place of worship, then according to the English name peculiar to such church, congregation, or place of worship; if any work of this description occur not coming under either of these two classes, then the first substantive in the title to be preferred as a heading. Entries under the same heading to be made in strict alphabetical order.

XCI. Cross-references of the second class to be made from the peculiar name or designation of any of the churches, communions, sects, religious orders, or places of worship, as well as from the name under which any of the works mentioned in the preceding article is generally known, to the main entry.

# CATALOGUE,

ETC.

## A—A A

- A.  
 ☞ A dialogue between A. and B., two plain country-gentlemen, concerning the times. *London*, 1694. 4°
- A.  
 A. [An Icelandic abecedary and first lessons in reading.] *Hoolum*, 1753. 24°
- A.  
 L'è tutto un momento, farsa inedita del Signor A. *See* TEATRO. Terza raccolta, etc. Tom. 1. 1807—9. 8°
- A., c. *See* HANWAY (J.). A reply to C. A., etc. 1760. 8°
- A., d. F.  
 ☞ D[octo]r F[rancis] A[ttisbury?]'s vindication of the Bp. of Sarum from being the author of a late printed speech. In a letter to a friend. *London*, 1704. 4°
- A., d. J. B. DE.  
 Coleccion de algunos versos de D[on] J[uan] B[autista] de A[rriaza]. *Paris*, 1805. 12°
- A., d. S. F. D'.  
 ☞ Risposta al trattato delle ragioni della regina cristianissima, sopra il ducato del Brabante, et altri stati della Fiandra. Nella quale si dimostra l'ingiustizia della guerra mossa dal rè di Francia. D[el] S[ignor] F[rancesco] d'A[ndrea]. *Napoli*, 1667 e 1676. 4°
- A., E. *See* LEWIS XV. *King of France*. The king's declarations, etc. 1613. 4°
- A., F.  
 ☞ Observations on behalf of the colonists. In a letter to a noble lord. By F. A. *London*, 1765. 8°
- A., J.  
 ☞ Hop-garden; or, directions for planting and managing hops. By J. A. *London*, 1721. 8°
- A., J. D. M.  
 A sermon preached at the funeral of Lady Mary Armyne. By J. D. M. A. [With an introduction by R. Baxter.] *London*, 1676. 4°
- A., L. S. DO . . . . et.  
 ☞ Le monde renversé; opéra comique en un acte de Mrs. L[e] S[age] Do[rval] et A[nseume]. *Paris*, 1753. 8°
- A., L. V.  
 ☞ Herstelde leeuw; of, discours over't gepasseerde in de vereenighde Nederlanden in't jaer 1650 ende 1651. Door L[ieve] V[an] A[itzenma]. *Gravenhage*, 1652. 4°
- A., M.  
 La pace domestica, dramma del Signor A. G. Iffland, traduzione inedita del dottor M. A. *See* TEATRO. Anno teatrale, etc. An. 3. Tom. 2. 1806. 8°  
 Miss Sara Sampson, dramma tragico del Signor G. E. Lessing, recata in Italiano da M. A. *See* TEATRO. Anno teatrale, etc. An. 3. Tom. 9. 1806. 8°
- A., M.  
 Emilia Galotti, dramma tragico del Signor G. E. Lessing, recata in Italiano da M. A. *See* TEATRO. Anno teatrale, etc. An. 3. Tom. 10. 1806. 8°  
 L'uomo di parola, dramma del Signor A. G. Iffland, traduzione inedita del dottor M. A. *See* TEATRO. Anno teatrale, etc. An. 3. Tom. 12. 1806. 8°  
 La cometa, farsa di A. G. Iffland tradotta da M. A. *See* TEATRO. Terza raccolta, etc. Tom. 5. 1807—9. 8°
- A \* \* \* \* (M. W \* \* \* \* D').  
 ☞ Le Chevalier de Faublas; comédie en un acte, en vers. Par M. W \* \* \* \* d'A \* \* \* \*. *Paris*, 1789. 8°
- A., P. *See* GABALIS, *Count of*. The Count of G.; or, the extravagant mysteries of the cabalists, etc. 1680. 12°
- A., P. R. *See* MARMOL CARVAJAL (L.). L'Afrique de M. revue et retouchée, etc. 1667. 4°
- A., R.  
 ☞ The valiant Welshman; or, the true chronicle history of the life and valiant deeds of Caradoc the Great, King of Cambria, now called Wales. By R. A[rrmin]. *London*, 1663. 4°
- AA (PETRUS VANDER), D. C. L. De privilegijs creditorum. *See* ZILETTUS (F.). Tractatus universi juris, &c. Tom. 18. 1584. fol.
- AA (PIETER VANDER). *See* ACADEMIES—*Europe—Holland—Leyden—Academia Lugduno-Batava*. Fundatoris, curatorum et professorum . . . . . effigies, etc. fol.  
*See* CARACCI (A.). Divers ouvrages de belles figures, etc. fol.  
*See* CATALOGUES. AA (P. VANDER). Bibliotheca, etc. [1729]. 8°  
 1735. 8°  
*See* EUROPE. Principum et illustrium quorundam virorum imagines, etc. fol.  
*See* GREEK MONUMENTS. Effigies virorum ac foeminarum, etc. [1724?] fol.  
*See* RAY (J.). Icones arborum fruticum, etc. 4°
- ☞ La galerie agréable du monde où l'on voit en un grand nombre de cartes très exactes, et de belles tailles-douces, les principaux empires, royaumes, républiques, provinces, villes, etc., dans les quatre parties de l'univers; divisée en LXVI tomes [bound in 29]. Les estampes ayant été dessinées sur les lieux, et gravées par Luyken, Mulder, Goerée, Baptist, Stopenaal. Le tout mis en ordre et executé par P. vander Aa. *Leide*, [1730?] fol.

VOL. I.

B  
 2

## AA (PIETER VANDER).

Naaukeurige verzameling der gedenk-waardigste zee en land reysen na Oost en West Indien . . . . .  
 . . . . . waar van eenige noyt gedrukt, andere nu eerst uyt haar oorspronkelijke taalen overgeset, en sommige merkelyk verbeterd zijn: beginnende met het jaar 1246, en eyndigende op dese tijd; . . . . .  
 . . . . . alles doorgaans met nodige land-karten, menigte konstprinten en bequame registers verrijkt. In het ligt gegeven door P. vander Aa. 127 vol. [published in 28, containing:—]

*Leyden, 1707. 8°*

Vol. 1. BOR (SOLOMON).—Seer aanmerkelyke reys-beschryvingen van J. du Plan Carpin en Br. Ascelin . . . . . na Tartaryen en andere oostersche volkeren.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 2. RUYSBROECK (WILLEM DE).—Aanmerkelyke reys, gedaan door W. de R. in't jaar 1253 . . . . . na Tartaryen en China . . . . . door den afgesant selfs beschreeven. Nu aldereerst uyt het Engels vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 3. BARROS (JOÃO DE).—De aldereerste scheepstogten der Portugysen . . . . . in het jaar 1419 . . . . . van de Caap Non en Bojador tot de Caap de Bon Esperance. Voor af zijn hier by gevoegd einige aanmerkingen uyt de reys van N. de Conti na Indien, Mangi, Cambalu en Quinsay.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 4. HERRERA (ANTONIO DE).—De roemwaardige scheeps-togt van C. Kolombus in den jare 1492 . . . . . na de West Indische landschappen . . . . . Eertyds in't Spaans beschreeven door A. de H., en nu aldereerst in't Nederduyts vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 5. HERRERA (ANTONIO DE).—Tweede scheepstogt van C. Kolombus, gedaan na de West Indien in't jaar 1493 . . . . . eertyds in't Spaans beschreeven door A. de H., en nu allereerst in't Nederduyts vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 6. BARROS (JOÃO DE).—Eerste scheepstogt van V. da Gamma tot ontdekking van de Indien in het jaar 1497 . . . . . In het Portugys beschreeven uyt des reysigers eygen handschriften, door J. de B.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 7. HERRERA (ANTONIO DE).—Des C. Kolombus derde scheepstogt . . . . . gedaan na de West Indien in't jaar 1498. Eertyds in't Spaans beschreeven door A. de H. Nu allereerst in't Nederduyts vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 8. HERRERA (ANTONIO DE).—Eerste zee-togt van A. d'Ojeda en A. Vesputius, gedaan na de West Indien, beneffens die van C. Guerra en P. A. Nino, in't jaar 1499. Eertyds in't Spaans beschreeven door A. de H. Nu allereerst in't Nederduyts vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 9. BARROS (JOÃO DE).—Twee bysondere scheepstogten na Oost Indien van P. Verez Cabral, in het jaar 1500, en J. de Nova in het jaar 1501. Beyde in het Portugys beschreeven uyt de reysigers hunne eygen handschriften, door J. de B. Nu aldereerst uyt die spraak vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 10. HERRERA (ANTONIO DE).—Vyf verscheyde voyagien der Kastiliaanen en Portuguezen, gedaan naar de West Indien, in de jaaren 1500 en 1501. D'eerste door V. Yanes Pinzon; II. D. de Lepe; III. Peralvarez de Kabral; IV. R. des Bastidas; V. A. d'Ojeda met A. Vesputius, voor de tweede reys. In't Spaans beschreeven door A. de H. Nu allereerst in't Nederduyts vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

## AA (PIETER VANDER).

Vol. 11. JOSEPH.—Sonderlinge reysen van J., den gebornen Indiaan; bevattende een aanmerkelyke beschryving der landen, steeden en inwooners van Caranganor, Calicuth, Cambaja, Narsinga, enz. Door de Portuguezen uyt synen mond opgetekend, 1501.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 12. BARROS (JOÃO DE).—Tweede scheepstogt van V. da Gamma, zee-voogd van Arabien, Persien, Indien, en het geheele Oosten, na Oost Indien, in het jaar 1502. In het Portugys beschreeven uyt des reysigers eygen handschriften, door J. de B. Nu aldereerst uyt het Portugys vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 13. HERRERA (ANTONIO DE).—Twee opmerkelyke scheepstogten naar de West Indien in't jaar 1502. D'eerste onder A. de Torres, ter overvoeringe van N. de Obando; de tweede door C. Kolombus gedaan. Beyde in't Spaans beschreeven door A. de H. Nu allereerst in't Nederduyts vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 14. BARROS (JOÃO DE).—Twee scheepstogten na Oost Indien van F. D'Albuquerque in het jaar 1503; en L. Soares in het jaar 1504. Beyde in het Portugys beschreeven uyt de eygen handschriften der reysigers, door J. de B. Nu aldereerst uyt de taal overgeset.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 15. HERRERA (ANTONIO DE).—Rampspoedige water-togt door F. de Porras, met eenige muiltelingen van Jamaica naar Hispaniola vrugtelooz ondernoomen in't jaar 1504 . . . . . Beneffens de zee-togt van F. Cortes in't zelve jaar gedaan naar Hispaniola. Eertyds in Spaans beschreeven door A. de H. Nu allereerst in't Nederduyts vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 16. BARROS (JOÃO DE).—Roem-rugte scheepstogt van F. d'Almeida na Oost Indien in't jaar 1505. Getrokken uyt de egte handschriften der reysigers door J. de B. Nu aldereerst vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 17. BARROS (JOÃO DE).—Scheepstogt van P. da Nhaya na Oost-Indien in het jaar 1505. In het Portugys beschreeven uyt des reysigers eygen handschriften, door J. de B. Nu aldereerst vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 18. HERRERA (ANTONIO DE).—Eerste scheepstogt ter verdere Ontdekkinge van de West-Indien door J. Dias de Solis en V. Jamez Pinzon gedaan naar Jukatan in't jaar 1506. In't Spaans beschreeven door A. de H. Nu allereerst in't Nederduyts vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 19. BARROS (JOÃO DE).—Scheepstogt van T. d'Acunha na Oost-Indien in het jaar 1506. In het Portugys beschreeven uyt des reysigers eygen handschriften, door J. de B. Nu aldereerst vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 20. BARROS (JOÃO DE).—Held-dadige scheepstogt van A. d'Albuquerque na de Roode Zee in het jaar 1506. In het Portugys beschreeven uyt de egte handschriften der reysigers, door J. de B. Nu aldereerst vertaald.

*Leyden, 1706. 8°*

Vol. 21. BARROS (JOÃO DE).—Twee scheepstogten na Oost Indien van J. de Mello in het jaar 1507; en J. d'Aguiar in het jaar 1508. Beyde in het Portugys beschreeven uyt de egte handschriften des reysigers, door J. de B. Nu aldereerst uyt de taal overgeset.

*Leyden, 1706. 8°*

## A A (PIETER VANDER).

Vol. 22. HERRERA (ANTONIO DE).—Opmerklyke zee-togten gedaan ter West Indien in de jaaren 1508 en 1509. I. door Sebastian D'Ocampo naar Kuba; II. door J. Ponze de Leon naar de Borriquen; III. door J. Diaz de Solis voor de tweede uitreys met V. Yanez Pinzon, naar de vaste kust: beneffens eenige togten van A. d'Ojeda en D. Nicueza van Hispaniola naar't vaste landen ondernomen. Door A. de H. in't Spaans beschreeven, en nu allereerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 23. BARROS (JOÃO DE).—Bloedige scheeps-togt van den Maarschalk Don F. Coutinho na Oost Indien in't jaar 1509. In het Portugys beschreven uyt een der reysigers handschrift, door J. de B. Nu aldereerst vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 24. HERRERA (ANTONIO DE).—Aankomst van J. d'Ezquebel ter bevolking van Jamaica door D. Kolumbus van Hispaniola derwaards gezonden in't jaar 1510. Beneffens veel zeldzaame avonturen, rampspoeden en gevaaren aan A. d'Ojeda, D. de Nicueza, V. Nunez, L. d'Alano en andere overgekomen; beneffens de togten naar't land van Darien en Kuba door D. Velasques gedaan in't jaar 1511. In't Spaans beschreeven door A. de H. Nu allereerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 25. BARROS (JOÃO DE).—Twee scheeps-togten na Oost-Indien van G. de Sequeira in het jaar 1510; en G. de Noronha in het jaar 1511. Beyde in het Portugys beschreeven uyt de eygen handschriften der reysigers, door J. de B. Nu aldereerst uyt de taal overgeset. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 26. HERRERA (ANTONIO DE).—Verscheide zee en land-togten gedaan in de West Indien: d'eerste door J. Ponze de Leon naar Florida in't jaar 1512. De andere door P. de Narvaez, in't jaar 1513. In't Spaans beschreeven door A. de H.; en nu aldereerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 27. HERRERA (ANTONIO DE).—Uytvoerige reys-togten door P. D'Avila naar de vaste kust van Darien; in't jaar 1514 . . . . . aangevuld met de scheeps-togten van J. Diaz de Solis en die van J. Ponze de Leon om de Karibanen te beoorlogen, in't jaar 1515. In't Spaans beschreeven door A. de H. Nu aldereerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 28. BARROS (JOÃO DE).—Scheeps-togten en manhafte krygs-bedryven te water en te land gedaan door L. Soares d'Albergeria; uyt last des Konings Don Manuel van Portugaal, als kapitein generaal en gouverneur der Oost-Indien, in't jaar 1515. In't Portugys beschreeven door J. de B. Nu eerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 29. BARROS (JOÃO DE).—Scheeps-togt door F. P. d'Andrade, van Malacca na de golf van Bengale en kusten van China in't jaar 1516. In't Portugys beschreeven door J. de B. Nu eerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 30. HERRERA (ANTONIO DE).—Derampspoedige scheeps-togt van F. Hernandus de Cordua; ter nieuwe ontdekking na Jukatan door J. de Gryalva, tot aa de kust van Nieuw-Spanjen, in de jaaren 1517 en 1518. In't Spaans beschreeven door A. de H. Nu allereerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 31. BARROS (JOÃO DE).—Ongemeene scheeps-togten en manhafte krygs-bedryven te water en land door D. L. de Sequeira . . . . . in de Oost-Indien in't jaar 1518 . . . . . Als mede een nasporing van Abyssinen of 't Land van Preste Jan . . . . . In't Portugys beschreeven door J. de B. Nu eerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1707. 8°*

## A A (PIETER VANDER).

Vol. 32. CORTES (FERDINANDES).—De roemwaardige zee- en land-togten door F. C. na Nieuw-Spanje en Mexico. In de jaaren 1518 en vervolgens. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 33. HERRERA (ANTONIO DE).—Heldhaftige reys-togten te land door F. Cortes in Nieuw-Spanje ter Mexico, in't jaar 1519. In't Spaans beschreeven door A. de H. Nu aldereerst vertaald. *Leyden, 1707. 8°*

Vol. 34. HERRERA (ANTONIO DE).—Vier verscheide reys-togten te water ende te land gedaan na de vaste kust van Chiribichi, Cubagua, Chicora en Nieuw-Spanje, in't jaar 1520. D'eerste door A. d'Ojeda van Cubagua; II. Door G. d'Ocampo, van Hispaniola; III. Door P. de Narvaez, van Cuba; IV. Door L. V. d'Ayllon en andere, van Hispaniola. In't Spaansch beschreeven door A. de H. Nu aldereerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 35. BARROS (JOÃO DE).—Roemwaardige scheeps-togten en krygs-bedryven ter zee en te land onder't bestuur van Duarte de Menezes als gouverneur van Oost-Indien; ter aflossing van D. L. de Sequeira, in't jaar 1521. In't Portugys beschreeven door J. de B. *Leyden, 1707. 8°*

Vol. 36. HERRERA (ANTONIO DE).—Vervolg der roemwaardige zee en land reysen des F. Cortes aan de vaste kust van Mexico en Nieuw-Spanje in't jaar 1521. In't Spaansch beschreeven door A. de H. Nu aldereerst in't Nederduytsch vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 37. HERRERA (ANTONIO DE).—Drie verscheide togten ter zee en te land in de West Indien gedaan in't jaar 1523 en vervolgens. De eerste door F. de Garay van Jamaica na Panuco; de tweede door P. d'Alvarado van Mexico na Guatemala; de derde door D. de Godoy. In't Spaans beschreeven door A. de H. Nu aldereerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1707. 8°*

Vol. 38. VERRAZANO (JEAN DE).—Scheeps-togt van J. de V. na Florida in het jaar 1524. Voor-af gaat een kort voor-berigt van de scheeps-togten en volkplantingen der Franssen in het noorder-gedeelte van Amerika, te weeten in Florida en Canada. Nu aldereerst uyt het Frans vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 39. HERRERA (ANTONIO DE).—Twee onderscheydene reys-togten d'eeneter zee en d'andere te land, in de West Indien gedaan in het jaar 1524. De eerste door G. G. Davila, van St. Dominica na de Honduras; de tweede door F. Cortes, na las Ybueras. Uyt de egte handschriften der reysigers, in het Spaans beschreeven door A. de H., en nu aldereerst vertaald. *Leyden, 1706. 8°*

Vol. 40. BARROS (JOÃO DE).—Aanzienelyke scheeps-togt door V. da Gamma als ammiraal ter zee van Indien, in't jaar 1524. In't Portugys beschreeven door J. de B. Nu eerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1707. 8°*

Vol. 41. HERRERA (ANTONIO DE).—Twee verscheide scheeps-togten gedaan na de Moluccos en St. Martha in't jaar 1525. De eerste door G. Jofre de Loyasa, na de Specery Eylanden; de tweede door R. de Bastidas en P. A. Palomino, uyt de haven van St. Domingo na St. Martha. In't Spaans beschreeven door A. de H. Nu aldereerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1707. 8°*

Vol. 42. HERRERA (ANTONIO DE).—Detrotsmoedige scheeps-togt van S. Gaboto na de Moluccos; beneffens de scheeps-togt van D. Garcia langs de kusten van America. Beyde in't jaar 1526. In't Spaans beschreeven door A. de H. Nu aldereerst in't Nederduyts vertaald. *Leyden, 1707. 8°*

## ACADEMIES, LEARNED SOCIETIES, UNIVERSITIES, &amp;c.

See REUSS (J. D.). Repertorium commentationum a societatis literariis, etc.

1801—21. 4°

Acta academica, præsentem academiæ, societatum litterariorum, gymnasiorum et scholarum statum illustrantia . . . 1733—37. Lipsiæ, [1734—38]. 4°

## AMERICA, ASIA AND EUROPE.

Memoirs of science and the arts, or an abridgment of the transactions published by the principal learned and oeconomic societies established in Europe, Asia, and America. Vol. 1, pt. 1. London, 1793. 4°

## AMERICA.

## BARBADOES.

See EUROPE—Great Britain and Ireland—Colonies—Barbadoes, inf.

## UNITED STATES OF AMERICA.

## ALBANY—NEW YORK.

Board of Agriculture of the State of New York.

Memoirs. Vol. 2, 3. Albany, 1823—26. 8°

## BOSTON—MASSACHUSETTS.

American Academy of Arts and Sciences.

Memoirs. Vol. 1. Boston, U. S. 1785. 4°

New series. Vol. 1. Cambridge, U. S. 1833. 4°

American Education Society.

Nineteenth annual report; with the constitution and rules of the society. Boston, U. S. 1835. 8°

Quarterly register and journal. Conducted by E. Cornelius and B. B. Edwards. Vol. 2, 4. Andover and Boston, U. S. 1830—32. 8°

American Institute of Instruction.

The lectures delivered before the American institute . . . in Boston, August, 1836, including the journal of proceedings and a list of the officers. Published under the direction of the board of censors. Boston, U. S. 1837. 8°

Massachusetts Historical Society.

Collections. First series. 10 vol.

Boston and Cambridge, U. S. 1792—1809. 8°

Second series. 10 vol. Boston, U. S. 1815—23. 8°

Third series, vol. 1—6. Cambridge, U. S. 1825—37. 8°

Massachusetts Society for promoting Agriculture.

Inquiries by the agricultural society. Boston, U. S. 1800. 8°

Another copy.

Papers on agriculture, consisting of communications made to the Massachusetts' society . . . with extracts from various publications, recommended to the attention of farmers, by the trustees of the society. Vol. 1—5. [With the premiums offered by the society, abstracts of the accounts and list of the members.] Boston, U. S. 1799, 1804, [5]. 8°

Massachusetts Society for promoting Agriculture.

Another copy. Vol. 2.

Rules and regulations . . . containing several important communications, etc. By the trustees.

Boston, U. S. 1796. 8°

## CAMBRIDGE—MASSACHUSETTS.

American Academy of Arts and Sciences.

Memoirs. New series. Vol. 1. Cambridge, U. S. 1833. 4°

Another copy.

American Antiquarian Society.

Archæologia Americana. Transactions and collections. Vol. 1, 2.

Worcester and Cambridge, U. S. 1820—36. 8°

Harvard University.

☞ Catalogus eorum qui in universitate Harvardiana, Cantabrigiæ, in republica Massachusettensi, ab anno 1642 ad 1782, alicujus gradus laurea donati sunt. Boston, U. S. 1782. 8°

☞ Catalogus, etc. 1642 ad 1791.

Boston, U. S. 1791. 8°

A catalogue of the officers and students of Harvard university, for the academical year 1833, 34.

Cambridge, U. S. 1833. 12°

☞ Laws of Harvard college. Boston, U. S. 1790. 8°

## CINCINNATI—OHIO.

Western Literary Institute.

Transactions of the fourth annual meeting of the western literary institute, and college of professional teachers. Cincinnati, 1835. 8°

## MASSACHUSETTS—STATE OF.

See BOSTON. CAMBRIDGE, sup.

## NEW YORK—NEW YORK.

College of Physicians and Surgeons.

Charter. See MEDICAL SOCIETY, inf. Report. 1807. 8°

Literary and Philosophical Society.

Transactions. Vol. 1. New York, 1815. 4°

Lyceum of Natural History.

Annals. 2 vol. New York, 1824—28. 8°

Medical Society.

Report and address, delivered by the president; together with the charter of the college of physicians and surgeons in the city of New York.

New York, 1807. 8°

Another copy.

New York Historical Society.

Collections . . . for the years 1809, 14, 21, 26, 29, 5 vol. New York, 1811—29. 8°

Vol. 4 and 5 comprise "The history of the late province of New York, from its discovery, &c. By the Hon. William Smith."

New York Society.

Alphabetical and analytical catalogue of the library, with a brief historical notice of the institution, the original articles of association in 1754, and the charter and laws of the society.

New York, 1838. 8°

Society for the Promotion of Agriculture, Arts and Manufactures.

Transactions. Pt. 1, 2. New York, 1792—94. 4°

Second edition. Vol. 1. Albany, 1801. 8°

*Society for the Promotion of Agriculture, Arts and Manufactures.*

The act of incorporation of this society expired in 1804. It was then re-incorporated under the title of—

*Society for the Promotion of Useful Arts in the State of New York.*

Transactions. Vol. 2, 3, 4, pt. 1, 2.  
Albany, 1807—19. 8°

In 1894 this society was incorporated with the Albany Lyceum of Natural History, and its publications were thenceforth issued under the title of—

*Albany Institute.*

Transactions. Vol. 1, 2, N° 1.  
Albany, 1830—33. 8°

## NEW YORK—STATE OF.

See ALBANY, sup.

## PENNSYLVANIA—STATE OF.

See PHILADELPHIA, inf.

*Pennsylvanian Society for promoting the culture of the mulberry and the raising of silkworms.*

Constitution, etc. [Philadelphia? 1828.] 8°

## PHILADELPHIA—PENNSYLVANIA.

*Academy of Natural Sciences.*

Journal. Vol. 1—7, pt. 1.  
Philadelphia, 1817—34. 8°

*American Philosophical Society.*

Transactions. 1769—1804. 6 vol.  
Philadelphia, 1771—1809. 4°

New series. Vol. 1—5.  
Philadelphia, 1818—37. 4°

Another copy. Vol. 1.  
Philadelphia, 1818. 4°

Transactions of the historical and literary committee.  
Vol. 1. Philadelphia, 1819. 8°

*College of Physicians.*

The charter, constitution, and bye laws.  
Philadelphia, 1790. 8°

Proceedings of the college . . . relative to the prevention of the introduction and spreading of contagious diseases.  
Philadelphia, 1798. 8°

*Geological Society of Pennsylvania.*

Transactions. Vol. 1, pt. 1, 2.  
Philadelphia, 1834, 35. 8°

*Historical Society of Pennsylvania.*

Memoirs. Vol. 1—3, pt. 1.  
Philadelphia, 1826—34. 8°

*Maclurian Lyceum.*

Contributions of the Maclurian lyceum to the arts and sciences. Nos. 1, 2. [No more published.]  
Philadelphia, 1827. 8°

*Society for promoting Agriculture.*

Address to the citizens of Pennsylvania, on the importance of a more liberal encouragement of agriculture. Accompanied with inquiries on agricultural subjects proposed by the . . . society . . . with a view to form an exposé of the state of agriculture in Pennsylvania.  
Philadelphia, 1818. 8°

Memoirs. 5 vol. Philadelphia, 1808—26. 8°

## PROVIDENCE—RHODE ISLAND.

*Rhode Island Historical Society.*

Collections. Vol. 3. [Containing :—] The early history of Narragansett; with an appendix of original documents, many of which are now for the first time published. By E. R. Potter. Providence, 1835. 8°

## RHODE ISLAND—STATE OF.

See PROVIDENCE, sup.

VOL. I.

## ASIA.

## HINDOOSTAN.

## BENGAL.

*Asiatic Society.*

See EUROPE—Great Britain and Ireland, Colonies of—Bengal—Asiatic Society, inf.

*College of Fort William.*

See EUROPE—Great Britain and Ireland, Colonies of—Bengal—College of Fort William, inf.

## BOMBAY.

*Literary Society of Bombay.*

See EUROPE—Great Britain and Ireland, Colonies of—Bombay—Literary Society of Bombay, inf.

## SERAMPORE.

*Serampore College.*

See EUROPE—Great Britain and Ireland, Colonies of—Serampore—Serampore College, inf.

## JAVA.

## BATAVIA.

*Bataviaasch Genootschap.*

See EUROPE—Holland, Colonies of—Batavia—Bataviaasch Genootschap, inf.

## EUROPE.

Academiarum, quæ aliquando fuere et hodie sunt in Europa, catalogus et enumeratio brevis.  
Londini, 1590. 4°

Another copy.

Bibliothèque académique; ou, choix fait par une société de gens-de-lettres, de différens mémoires des académies Françaises et étrangères; la plupart traduits, pour la première fois, du Latin, de l'Italien, de l'Anglais, etc. Mis en ordre par A. Sériéys.  
Paris, 1810. 8°

Catalogus universalis, nomina et dignitates omnium et singulorum membrorum in academiis scientiarum præcipuis Europæ, præsertim Germaniæ universitatibus, viventium ac florentium, exhibens; ad annum 1737.  
[1737]. fol.

Mémoires de physique pure, sans mathématiques, de toutes les académies de sciences; rassemblés en un seul corps et rangés selon l'ordre de leur publication.  
Tom. 1. 1665—67. Lausanne, 1754. 4°

Nieuwe genees- natuur- en huishoud-kundige jaar boeken; of, verzameling van de nieuwste verhandeligen en waarneemingen der eerste geleerden in Europa, en uittreksels uit de werken en gedenkschriften der beste buitenlandsche akademien en genootschappen . . . en naamlyst van nieuwe boeken . . . Allen ten nutte der Nederlanderen uitgegeeven, door een genootschap van genees- en natuur-kundigen. 5 deel.  
Dordrecht en Amsterdãam, 1782—84. 8°

Opuscoli scelti sulle scienze e sulle arti; tratti dagli atti delle accademie e dalle altre collezioni filosofiche e letterarie, dalle opere più recenti Inglesi, Tedesche, Francesi, Latine e Italiane e da manoscritti originali e inediti. 22 tom. (Tom. 20—22, da C. Amoretti).  
Milano, 1778—1803. 4°

Another copy. Tom. 18. [Imperfect].

G

Nuova scelta d'opuscoli interessanti sulle scienze e sulle arti; tratti dagli atti delle accademie e dalle altre collezioni, etc. Da C. Amoretti. 2 tom. [imperfect.] *Milano*, 1804—8. 4°

Uitgezogte verhandelingen uit de nieuwste werken van de societeiten der wetenschappen in Europa en van andere geleerde mannen. 10 Deel. *Amsterdam*, 1757—65. 8°

## AUSTRIA.

## VIENNA.

*Academia Cæsarea Regia Linguarum Orientalium.*  
 ☞ *Anthologia Persica*, seu selecta e diversis Persis auctoribus in Latinum translata. *Viennæ*, 1778. 4°  
*Academia Gioseffina.*  
 Dissertazioni medico-chirurgico-pratiche estratte dagli atti dell' A. G., tradotte dal Dr. L. Careno. *Vienna*, 1790. 8°

*Einträchtige Freunde.*  
 Physikalische Arbeiten. Aufgesammelt von I. Edlen von Born. Jahrgang 1, 2. *Wien*, 1783. 4°  
*Kaiserlich-Königlich-Polytechnisches Institut.*  
 Jahrbücher. Herausgegeben von J. J. Prechtl. Bd. 1—19. *Wien*, 1819—37. 8°

## BADEN.

## FREYBURG.

*Academia Friburgensis.*  
 ☞ *Analecta academiciæ* . . . . ad historiam et jurisprudentiam, præcipue ecclesiasticam illustrandam. Collegit atque edidit J. A. Rieggerus. *Ulmae*, 1774. 8°

## MANNHEIM.

*Academia Electoralis Theodoro Palatina.*  
 ☞ *Historia et commentationes.* 11 vol. *Mannheimii*, 1766—90. 4°  
 Another copy. 9 vol.

*Societas Meteorologica Palatina.*  
 Ephemerides societatis, etc. *Historia et observationes anni 1781. Observationes anni 1782—92.* 11 tom. *Mannheimii*, 1783—95. 4°

Each of the volumes from 1782 to 1787 and the volume for 1793 have an appendix.

Another copy. 1782—92. 10 tom.

## BAVARIA.

Fränkische Sammlungen von Anmerkungen aus der Naturlehre, Arzneygelahrtheit, Oekonomie und den damit verwandten Wissenschaften. 8 Bde. *Nürnberg*, 1756—68. 8°

## ALTDORF.

*Academia Altorfiana.*  
 See SCHOLA ALDORFIANA, inf.  
 Introductio novæ scholæ Altorfianæ Noribergensium, exposita aliquot doctorum virorum rationibus. Quibus accesserunt quedam *προλεγόμενα* et typus classium, *Lat.*; item oratio funebris de obitu D. Rectoris, *Germ.* Additis insuper legibus scholasticis. (Leges ac instituta scholæ novæ Altorfianæ Noribergensium.) *Lat.* and *Germ.* (Oratio M. Helingi, de dignitate legum, etc.) *Noribergæ*, 1756. 8°  
 This society then assumed the title of *Academia Altorfiana.*

*Schola Altorfiana.*

Panegyres Altorfianæ, una cum natali academiciæ Altorfianæ; anno 1580 celebrato. *Altorfii*, 1581. 8°  
 Solennitas et actus renunciationis et promotionis, qua in schola et academia Altorfiana Noribergensium primo gradus, et honores magistrerii decernebantur, et conferebantur quatuor honestis et eruditissimis . . . . anno 1581. *Noribergæ* [1581]. 8°

The academy was henceforth known under the title of *Universitas Altorfina.*

Actus promulgationis privilegiorum universitatis Altorfianæ confirmatorum et amplificatorum festo sollenni Petro-Paulino, 3 Kal. Julii 1697, celebratus. Accessit renunciatio doctorum, Theologiæ prima, cum programmatum et actionum gratiarum auctario. [Partly *Lat.* and partly *Germ.*] *Altdorfii*, 1698. 4°

Fasti in rectoratu annuo eucharisti G. Rinkii. 1717, 18. [With a preface by J. D. Koelerus.] *Altdorfii*, 1719. 8°

Fasti universitatis . . . . J. J. Jantke . . . 1718, 19. *Altdorfii*, 1719. 8°

Fasti universitatis . . . . J. D. Koeleri . . . 1719, 20. *Altdorfii*, 1721. 8°

Fasti universitatis . . . . J. G. Baieri . . . 1720, 21. *Altdorfii*, 1721. 8°

Programma coss. scholarum et totius ordinis senatorii reipub. Norimbergensis; quod ante promulgationem privilegiorum a S. Cæs. Majest. imperatorum affixum publice est, cum universitas Altorphiæ erigeretur anno . . . 1626. *Norimbergæ*, [1623]. 4°

*Universitas Altdorfina.*

See SCHOLA ALDORFIANA, sup.

## LAUTERN.

*Kurfürstlich Physikalisch-Oeconomische Gesellschaft*  
 Bemerkungen. 1770—83. 15 vol. *Mannheim and Lautern*, 1771—85. 8°

Another copy.  
 Vorlesungen. 1784—90. 5 Bde. *Mannheim*, 1785—90. 8°

Another copy of Bde 1, 2, 4, and 5.

## MUNICH.

*Kurfürstlich Baiersche Akademie der Wissenschaften*, afterwards *Königlich Baiersche Akademie*, etc.

See CATALOGUES, (1st Divis.)—*Europe—Bavaria—Munich—Baiersche Akademie der Wissenschaften.* Catalogus plantarum. [1814]. 12°

☞ *Abhandlungen.* 10 Bde. *München*, 1763—76. 4°

Another copy. 6 Bde. 1763—69. 4°

Neue philosophische Abhandlungen. 7 Bde. *München*, 1778—97. 4°

☞ Another copy.  
 ☞ Neue historische Abhandlungen. 7 Bde. *München*, 1779—1804. 4°

Abhandlungen. Bd. 1. *München*, 1781. 8°

Physikalische Abhandlungen. 1801—5. 2 Abth. *München*, 1803—6. 8°

☞ Historische Abhandlungen. 5 Bde. *München*, 1807—23. 4°

Abhandlungen der mathematisch-physikalischen Classe. 1829, 30. Bd. 1. *München*, 1832. 4°

Abhandlungen der historischen Classe. 2 Bde. *München*, 1833—37. 4°

Abhandlungen der philosophisch-philologischen Classe. 2 Bde. *München*, 1835—37. 4°

Akademisches Taschenbuch für die Mitglieder. *München*, 1811. 8°

ARISTOPHANES—*continued.*

## APPENDIX.

- The stage of Aristophanes. [A poem.]  
London, 1774. 4°
- Athènes pacifiée; comédie en trois actes et en prose, tirée des onze pièces d'A.; par Cailhava.  
Paris, an V. (1797.) 8°
- J. Caravellæ index Aristophanicus, ex codice Bodleiano olim Askeviano, nunc primum editus.  
Oxonii, 1822. 8°

## ARISTOTE. See ARISTOTLE.

ARISTOTE (—), *Gardener of Puteaux.*

- Instruction pour le jardin potager avec l'art de cultiver les fleurs et pour cultiver et greffer les arbres fruitiers.  
Paris, 1678. 12°

## ARISTOTELES. See ARISTOTLE.

## ARISTOTILE. See ARISTOTLE.

## ARISTOTLE.

## WORKS.

- See ACCORAMBONIUS (F.). Interpretatio obscuriorum locorum et sententiarum omnium operum A., etc. 1590. fol.
- Vera mens A. id est, in omnia Aristotelis opera explanatio, etc. 1603. fol.
- See ALCINOUS. Platonis cum A. in universa philosophia comparatio, etc. 1573. 4°
- See BEDA, *the Venerable*. Repertoriū; sive, tabula generalis auctoritatum A., etc. 1513. 4°
- In Platonis ab A. philosophiam. See BENI (F.). P. B. in Platonis Timæum, etc. 1595. 4°
- See BEURER (J. J.). Proœmium peripateticum, etc. 1587. 8°
- See BROSCIUS (J.). Apologia pro A., etc. 1652. 4°
- See BUHLE (J. G.). Novam omnium operum A. editionem indicit J. G. B., etc. 1790. 4°
- See DONATUS (B.). De Platonis atque Aristotelis philosophiæ differentia, etc. 1540. 8°
- 1541. 8°
- De Platonis et A. consensione. See FOXIUS MORZILLUS (S.). De naturæ philosophia, etc. 1560. 8°
- See FUNCCIUS (C.). Dichotomico-synoptica in fructuosam A. lectionem introductio, etc. 1584. 8°
- See GEORGIUS, *Ragusæus*. Peripateticæ disputationes, etc. 1613. fol.
- See GEORGIUS, *Trapezuntius*. Comparationes philosophorum A. et Platonis. 1523. 8°
- See GREGORIUS, *Aponymus*. Γ. του Α. συνοπτικου της φιλοσοφίας συνταγμα, etc. G. A. compendiosum philosophiæ syntagma, etc. Gr. and Lat. 1600. 8°
- Centum quaestiones peripateticæ. See KNITTEL (C.). A. curiosus ac utilis, etc. 1682. 4°
- See JUSTINUS, *Martyr*. Eversio falsorum A. dogmatum, etc. 1552. 16°
- Explanatio textus A. See MAGISTRIS (J. DE). *Begin*. Incipiunt quaestiones peritiles, etc. 4°
- 1481. fol.
- See MERCENARIUS (A.). Dilucidationes obscuriorum locorum, etc. 1590. 4°
- See NUNNESIUS (J. P.). Oratio de causis obscuritatis A., etc. 1554. 8°

VOL. I.

ARISTOTLE—*continued.*WORKS—*continued.*

- See NUNNESIUS (J. P.). Peripateticæ philosophiæ institutio, etc. 1667, etc. 4°
- See PACHYMER (G.). In universam fere A. philosophiam, etc. 1560. fol.
- See PALAMEDES (J.). Tabula in A. Averroisq. opera. 1562. fol.
- See PLATO. La comparaison de P. et d'A., etc. 1671. 12°
- See POSIUS (A.). Thesaurus A. P. in omnes A. et Averrois libros, etc. 1562. 8°
- See RAMUS (F.). Defensio pro A., etc. 1571. 4°
- New analysis of A.'s works. See TAYLOR (T.). An answer to Dr. Gillies's supplement, etc. 1804. 8°
- A dissertation on the philosophy of Aristotle. 1812. 4°
- See TITZE (F. N.). De A. operum serie, etc. 1826. 8°
- See TRENDELENBURG (F. A.). Platonis de ideis et numeris doctrina ex A. illustrata, etc. 1826. 8°
- See VILLETANUS (L. J.). In universam A. philosophiam, etc. 1603. fol.
- See WEISSE (C. H.). De Platonis et A., etc. differentia. [1827.] 8°
- See ZIMARA (M. A.). M. A. Z. tabula et dilucidationes in dicta A., etc. 1564. fol.
- 1566. fol.

(Porphyrii introductio. A. vita ex Laertio. Eiusdem vita per Joannem Philoponum. Theophrasti vita ex Laertio. Galeni de philosopho historia. Philonis Judæi de mundo.) [Edited by A. Manutius with the assistance of A. Bonidinus.] Gr. 5 vol. *ED. PR.*

*Aldus Manucius, Venetiis, 1495—98. fol.*  
This edition of the works of Aristotle does not contain his treatises on poetry and rhetoric.

Another copy.

☞ Another copy.

Another copy. Vol. I. *COPIOUS MS. NOTES* [by P. Vettori].

☞ A. *παντα*. A. opera omnia. Per D. Eras[mum] Roterodamum. (Vita, Guarino autore. Περφοριου εισαγωγή.) Gr. 2 vol.

*Apud Jo. Beb. Basileæ, 1531. fol.*

Another edition. (A. *βίος* κατὰ Διογενὴ Λαερτίου.) Gr. 2 vol.

*Per Jo. Beb. et Mich. Ising. Basileæ, 1550. fol.*

Another copy.

Another copy. *COPIOUS MS. NOTES* [by I. Casaubon]. *L. P.*

☞ Another copy. *COPIOUS MS. NOTES. L. P.*

A., *πασαν λογικην, ρητορικην και ποιητικην πραγματειαν περιεχων, τομος Α.* A., omnem logicam, rhetoricam et poeticam disciplinam continens, tomus I. (Την περι φυσικης ακροασεως, περι ουρανου, περι κοσμου προς Αλεξ., περι γενεσεως και φθορας και την μετεωρολογικην πραγματειαν περιεχων, τομος Β. De physica auscultatione, de cœlo, de mundo ad Alex., de generatione et corruptione, et meteorologicam disciplinam continens, tomus II. Την περι ιστορίας των ζων πραγματειαν και ἄλλα της τοιαυτης πραγματειας ἐγγυγη βιβλια περιεχων, τομος III. De historia animalium disciplinam et reliquos huic disciplinæ agnatos libros continens, tomus III. Τα προβλήματα μετα των του Αλεξ. Αφροδισ. προ-

4 N

## ARISTOTLE—continued.

## WORKS—continued.

βλημάτων και τα μηχανικά και την μετα τα φυσικά πραγματείαν περιεχών, τόμος ιιιι. Problemata cum Alex. Aphrodis. probl. et mechanica, et metaphysices disciplinam continens, tomus ιιιι. Τα ηθικά μεγάλα και ηθικά ευδήμ. και ηθικά νικομαχ. και οικονομικά και πολιτικά περιεχών, τόμος Ε. Moralia magna, et moralia eudem. et moralia nicomach. et rei familiaris civilisque disciplinam continens, tomus ν. Θεοφραστον περι φυτων ιστοριαν και περι φυτων αιτιων και τινα αλλα αυτου βιβλια περιεχών, τόμος νι. Theophrasti historiam de plantis et de causis plantarum et quosdam alios ipsius libros continens, tomus νι. A. uita ex Suida. Porphyrii uita ex Suida. Porphyr. quinque uoces. Commentariorum Georgii Pachymerii ut quibusdam placet in textum A. de lineis indiuiduis, lib. ι. Theophrasti uita ex Diogene. Philonis de mundo, lib. ι.) [Edited by J. B. Camotius.] 6 tom. Gr.

*Apud Aldi filios, expensis Federici de Turrisanis eorum auunculi, Venetiis, 1551, 53, 52. 8°*

☞ Another copy. Tom. 1—5.

Another copy. Tom. 5.

A. τα ευρισκομενα. A. opera quæ exstant. Addita nonnunquam ob argumenti similitudinem quædam Theophrasti, Alexandri, Cassii, Sotionis, Athenæi, Polemonis, Adamantii, Melampodis. In tomis cuiusque fine adjecta varians locorum scriptura e præcipuis editionibus; nonnunquam etiam e manuscriptis codicibus: emendationes quoque non pauca ex interpretum versionibus, aliorumque doctorum virorum animadversionibus: præterea capitum index; et duo rerum ac verborum notatu digniorum inventaria, Latinum et Græcum. Initio præmissa quædam de A. uita et scriptis, ex auctoribus tum veteribus tum recentioribus [Dionysius of Halicarnassus, Suidas, Ammonius, Diogenes Laertius, Strabo, Plutarch, Erasmus. The introduction of Porphyrius. Various readings, etc. by P. Vettori]. Opera et studio F. Sylburgii. Gr. 11 vol. *MS. Notes.*

*Apud Andream Wecheli heredes, Claudium Marnium et Joannem Aubrium, Francofurti, 1587, 84, 85. 4°*

Another copy.

☞ Another copy. Vol. 1—10.

Vol. 3 imperfect at the end.

Another edition. Græce, ex recensione I. Bekkeri. Edidit academia regia Borussica. 2 vol.

*Berolini, 1831. 4°*

Another edition. Accedunt indices Sylburgiani. (Tom. 10. Accedunt rerumpublicarum reliquiæ ex editione C. F. Neumann.) Gr. 11 tom.

*Osonii, 1837. 8°*

A. τα σωζομενα. Operum A. nova editio, Græce et Latine. Græcus contextus quam emendatissime editus: adscriptis ad oram libri et interpretum veterum recentiorumque et aliorum doctorum virorum emendationibus: in quibus plurimæ nunc primum in lucem prodeunt, ex bibliotheca I. Casauboni. Latine interpretationes adjectæ sunt quæ Græco contextui melius responderent, partim recentiorum partim veterum interpretum: (N. Gruchius, J. Argyropylus, F. Vatablus, G. Budæus, Nicolaus Leonicus, T. Gaza, J. C. Scaliger, F. Patritius, C. Calcagninus, J. Scægkcius, D. Lambinus, G. Valla, S. Grynæus, J. Camerarius, A. Riccobonus, F. Philephus, Bessarion. A. uita auctore Diogene Laertio. A. uita auctore Ammonio. A. uita Dionysio Halicarnasseo interprete, interpr. H. Vuolfio. De libris A. ex lib. xiiii. Strabonis, interprete G. Xylandro. Ex Plutarcho, in Sylla. Institutiones Porphyrii, ex N. Gruchii recognitione, ad suam et J. Perionii interpretationem. Γεωργιον Παχυμεριου, ως φασι τινες, εις τα του Α. περι ατομων γραμμων παραφρασις. In A. librum de insecabilibus

## ARISTOTLE—continued.

## WORKS—continued.

lineis, commentarius.) Accesserunt ex libris A., qui hodie desiderantur, fragmenta quædam. Adjecti sunt etiam indices duo peritiles: quorum alter nomina auctorum, qui in A. scripserunt, continet: alter quid sit a quoque in singulas librorum ejus partes scriptum indicat, necnon alius index rerum omnium locupletissimus. Gr. and Lat. 2 vol.

*Lugduni, 1590. fol.*

Another copy.

Another edition. Latine interpretationes adjectæ sunt quæ Græco contextui melius respondent, una cum iis quæ antehac in hoc opere desiderabantur, partim recentiorum partim veterum interpretum: (J. Pacius, J. Argyropylus, F. Vatablus, G. Budæus, Nicolaus Leonicus, T. Gaza, J. C. Scaliger, F. Patritius, C. Calcagninus, J. M. Rota, J. Scægkcius, J. B. Felicianus, D. Lambinus, G. Valla, S. Grynæus, J. Camerarius, A. Riccobonus, F. Philephus, Bessarion, J. Carpentarius. A. uita auctore Diogene Laertio, A. uita auctore Ammonio, A. uita Dionysio Halicarnasseo interprete, interpr. H. Vuolfio. De libris A. ex lib. xiiii. Strabonis, interprete G. Xylandro. Ex Plutarcho in Sylla. Institutiones Porphyrii. Γεωργιον Παχυμεριου, ως φασι τινες, εις τα του Α. περι ατομων γραμμων παραφρασις. In A. librum de insecabilibus lineis commentarius.) Accesserunt huic editioni Kyriaci Strozæ libri duo politicorum græcolatini: insuper addita sunt ex libris A. qui hodie non supersunt fragmenta quædam. Gr. and Lat. 2 vol.

*Aureliæ Allobrogum, 1605. fol.*

Nova editio, Græce et Latine. Latine interpretationes Græco contextui convenientiores. Accesserunt ex libris A. qui hodie desiderantur, fragmenta quædam. Adjecti sunt indices tres. (A. uita, auctore Ammonio. A. uita, Dionysio Halicarnasseo interprete, interpr. H. Vuolfio. De libris A. ex lib. xiiii. Strabonis, interprete G. Xylandro. Ex Plutarcho in Sylla. Institutiones Porphyrii ex N. Gruchii recognitione, ad suam et J. Perionii interpretationem. Γεωργιον Παχυμεριου, ως φασι τινες, εις τα του Α. περι ατομων γραμμων παραφρασις. In A. librum de insecabilibus lineis, commentarius.) [Edited by J. Pacius. Translated by N. Gruchius, J. Argyropylus, F. Vatablus, T. Gaza, J. C. Scaliger, Nicolaus Leonicus, J. B. Felicianus, G. Valla, S. Grynæus, L. Aretinus, J. Camerarius, A. Riccobonus, F. Philephus, F. Patritius, C. Calcagninus, J. M. Rota, J. Scægkcius, G. Budæus, Bessarion.] Gr. and Lat. 2 tom. *Geneva, 1607. 8°*

Opera omnia Græce et Latine. Veterum ac recentiorum interpretum, ut A. Turnebi, I. Casauboni, J. Pacii, studio emendatissima. [Other interpreters, J. Argyropylus, F. Vatablus, G. Budæus, Nicolaus Leonicus, T. Gaza, J. C. Scaliger, C. Calcagninus, J. M. Rota, J. Scheekius, J. B. Felicianus, D. Lambinus, G. Valla, S. Grynæus, J. Camerarius, A. Riccobonus, F. Philephus, Bessarion, J. Carpentarius.] Cum Kyriaci Strozæ libris duobus Græcolatinis de republica in supplementum politicorum A. Huic editioni accessit brevis ac perpetuus in omnes A. libros commentarius, sive synopsis analytica doctrinæ peripateticæ, non antehac visa; authore Guiljelmo Du Val, qui et adiecit anthologiam anatomicam ex scitis Hippocratis et Galeni, notis et argumentis auxit ac illustravit, in legitimum ordinem restituit. Indices tres. (A. uita, auctore Diogene Laertio; A. uita, auctore Ammonio; A. uita ex Dionysio Halicarnasseo, interpr. H. Vuolfio. De libris A. ex lib. xiiii. Strabonis, interprete G. Xylandro. Ex Plutarcho in Sylla. Institutiones Porphyrii. Γεωργιον Παχυμεριου, ως φασι τινες, εις τα του Α. περι ατομων γραμμων παραφρασις. In A. librum de insecabilibus lineis commentarius.) 2 vol.

*Lutetiæ Parisiorum, 1619. fol.*

ARISTOTLE—*continued.*WORKS—*continued.*

Opera omnia Græce et Latine, etc.

Another edition. 2 vol.

*Lutetice Parisiorum*, 1629. fol.

☞ Another copy.

Opera omnia. Selectionum interpretum, (J. Pacius, J. Argyropylus, F. Vatablus, G. Budeus, Nicolaus Leonicius, T. Gaza, J. C. Scaliger, A. Turnebus, C. Calcagninus, J. M. Rota, J. Scheckius, J. B. Felicianus, D. Lambinus, G. Valla, S. Grynaeus, J. Camerarius, A. Riccobonus, F. Philadelphus, Bessarion, J. Carpentarius,) studio, censura et notis emendatissima. Adjecta est synopsis analytica, sive breviarum doctrinæ peripateticæ, auctore G. DuVallio. (I. Casauboni præfatio; A. vita, auctore Diogene Laertio; A. vita, auctore Ammonio; A. vita ex Dionysio Halicarnasæo, interpr. H. Vuolfio. De libris A. ex lib. XIII. Strabonis, interprete G. Xylandro. Ex Plutarcho in Sylla. Institutiones Porphyrii, Γεωργίου Παχυμεριου, ως φασι τινες, εις τα του Α. περι αρωμων γραμμων παραφρασις. In A. lib. de insecabilibus lineis commentarius.) *Gr.* and *Lat.* 4 tom. *Parisius*, 1639. fol.

Another edition. *Gr.* and *Lat.* 4 tom.

*Parisius*, 1654. fol.

Another edition. Græce recensuit, annotationem criticam, librorum argumenta et novam versionem Latinam adiecit J. T. Buhle. (A. vita, auctore Diogene Laertio. A. vita auctore Ammonio. A. vita ex Dionysio Halicarnasæo. Hesychii Milesii de A. locus. A. vita ex Suida. Porphyrii Isagoge.) Vol. 1—5.

*Biponti et Argentorati*, 1791—an VIII. (1800).

This edition was never completed.

☞ Another copy. *L. P.*

*Begin.* Hoc in volumine continentur infrascripta opera A. uidelicet: in principio. Vita eiusdem. Epistola eiusdē ad Alexandrū, I. argyropilo interprete. Phisicorū libri octo. Methaphisicæ libri duodecim. De cælo et mundo libri tres. De anima libri tres. Ethicorum libri decem cui addidimus libellum de morib. eiusdē Ari. interprte Le. Are. Liber prædicabilium porphyrii. Liber prædicamentorū Aristot. Perihermenias libri duo. Liber sex principiorū Gilberti porretani, interprete hermolao barbaro. Priorum liber unus. Posteriorum libri duo. Opera A. quæ sequūt partim sunt ex antiq̄ traductione partim ex illa Leonardi aretini. Partim Georgio ualla iterpæte put suis i locis annotatū reperies. Ex antiqua traductione. Topicorum libri octo. Elenchorum libri duo. De sensu et sensato. De memoria et reminiscentia. De somno et uigilia. De motibus animalium. De longitudine et breuitate uitæ. De iuuentute et senectute. De respiratione et inspiratione. De uita et morte. De phisionomia. De bona fortuna. De coloribus. De plantis. De uegetabilibus. De lineis indiuisibilibus. De nilo. De proprietatibus elementorum. De pomo. De intelligentia. De mundo. De causa. Extractione Leonardi aretini. Politicorū libri octo. Economicorum liber unus. Liber magnorum moralium Georgio ualla interprete. *MS. NOTES.*

*Per Gregoriū de Gregoriis, expensis Benedicti Fontana, Venetiis*, 1496. fol.

Opera quæ extant omnia, Latinitate, partim antea, partim nunc primum a uiris doctissimis donata. [Interpreters: J. Argyropylus, S. Boetius, A. Demochares, S. Grynaeus, P. Alcyonius, T. Gaza, L. Aretinus, G. Valla, Jacobus Stapulensis, A. Chamillardus, G. Trapezuntius, F. Philadelphus, A. Pacius, Bessarion, Nicolaus Leonicius, J. Scheccius, L. C. Calcagninus.] Accesserunt in singulos libros argumenta, nunc primum ex optimis Græcorum commentariis in Latinam

ARISTOTLE—*continued.*WORKS—*continued.*

linguam conuersa et suis quæque locis apposita. [Arguments, etc. by J. Philoponus, A. Politianus, R. Maffei, Nicephorus, Architas, G. Porretanus interprete Hermolao Barbaro, Simplicius, Alexander Aphrodisæus?]. Item supra censuram I. L. Vivis de libris A. et P. Melanchthonis commentationem, adiecta nunc primum fuit de ordine librorum A. deque illius scriptis legendis dissertatio. (Porphyrii eisagoge; seu, communium quinque uocum liber. *Metaphysica Theophrasti.*) [Edited by H. Gemuseus.] 3 tom. *Basilæa*, 1542. fol.

Another edition. Selectis translationibus, collatisque cum Græcis emendatissimis exemplaribus, margineis scholiis illustrata et in nouum ordinem digesta: additis etiam nonnullis libris nunquam antea Latinitate donatis: Averrois in ea opera omnes qui ad nos peruenere commentariū aliique ipsius in logica, philosophia et medicina libri, a J. Mantino conuersi, castigati, compluribus margineis scholiis exornati. Levi Gersonidis annotationes in Auer. expositionem super logices libros, eodem J. Mantino interprete. Græcorum, Arabum et Latinorum monumenta quædam, ad hoc opus spectantia. M. A. Zimaræ in A. et Auerrois dicta contradictionum solutiones. J. B. Bagolini labore ac diligentia. Hæc autem omnia tum ex præfatione tum ex indice librorum clarius innotescunt. (Marci de Odis præfatio.)

Vol. 1.

Porphyrii introductio, Seuerino Boetho interprete.

A. prædicamenta, eodem interprete.

G. Porretani sex principiorum liber.

A. de interpretatione, libri duo, Seuerino Boetho interprete.

Priorum resolutiorum libri duo.

Posteriorum resolutiorum libri duo.

Topicorum libri octo.

Elenchorum libri duo.

Averrois expositio in librum Porphyrii a J. Mantino nunc primum in Latinum conuersa.

In librum prædicamentorum, eodem interprete.

In librum de interpretatione, eodem interprete.

Media expositio in libros priorū resolutiorū, a J. F. Burana Latinitate donata.

Expositio maxima; seu, magna commentaria ab eodem in Latinum sermonem conuersa.

Expositio media in eosdem posteriorum resolutiorum libros, ab eodem conuersa.

Expositio in octo libros topicorum, A. de Balmes interprete. Cui una illam super quatuor primos libros, a J. Mantino nuper translata adiecimus.

Expositio in libros duos elenchorum, A. de Balmes interprete.

Epitome in libros logicæ A., eodem interprete.

Quæsitæ varia in logica, eodē interprete.

Epistola una, eodem interprete.

Levi Gersonidis in librum Porphyrii annotationes et in Auerrois expositionem, a J. Mantino translate.

In librum prædicamentorum et Auerrois expositionem, ab eodem Mantino conuerse.

In librum de interpretatione et Auerrois expositionem ab eodem Jacobo Mantino Latinitate donate.

Arabum nonnullorum quæsitæ ac epistolæ ab A. de Balmes translata.

Vol. 2.

A. artis rhetoricæ libri tres, Georgio Trapezuntio interprete.

ARISTOTLE—*continued.*WORKS—*continued.*

Rhetorica ad Alexandrum, F. Philelpho interprete.  
De poetica, A. Paccio interprete.  
Averrois paraphrases in libros tres rhetoricorum, A. de Balmes interprete.  
Paraphrasis in librū poeticæ, a Jacob Mantino Latinitate donata.

## Vol. 3.

A. moralium Nicomachiorum libri decem, J. B. Feliciano interprete.  
Magnorū moralium libri duo, G. Valla interprete.  
Moralium Eudemiorum libri quatuor: primus, secundus, tertius et septimus, incerto interprete.  
Quartum vero, quintū et sextum in quinto, sexto et septimo Nicomachiorum reperies.  
De virtutibus libellus, A. Chamaillardo interprete.  
Politicoorum libri octo, Leonardo Aretino interprete.  
Œconomicorum libri duo; seu, unus in duas diuisas partes, Aretino interprete.  
Eorundem Œconomicorū libri duo, B. Donato interprete.  
Averrois in libros decem moralium Nicomachiorum expositio.  
Paraphrasis in libros Platonis de republica, J. Mantino interprete.  
Leonardi Aretini in libros Œconomicorum explanatio.  
Ante singula vero opera apposite sunt ipsorum translatorum præfationes, et in moralia eudemia ipsius Aretini.

## Vol. 4.

A. de physico auditu libri octo.  
Quibus addita nuper fuit Simplicij lectio in libro septimo.  
Averrois in eos proœmium, tum ex J. Mantini nova translatione, tum ex antiqua. Commentaria in eosdem magna.  
Expositio media super tres primos libros, J. Mantino interprete.

## Vol. 5.

A. de cœlo libri quatuor.  
De generatione et corruptione libri duo.  
Meteorologicorum libri quatuor.  
De plantis libri duo.  
Averrois in libros de cœlo cum ejus textu commentarii.  
Paraphrasis in eosdem, Paulo Israelita interprete.  
In libros de generatione et corruptione media expositio.  
In eosdem paraphrasis, Vitale Nisso interprete.  
In libros meteorologicorum expositio media.

## Vol. 6.

A. de historia animalium libri novem, T. Gaza interprete.  
Decimus a J. B. Feliciano translatus.  
De partibus animalium libri quatuor, Theodoro interprete.  
De animalium incessu, N. L. Thomæo interprete.  
De anima libri tres.  
De sensu et sensilibus.  
De memoria et reminiscentia.  
De somno et vigilia.  
De somniis.

ARISTOTLE—*continued.*WORKS—*continued.*

De divinatione per somnum.  
De animalium motu.  
De generatione animalium libri quinque, Gaza interprete.  
De longitudine et brevitate vitæ.  
De juventute et senectute, vita et morte et respiratione.  
De sanitate et morbo libri initium.  
Averrois paraphrasis in libros quatuor de partibus animalium, J. Mantino interprete.  
Commentarii in tres libros de anima.  
Commentum quintum libri tertii de anima, ultra antiquam translationem a Mantino Latinitate donatum.  
Trigesimum sextum etiam commentum ejusdem libri, ab eodem translatum.  
Paraphrasis in librum de sensu et sensilibus.  
In librum de memoria et reminiscentia.  
In librum de somno et vigilia, de somniis, de divinatione per somnum.  
In libros quinque de generatione animalium, Mantino interprete.  
In librum de longitudine et brevitate vitæ.  
In hujus voluminis fronte apposita est T. Gazæ in libros A. de animalibus, præfatio.

## Vol. 7.

A. problematum sectiones duæ de quadraginta, T. Gaza interprete.  
Quæstiones mechanicæ N. L. Thomæo interprete.  
De mundo ad Alexandrum liber, G. Budæo interprete.  
De admirandis auditionibus commentariolus, a Dominico Montesauro in Latinum conversus.  
Physiognomicorum liber.  
De coloribus libellus, a S. Portio Latinitate donatus.  
De spiritu libellus.  
De Xenophane, Zenone et Gorgia, nova nuper J. B. Feliciani translatione restitutus.  
De lineis insecabilibus liber, una cum G. Pachymerii ea de re compendio, in Latinum converso, J. M. Rota medico interprete.  
Alexandri problematum libri duo, T. Gaza interprete.  
De causis proprietatum elementorum libellus.  
De causis libellus ex Hebræo in Latinum conversus, Aristoteli, seu Avempace, vel Alpharabio, aut Proclo ascriptus.

## Vol. 8.

A. metaphysicorum libri quatuordecim, a Bessarione Latinitate donati.  
Averrois in eosdem cum ipsis textu commentarii.  
Proœmium in duodecimum librum, antea quidem a Paulo Israelita, nunc vero etiam a J. Mantino in Latinum conversum.  
Epitome in eosdem metaphysicorum libros, Mantino interprete.  
Theophrasti metaphysicorum liber.

## Vol. 9.

Averrois sermo de substantia orbis, castigatus ac duobus capitulis auctus, ab A. de Balmes Latinitate donatus.  
Destructio destructionum philosophiæ Algazelis, Calo Calonymos interprete.

## ARISTOTLE—continued.

## ON METEORS—continued.

A. μετεωρολογικα. A. meteorologicorum libri iv. Græca verba post Bekkerum recensuit, Latinam interpretationem partim novam partim Vicomercati relictam addidit, excerpta ex commentariis Alexandri, Olympiodori et J. Philoponi, suos commentarios, indices verborum ac rerum adiecit et præfatus est J. L. Ideler. 2 vol. *Lipsiæ*, 1834—36. 8°

Another copy. *I. P.*

*Begin.* Habes solertissime lector in hoc codice libros meteoroz A. cū cōmentariis Gaetani de Thienis nouiter ipressos: ac mēdis erroribusq. purgatos. Tractatum de reatione. Et tractatū de intensione et remissione eiusdem Gaetani. Questiones Thimonis super quattuor libros metheoror. 2 vol. G. L. *FEW MS. NOTES.*

*Per Bonetū Locatellū, Venetiis*, 1507. fol.

Gaetanus super metheo. Habes in hoc codice libros metheororum A. cū cōmentariis Gaetani de Thienis: una cum duplici translatione, vz. F. Vatabli et antiqua. Tractatum de reatione. Et tractatum de intensione et remissione eiusdem Gaetani. Questiones Thimonis super quattuor libros meteororum. G. L. *Venetis*, 1522. fol.

Alexandri Aphrodisiensis in quattuor libros meteorologicorum commentatio: quam Latinitate donavit A. Piccolomineus. [With a Latin version of the text.] Accedit ejusdem A. Piccolominei tractatus de iride. In quo quamplurima tum A. tum etiam Alexandri et Olympiodori dicta dilucidantur. G. L. *Venetis*, 1540. fol.

Another edition. *Venetis*, 1545. fol.

Meteorologicorum A. libri quatuor. F. Vatablo interprete. *Lugduni*, 1546. 8°

Another edition. *FEW MS. NOTES.* *Parisiis*, 1550. 4°

Olympiodori in meteora A. commentarii. Joannis Grammatici Philoponi scholia in i. meteorum. J. B. Camotio interprete. [With a Latin version of the text.] *Venetis*, 1551. fol.

☞ Alexandri Aphrodisiensis in libros meteorologicos commentarii, J. B. Camotio interprete. [With a Latin version of the text.] *Venetis*, 1556. fol.

Augustini [Niphi] commentaria in libros meteorologicorum et in librum de mistis. Quibus index additus est. [With a Latin version of the text.] *Venetis*, 1560. fol.

S. Thomæ Aquinatis in libros meteorologicorum commentaria, cum duplici textus interpretatione, una F. Vatabli, altera antiqua. Addito indice. *Venetis*, 1561. fol.

F. Vicomercati in quattuor libros A. meteorologicorum commentarii. Et eorundem librorum e Græco in Latinum per eundem conversio. Cum indice. *Venetis*, 1565. fol.

Meteorologicorum libri quatuor. J. Peronio interprete: per N. Grouchium correcti et emendati. *MS. NOTES.* *Parisiis*, 1577. 4°

N. Cabeii in quattuor libros meteorologicorum A. commentaria et questiones. [With a Latin version of the text.] 4 tom. *Romæ*, 1646. fol.

F. Vallesii in quartum librum meteorologicorum A. commentaria. Secundo edita. [With a Latin version of the text.] *Augustæ Taurinorum*, 1588. 8°

Another edition. *Patavii*, 1591. 4°

☞ Opera nuova, la quale tratta della filosofia naturale, chiamata la Metaura d'A.; chiosata da San Tomaso d'Aquino; partita in tre libri. *Vinègia*, 1554. 8°

J. B. Flavii in A. metheorologicorum libros Paraphrasis. A C. Flavio nunc primum edita. *Fani*, 1591. 4°

## ARISTOTLE—continued.

## ON METEORS—continued.

Paraphrasis A. Bergæ eorum quæ in quarto libro operis meteorologici habentur.

*Monte Regali*, 1565. 8°

Tractatus meteorologicus in quattuor libros A.

*Viennæ Austriæ*, 1720. 12°

## ON THE WORLD.

*See* APULEIUS (L.). *Metamorphoseos, etc.* Eiusdē liber de mundo, quē magna ex parte ex lib. Aristotelis eiusdē argumenti in Latinum traduxit, etc. 1521. 8°

*See* LANGIUS (J.). *Cosmusistasia Aristotelica; sive minoris mundi theatrum, etc.* 1606. 8°

*See* WORM (O.). *Liber aureus A. de mundi fabrica, etc.* 1625. 8°

A. *περι κοσμου.* A. de mundo. *Gr.*

*Lutetia*, 1551. 4°

Another edition. Curavit J. C. Kappius. *Gr.*

*Allenburgi*, 1792. 8°

De mūdo libellus G. Budæo interprete. Philonis Judæi itidem de mūdo libellus ab eodem traductus. Quibus adiecti sunt iidem Græci ab eodem integritati sue restituti ut cum Latinis cōferri possint. *Gr.* and *Lat.* *In ædibus Ascēsonianis, [Paris.]* 8°

In this copy the leaves at the beginning are mutilated, and the Greek text is wanting.

De mundo A. lib. i. Philonis lib. i. G. Budæo interprete. Cleomedis lib. ii. G. Valla interprete. A. *περι κοσμου προς Αλεξανδρον βιβλ. εν.* Φιλωνος Ιουδαιου *περι κοσμου βιβλ. εν.* Ad hæc scholion doctiss. in A. libellū de mundo, S. Grynæo authore. 2 vol. *Gr.* and *Lat.* *Basilea*, 1533. 8°

De mundo, Græce: cum duplici interpretatione Latina, priore quidem L. Apuleii; altera vero G. Budæi, cum scholiis et castigationibus B. Vulcanii tam in A. quam in utrunque ejus interpretem. Accessit seorsim Gregorii Cyprii encomium maris Græce et Pauli Silentiarii iambica.

*Ex officina Plantiniana, Lugduni Batavorum*, 1591. 8°

The last two tracts are not in this copy.

A. *περι κοσμου προς Αλεξανδρον.* A. de mundo liber ad Alexandrum, cum versione Latina G. Budæi. *Gr.* and *Lat.* *Glasguae*, 1745. 12°

Lettre d'A. à Alexandre, sur le système du monde, avec la traduction Française et des remarques, par l'abbé Batteux. *Gr.* and *Fr.* *Paris*, 1768. 8°

A. liber de mundo ad Alexandrum Macedoniæ regem, G. Budæo interprete. *Lutetia*, 1555. 4°

Another edition. *Parisiis*, 1577. 4°

## ON THE SOUL.

*See* ALEXANDER *ab Alexandria?* [An exposition of A.'s three books on the soul.] etc. *Lat.* 1481. fol.

*See* ALEXANDER, *Aphrodisæus.* *Begin.* Hieronymi Donati . . . præfatio . . . A. A. enarratio de anima ex A. institutione, etc. 1495. 4°

\_\_\_\_\_ Questiones naturales . . . . . de anima, etc. 1555. fol.

*See* ALPHONSUS, *Archbishop of Toledo.* In tres A. libros de anima questiones, etc. 1608. fol.

*See* ALPHONSUS (F.), *Malpartidensis.* Disputationes in tres libros A. de anima. 1640. 4°

*See* BUCCI (A.). *Naturales disputationes sex . . . A. de anima, etc.* 1572. fol.

## ARISTOTLE—continued.

## ON THE SOUL—continued.

- See COTTUNIVS (J.). Commentarii in tres A. libros de anima, etc. 1657. fol.  
 See DANDINI (G.). Hieronymi D. de corpore animato lib. VII., etc. 1610. fol.  
 See DOMINICUS de Flandria. *Begin*. Incipit brevis recollecta sup tres libros de anima A. fol.  
 See FONTANUS (G. G.). Sententiarum A. de anima interpretatio, etc. 1601. 4°  
 See HENRICUS de Gorichem. Positiones . . . de aia A., etc. 1494. 4°  
 See JANDONUS (J.). Questiones J. J. de anima, etc. 1501. fol.  
 See LICETUS (F.). De intellectu agente, etc. 1627. fol.

De animarum rationalium immortalitate, etc. 1629. 4°

See MONTECATINUS (A.). In eam partem III. libri A. de anima, . . . lectura. 1576. fol.

See NICOLAUS (P.). Opus de immortalitate animorum, etc. 1525. fol.

See ODonI (R.). Discorso di R. O. . . . se l'anima secondo A. è mortale o immortale, etc. 1557. 4°

See OREGIUS (A.). A. vera de rationalis animæ immortalitate sententia, etc. 1632. 16°

See PALLAVIGINUS (A.). Explanatio paraphrastica in libros A. de anima. 1610. 4°

1613. 4°

See SEGNI (B.). Il trattato sopra i libri dell' anima, etc. 1583. 4°

1607. 4°

See STARKE (F. G.). J. G. T. Schroenero, etc. Commentatio qua exposita est A. de intelligentia sive mente sententia, etc. 1833. 4°

See VENERO (F.). I discorsi sopra i tre libri dell' anima, etc. 1555. 8°

See VICOMERCATUS (F.). Commentarii in tertium librum A. de anima, etc. 1543. 8°

See VIO (T. DE), *Cajetanus, Cardinal*. Commentaria in libros A. de anima. 1618. 8°

Ἰωάννου Γραμματικῶν τοῦ Φιλοπόνου ὑπομνήματα εἰς τὰ περὶ ψυχῆς βιβλία τοῦ Α. Joannis Grammatici Philoponi commentaria in libros de anima A. [With the text. Edited by V. Trincavellus.] Gr.

In ædibus Bartholomæi Zanetti, Venetiis, 1535. fol.

☞ Another copy.

Another copy. MS. NOTES.

A. περὶ ψυχῆς βιβλία τρία. A. de anima libri tres. Una cum J. Fabri Stapulensis in eosdem introductione: et Themistii commentatiuncula. Gr. MS. NOTES. Basileæ, 1538. 8°

De anima libri tres. Recognovit, commentariis illustravit F. A. Trendelenburg. Gr. Jenæ, 1833. 8°

De animo libri III. J. Perionio interprete, per N. Grouchium correcti et emendati. Gr. and Lat. 2 vol. FEW MS. NOTES.

Lutetiæ Parisiorum, 1554. 4°

A. περὶ ψυχῆς βιβλία τρία. A. de anima libri tres, Græce et Latine, J. Pacio interprete. Accesserunt ejusdem Pacii in eosdem libros commentarius analyticus. Francofurti, 1596. 8°

Another edition. MS. NOTES. Hanovia, 1611. 8°

Another edition. Francofurti, 1621. 8°

VOL. I.

## ARISTOTLE—continued.

## ON THE SOUL—continued.

Commentarii collegii Conimbricensis societatis Jesu in tres libros de anima A. Hac tertia editione Græci contextus Latino respondentis accessione auctiores. Colonia, 1600. 4°

Another edition. Colonia, 1603. 4°

Copulata sup libros de anima A. cum textu juxta doctrinâ excellentissimi doctoris sancti Thome de Aquino hic continentur. [Edited by Lambertus de Monte.] Lat. G. L. MS. NOTES.

[Henr. Quentel, Cologne, 1494?] 4°

Expositio Egidii romani super libros de anima cum textu. G. L. Venetiis, 1496. fol.

Diui Thome Aquinatis in libros de anima A. expositio et cum tex. J. Argyropyli ubique primo loco addito. MS. NOTES. B. L. Venetiis, 1507. fol.

Another edition: cum duplici textus translatione: antiqua et nova Argyropyli; accedunt quæstiones Dominici de Flandria. Venetiis, 1560. fol.

Another edition: cum triplici textus translatione, antiqua, Argyropyli, et Michaelis Sophiani, nuper addita. Accedunt quæstiones Dominici de Flandria. Adduntur duo indices.

Apud Juntas, Venetiis, 1565. fol.

Joannis Philoponi in tres libros de anima A. breves annotationes [with a Latin version of the text], ex dissertationibus A. Hermæi, cum quibusdam propriis meditationibus. (M. a Bove interprete.)

Venetiis, 1544. fol.

Another edition. Venetiis, 1554. fol.

☞ Another edition. FEW MS. NOTES.

Venetiis, 1560. fol.

De anima libri tres. J. Argyropylo interprete. Lugduni, 1546. 8°

N. Tignosii in libros de anima commentarii. [With a Latin version of the text.] MS. NOTES.

Florentiæ, 1551. fol.

Commentaria Simplicii in tres libros de anima A. E. Lungo Asulano interprete. [With a Latin version of the text.] Venetiis, 1554. fol.

Another edition. Venetiis, 1564. fol.

Another edition. Venetiis, 1587. fol.

Commentarius Joannis Grammatici Philoponi in A. libros tres de anima, G. Herveto interprete. [With a Latin version of the text.] Lugduni, 1558. fol.

A. Niphi expositio necnon et collectanea commentariaque in tres libros A. de anima. Index additus est. [With two Latin translations of the text: the old translation, and that of J. Argyropyli.]

Venetiis, 1559. fol.

P. Martinez in tres libros A. de anima commentarii. Quæstiones de anima Caietani de Vio. Index duplex. [With a Latin version of the text.] Prima editio. FEW MS. NOTES. Seguntii, 1575. fol.

De animo, libri III. J. Perionio interprete, per N. Grouchium correcti et emendati. FEW MS. NOTES.

Parisii, 1577. 4°

J. Zabarella in tres A. libros de anima commentarii. Nunc primum editi. Cum indice rerum. [With a Latin version of the text. Edited by F. Zabarella.] 3 vol. Venetiis, 1605. fol.

Another edition. Francofurti, 1619. 4°

The same. Fr. Par P. de Marcassus.

Paris, 1641. 8°

The same. Ital. Tradotti del Greco in vulgare Italiano per A. Brucioli. Venetia, 1557. 8°

4 R

31410

**Smithsonian Report.**  
ON THE  
CONSTRUCTION  
OF  
CATALOGUES OF LIBRARIES,  
AND OF  
A GENERAL CATALOGUE;  
AND THEIR  
PUBLICATION BY MEANS OF SEPARATE, STEREOTYPED TITLES.  
WITH RULES AND EXAMPLES.

BY CHARLES C. JEWETT,  
LIBRARIAN OF THE SMITHSONIAN INSTITUTION.



WASHINGTON:  
PUBLISHED BY THE SMITHSONIAN INSTITUTION.  
1852.

## PREFACE.

---

THESE pages are intended to explain the method of preparing and stereotyping catalogues, proposed for the Smithsonian Institution; to furnish means of judging of the practicability and importance of the system, in its several parts; and to serve as a manual for librarians, in executing the work.

It has been a long and arduous task to develop and adjust the details of this project, and to make the mechanical arrangements for its successful prosecution. The method of stereotyping, which it was thought best to try, had not before been fully reduced to practice; and the experiments had to be made in a place unprovided with facilities for constructing typographical apparatus.

In the *examples*, each title is stereotyped upon a separate block, of the height of type; but the running title and paging, and some notes, not appropriate to a general catalogue, are printed from types, set up with, and between the blocks. With these exceptions, this book has been stereotyped, throughout, by the process of Warren's patent; with some modifications and improvements adopted in the progress of this experiment. Most of the notes, appended to titles, have been stereotyped, like them, upon blocks. Opportunity is thus afforded of showing that these several means may be conveniently used in combination.

It is impossible, upon so short a trial, to estimate, with accuracy, the expense which would attend the operation upon a large scale, with the advantages of division of labor, and the aid of workmen of practised skill. No apprehensions are felt, however, upon this score. The method of stereotyping cannot fail to be far cheaper than that usually employed.

The expense of developing the plan has been borne by the Smithsonian Institution. Should it be successful, as there is every reason to hope, it will, doubtless, promote "the increase and diffusion of knowledge among men," and justify the continual labor of superintendence. In anticipation, the task proposed seems formidable; but it is to be accomplished, *title by title*, on a system, which imposes no heavy burden upon any institution, though it offers benefits to all.

It is not to be supposed that the public will take much interest in a work of professional details like this. The subject more particularly addresses itself to those who are concerned in the management of libraries. Their instruction and experience will enable them to estimate, aright, the difficulty of the undertaking, here set forth, and to judge, with fairness, of its practical utility.

ANEXO III – A lei do depósito legal de 1842

No Wines, &c. to be sold on board any Boats or Vessels moored or lying at anchor during the Time when prohibited to be sold at Public Houses.

the said Act of the Ninth Year of the Reign of King George the Fourth.

V. And be it enacted, That no Wines, Spirits, or other exciseable Liquors shall be sold by Retail on board of any Boat, Steam Boat, or other Vessel which shall be moored or lying at anchor within the Metropolitan Police District, during the Hours and Times on *Sundays, Good Friday, and Christmas Day* on which Licensed Victuallers are by Law obliged to keep their Houses closed; and any Master, Steward, Mistress or Stewardess, or any other Person on board any such Boat, Steam Boat, or other Vessel, who shall, during those Hours on *Sundays, Good Friday, and Christmas Day* in which the Houses of Licensed Victuallers shall be closed, sell any Wines, Spirits, or other exciseable Liquors, in and on board such Boat, Steam Boat, or other Vessel, within the said District, shall be liable to a Penalty not exceeding Five Pounds, which may be recovered before any Magistrate of the Metropolitan Police Courts, or if the Offence shall be committed beyond the Limits of any Metropolitan Police Court established or to be established, before any Two Justices of the Peace having Jurisdiction therein, or shall, in the Discretion of the Magistrate or Justices of the Peace before whom the Conviction shall take place, be imprisoned for any Time not longer than One Calendar Month in any Gaol or House of Correction within his Jurisdiction; and in every Case of the Adjudication of such pecuniary Penalty, and Nonpayment thereof, it shall be lawful for such Magistrate or Justices of the Peace to commit the Offender to such Gaol or House of Correction for a Term not exceeding One Calendar Month, the Imprisonment to cease on Payment of the Sum due; and such Penalty shall be paid to the Receiver of the Metropolitan Police, and be applied by him towards the Expences of the Police Courts established within the said District.

Act not to extend to Universities of Oxford and Cambridge.

VI. Provided always, and be it enacted, That nothing in this Act contained shall extend to alter or in any Manner to affect any of the Rights or Privileges of the Universities of *Oxford or Cambridge*, or the Powers of the Chancellors or Vice Chancellors of the same, as by Law possessed under the respective Charters of the said Universities or otherwise.

C A P. XLV.

An Act to amend the Law of Copyright. [1st July 1842.]

*Boosey v Fairlie 7 C.D. 301*  
*Boosey v Fairlie 14 C.D. 271*  
*Boosey v Fairlie 18 C.D. 207*  
*Low v Routledge 12 C.D. 42*  
*Kelly v Byles 12 C.D. 688*  
*Powell v Head 12 C.D. 606*  
*Walter v Howe*  
 17 C.D. 708  
 Repeat of  
 former Acts;  
 8 Anne, c. 19.  
*Schone v Schmincke*  
 33 C.D. 546  
*Hobbs v Hollingshead*  
 (1891) 2 Ch. 371  
*Lamb v Evans (1892) 3 Ch. 462*  
*Hollinshead v Jewell 193. 2 Ch. 577*

WHEREAS it is expedient to amend the Law relating to Copyright, and to afford greater Encouragement to the Production of literary Works of lasting Benefit to the World: Be it enacted by the Queen's most Excellent Majesty, by and with the Advice and Consent of the Lords Spiritual and Temporal, and Commons, in this present Parliament assembled, and by the Authority of the same, That from the passing of this Act an Act passed in the Eighth Year of the Reign of Her Majesty Queen Anne, intituled *An Act for the Encouragement of Learning, by vesting the Copies of printed Books in the Authors or Purchasers of such Copies during the Times therein mentioned*; and also an Act passed in the Forty-first Year of the Reign of His Majesty King

44-3 Ch 420

King George the Third, intituled *An Act for the further Encouragement of Learning in the United Kingdom of Great Britain and Ireland, by securing the Copies and Copyright of printed Books to the Authors of such Books, or their Assigns, for the Time therein mentioned*; and also an Act passed in the Fifty-fourth Year of the Reign of His Majesty King George the Third, intituled *An Act to amend the several Acts for the Encouragement of Learning, by securing the Copies and Copyright of printed Books to the Authors of such Books, or their Assigns*, be and the same are hereby repealed, except so far as the Continuance of either of them may be necessary for carrying on or giving effect to any Proceedings at Law or in Equity pending at the Time of passing this Act, or for enforcing any Cause of Action or Suit, or any Right or Contract then subsisting.

41 G. 3. c. 107.

54 G. 3. c. 156.

II. And be it enacted, That in the Construction of this Act the Word "Book" shall be construed to mean and include every Volume, Part or Division of a Volume, Pamphlet, Sheet of Letter-press, Sheet of Music, Map, Chart, or Plan separately published; that the Words "Dramatic Piece" shall be construed to mean and include every Tragedy, Comedy, Play, Opera, Farce, or other scenic, musical, or dramatic Entertainment; that the Word "Copyright" shall be construed to mean the sole and exclusive Liberty of printing or otherwise multiplying Copies of any Subject to which the said Word is herein applied; that the Words "personal Representative" shall be construed to mean and include every Executor, Administrator, and next of Kin entitled to Administration; that the Word "Assigns" shall be construed to mean and include every Person in whom the Interest of an Author before or after the Publication of any Book, and whether acquired by Sale, Gift, Bequest, or by Operation of Law, or otherwise; that the Words "*British Dominions*" shall be construed to mean and include all Parts of the United Kingdom of *Great Britain and Ireland*, the Islands of *Jersey and Guernsey*, all Parts of the *East and West Indies*, and all the Colonies, Settlements, and Possessions of the Crown which now are or hereafter may be acquired; and that whenever in this Act, in describing any Person, Matter, or Thing, the Word importing the Singular Number or the Masculine Gender only is used, the same shall be understood to include and to be applied to several Persons as well as one Person, and Females as well as Males, and several Matters or Things as well as one Matter or Thing, respectively, unless there shall be something in the Subject or Context repugnant to such Construction.

Interpretation of Act.

*Exp<sup>d</sup> Hutchinson's*  
*H. Q. B. D. 1483*  
*Thomas v Turner*  
*33 Ch. D. 292.*  
*Warne v Seebohm*  
*39 Ch. D. 43*  
*Hollinshead v Knivell*  
*93. 2 Ch. 377. 94. 34*  
*420*

III. And be it enacted, That the Copyright in every Book which shall after the passing of this Act be published in the Lifetime of its Author shall endure for the natural Life of such Author, and for the further Term of Seven Years, commencing at the Time of his Death, and shall be the Property of such Author and his Assigns: Provided always, that if the said Term of Seven Years shall expire before the End of Forty-two Years from the first Publication of such Book, the Copyright shall in that Case endure for such Period of Forty-two Years; and that the Copyright in every Book which shall be published after the Death of its Author shall endure for the Term of Forty-two Years from the first Publication

*Thomas v Turner*  
*33 Ch. D. 292*

Endurance of Copyright in Books hereafter to be published in the Lifetime of the Author;  
*Warne v Seebohm*  
*39 Ch. D. 43.*

or if published after the Author's Death.

lication thereof, and shall be the Property of the Proprietor of the Author's Manuscript from which such Book shall be first published, and his Assigns.

In subsisting Copyrights Term to be extended, except it belong to Assignee for other Consideration than natural Love and Affection; when it shall cease at the End of present Term unless Extension agreed to between Proprietor and Author.

*Expte Hutchins*  
*H. Q. B. D. 483*  
*marginals v. g. abbas*  
*129 Dec 578-*

IV. 'And whereas it is just to extend the Benefits of this Act to Authors of Books published before the passing thereof, and in which Copyright still subsists;' be it enacted, That the Copyright which at the Time of passing this Act shall subsist in any Book theretofore published (except as herein-after mentioned) shall be extended and endure for the full Term provided by this Act in Cases of Books thereafter published, and shall be the Property of the Person who at the Time of passing of this Act shall be the Proprietor of such Copyright: Provided always, that in all Cases in which such Copyright shall belong in whole or in part to a Publisher or other Person who shall have acquired it for other Consideration than that of natural Love and Affection, such Copyright shall not be extended by this Act, but shall endure for the Term which shall subsist therein at the Time of passing of this Act, and no longer, unless the Author of such Book, if he shall be living, or the personal Representative of such Author, if he shall be dead, and the Proprietor of such Copyright, shall, before the Expiration of such Term, consent and agree to accept the Benefits of this Act in respect of such Book, and shall cause a Minute of such Consent in the Form in that Behalf given in the Schedule to this Act annexed to be entered in the Book of Registry herein-after directed to be kept, in which Case such Copyright shall endure for the full Term by this Act provided in Cases of Books to be published after the passing of this Act, and shall be the Property of such Person or Persons as in such Minute shall be expressed.

Privy Council may license the Republication of Books which Proprietor refuses to republish after Death of Author.

V. 'And whereas it is expedient to provide against the Suppression of Books of Importance to the Public;' be it enacted, That it shall be lawful for the Judicial Committee of Her Majesty's Privy Council, on Complaint made to them that the Proprietor of the Copyright in any Book after the Death of its Author has refused to republish or to allow the Republication of the same, and that by reason of such Refusal such Book may be withheld from the Public, to grant a Licence to such Complainant to publish such Book, in such Manner and subject to such Conditions as they may think fit, and that it shall be lawful for such Complainant to publish such Book according to such Licence.

Copies of Books published after the passing of this Act, and of all subsequent Editions, to be delivered within certain Times at the British Museum.

VI. And be it enacted, That a printed Copy of the whole of every Book which shall be published after the passing of this Act, together with all Maps, Prints, or other Engravings belonging thereto, finished and coloured in the same Manner as the best Copies of the same shall be published, and also of any second or subsequent Edition which shall be so published with any Additions or Alterations, whether the same shall be in Letter Press, or in the Maps, Prints, or other Engravings belonging thereto, and whether the first Edition of such Book shall have been published before or after the passing of this Act, and also of any second or subsequent Edition of every Book of which the first or some preceding Edition shall not have been delivered for the Use of the *British Museum*, bound, sewed, or stitched together, and upon the best Paper on which the same shall be printed,

printed, shall, within One Calendar Month after the Day on which any such Book shall first be sold, published, or offered for Sale within the Bills of Mortality, or within Three Calendar Months if the same shall first be sold, published, or offered for Sale in any other Part of the United Kingdom, or within Twelve Calendar Months after the same shall first be sold, published, or offered for Sale in any other Part of the *British Dominions*, be delivered, on behalf of the Publisher thereof, at the *British Museum*.

VII. And be it enacted, That every Copy of any Book which under the Provisions of this Act ought to be delivered as aforesaid shall be delivered at the *British Museum* between the Hours of Ten in the Forenoon and Four in the Afternoon on any Day except *Sunday, Ash Wednesday, Good Friday, and Christmas Day*, to one of the Officers of the said Museum, or to some Person authorized by the Trustees of the said Museum to receive the same, and such Officer or other Person receiving such Copy is hereby required to give a Receipt in Writing for the same, and such Delivery shall to all Intents and Purposes be deemed to be good and sufficient Delivery under the Provisions of this Act.

VIII. And be it enacted, That a Copy of the whole of every Book, and of any second or subsequent Edition of every Book containing Additions and Alterations, together with all Maps and Prints belonging thereto, which after the passing of this Act shall be published, shall, on Demand thereof in Writing, left at the Place of Abode of the Publisher thereof at any Time within Twelve Months next after the Publication thereof, under the Hand of the Officer of the Company of Stationers who shall from Time to Time be appointed by the said Company for the Purposes of this Act, or under the Hand of any other Person thereto authorized by the Persons or Bodies Politic and Corporate, Proprietors and Managers of the Libraries following, (*videlicet,*) the *Bodleian Library at Oxford*, the Public Library at *Cambridge*, the Library of the Faculty of Advocates at *Edinburgh*, the Library of the College of the Holy and Undivided Trinity of Queen *Elizabeth near Dublin*, be delivered, upon the Paper of which the largest Number of Copies of such Book or Edition shall be printed for Sale, in the like Condition as the Copies prepared for Sale by the Publisher thereof respectively, within One Month after Demand made thereof in Writing as aforesaid, to the said Officer of the said Company of Stationers for the Time being, which Copies the said Officer shall and he is hereby required to receive at the Hall of the said Company, for the Use of the Library for which such Demand shall be made within such Twelve Months as aforesaid; and the said Officer is hereby required to give a Receipt in Writing for the same, and within One Month after any such Book shall be so delivered to him as aforesaid to deliver the same for the Use of such Library.

IX. Provided also, and be it enacted, That if any Publisher shall be desirous of delivering the Copy of such Book as shall be demanded on behalf of any of the said Libraries at such Library, it shall be lawful for him to deliver the same at such Library, free of Expence, to such Librarian or other Person authorized to receive the same (who is hereby required in such Case to receive and give a Receipt in Writing for the same),

Mode of delivering at the British Museum.

A Copy of every Book to be delivered within a Month after Demand to the Officer of the Stationers Company, for the following Libraries: the Bodleian at Oxford, the Public Library at Cambridge, the Faculty of Advocates at Edinburgh, and that of Trinity College, Dublin.

Publishers may deliver the Copies to the Libraries, instead of at the Stationers Company.

and such Delivery shall to all Intents and Purposes of this Act be held as equivalent to a Delivery to the said Officer of the Stationers Company.

Penalty for Default in delivering Copies for the Use of the Libraries.

X. And be it enacted, That if any Publisher of any such Book, or of any second or subsequent Edition of any such Book, shall neglect to deliver the same, pursuant to this Act, he shall for every such Default forfeit, besides the Value of such Copy of such Book or Edition which he ought to have delivered, a Sum not exceeding Five Pounds, to be recovered by the Librarian or other Officer (properly authorized) of the Library for the Use whereof such Copy should have been delivered, in a summary Way, on Conviction before Two Justices of the Peace for the County or Place where the Publisher making default shall reside, or by Action of Debt or other Proceeding of the like Nature, at the Suit of such Librarian or other Officer, in any Court of Record in the United Kingdom, in which Action, if the Plaintiff shall obtain a Verdict, he shall recover his Costs reasonably incurred, to be taxed as between Attorney and Client.

Book of Registry to be kept at Stationers Hall.

*L1022-1007130.0570*

XI. And be it enacted, That a Book of Registry, wherein may be registered, as herein-after enacted, the Proprietorship in the Copyright of Books, and Assignments thereof, and in Dramatic and Musical Pieces, whether in Manuscript or otherwise, and Licences affecting such Copyright, shall be kept at the Hall of the Stationers Company, by the Officer appointed by the said Company for the Purposes of this Act, and shall at all convenient Times be open to the Inspection of any Person, on Payment of One Shilling for every Entry which shall be searched for or inspected in the said Book; and that such Officer shall, whenever thereunto reasonably required, give a Copy of any Entry in such Book, certified under his Hand, and impressed with the Stamp of the said Company, to be provided by them for that Purpose, and which they are hereby required to provide, to any Person requiring the same, on Payment to him of the Sum of Five Shillings; and such Copies so certified and impressed shall be received in Evidence in all Courts, and in all summary Proceedings, and shall be *prima facie* Proof of the Proprietorship or Assignment of Copyright or Licence as therein expressed, but subject to be rebutted by other Evidence, and in the Case of Dramatic or Musical Pieces shall be *prima facie* Proof of the Right of Representation or Performance, subject to be rebutted as aforesaid.

Making a false Entry in the Book of Registry, a Misdemeanor.

XII. And be it enacted, That if any Person shall wilfully make or cause to be made any false Entry in the Registry Book of the Stationers Company, or shall wilfully produce or cause to be tendered in Evidence any Paper falsely purporting to be a Copy of any Entry in the said Book, he shall be guilty of an indictable Misdemeanor, and shall be punished accordingly.

Entries of Copyright may be made in the Book of Registry.

XIII. And be it enacted, That after the passing of this Act it shall be lawful for the Proprietor of Copyright in any Book heretofore published, or in any Book hereafter to be published, to make Entry in the Registry Book of the Stationers Company of the Title of such Book, the Time of the first Publication thereof, the Name and Place of Abode of the Publisher thereof, and the Name and Place of Abode of the Proprietor of the Copyright of the said Book, or of any Portion of such Copyright, in the Form

*Colledge v Goode 7 C. 842  
Henderson v Maxwell 5 C. 882  
Rehob v Thomas 23 Ch D 724  
Colledge v Paul*

*Thomas v Turner 33 Ch 297.  
Hauptstaengl Art Publishers Cor Holloway 93 2 Q B 1.*

in that Behalf given in the Schedule to this Act annexed, upon Payment of the Sum of Five Shillings to the Officer of the said Company; and that it shall be lawful for every such registered Proprietor to assign his Interest, or any Portion of his Interest therein, by making Entry in the said Book of Registry of such Assignment, and of the Name and Place of Abode of the Assignee thereof, in the Form given in that Behalf in the said Schedule, on Payment of the like Sum; and such Assignment so entered shall be effectual in Law to all Intents and Purposes whatsoever, without being subject to any Stamp or Duty, and shall be of the same Force and Effect as if such Assignment had been made by Deed.

XIV. And be it enacted, That if any Person shall deem himself aggrieved by any Entry made under colour of this Act in the said Book of Registry, it shall be lawful for such Person to apply by Motion to the Court of Queen's Bench, Court of Common Pleas, or Court of Exchequer, in Term Time, or to apply by Summons to any Judge of either of such Courts in Vacation, for an Order that such Entry may be expunged or varied; and that upon any such Application by Motion or Summons to either of the said Courts, or to a Judge as aforesaid, such Court or Judge shall make such Order for expunging, varying, or confirming such Entry, either with or without Costs, as to such Court or Judge shall seem just; and the Officer appointed by the Stationers Company for the Purposes of this Act shall, on the Production to him of any such Order for expunging or varying any such Entry, expunge or vary the same according to the Requisitions of such Order.

Persons aggrieved by Entry in Book of Registry may apply to a Court of Law or Judge in Vacation, who may order such Entry to be varied, &c.

*Holby Bradbury  
20.0886  
Expts Hutchins  
H.Q.B. 0483*

XV. And be it enacted, That if any Person shall, in any Part of the *British* Dominions, after the passing of this Act, print or cause to be printed, either for Sale or Exportation, any Book in which there shall be subsisting Copyright, without the Consent in Writing of the Proprietor thereof, or shall import for Sale or Hire any such Book so having been unlawfully printed from Parts beyond the Sea, or, knowing such Book to have been so unlawfully printed or imported, shall sell, publish, or expose to Sale or Hire, or cause to be sold, published, or exposed to Sale or Hire, or shall have in his Possession for Sale or Hire, any such Book so unlawfully printed or imported, without such Consent as aforesaid, such Offender shall be liable to a special Action on the Case at the Suit of the Proprietor of such Copyright, to be brought in any Court of Record in that Part of the *British* Dominions in which the Offence shall be committed: Provided always, that in *Scotland* such Offender shall be liable to an Action in the Court of Session in *Scotland*, which shall and may be brought and prosecuted in the same Manner in which any other Action of Damages to the like Amount may be brought and prosecuted there.

Remedy for the Piracy of Books by Action on the Case.

*Crossing v City of Glasgow  
20.4.6.1842  
Lindsay v Stewart 4 C. 219.*

XVI. And be it enacted, That after the passing of this Act, in any Action brought within the *British* Dominions against any Person for printing any such Book for Sale, Hire, or Exportation, or for importing, selling, publishing, or exposing to Sale or Hire, or causing to be imported, sold, published, or exposed to Sale or Hire, any such Book, the Defendant, on pleading thereto, shall give to the Plaintiff a Notice in Writing of any Objections on which

In Actions for Piracy the *Weldon v Dicks* Defendant to <sup>10 C.D. 247</sup> give Notice of the Objections to the Plaintiff's Title on which he means to rely.

which

which he means to rely on the Trial of such Action; and if the Nature of his Defence be, that the Plaintiff in such Action was not the Author or first Publisher of the Book in which he shall by such Action claim Copyright, or is not the Proprietor of the Copyright therein, or that some other Person than the Plaintiff was the Author or first Publisher of such Book, or is the Proprietor of the Copyright therein, then the Defendant shall specify in such Notice the Name of the Person who he alleges to have been the Author or first Publisher of such Book, or the Proprietor of the Copyright therein, together with the Title of such Book, and the Time when and the Place where such Book was first published, otherwise the Defendant in such Action shall not at the Trial or Hearing of such Action be allowed to give any Evidence that the Plaintiff in such Action was not the Author or first Publisher of the Book in which he claims such Copyright as aforesaid, or that he was not the Proprietor of the Copyright therein; and at such Trial or Hearing no other Objection shall be allowed to be made on behalf of such Defendant than the Objections stated in such Notice, or that any other Person was the Author or first Publisher of such Book, or the Proprietor of the Copyright therein, than the Person specified in such Notice, or give in Evidence in support of his Defence any other Book than one substantially corresponding in Title, Time, and Place of Publication with the Title, Time, and Place specified in such Notice.

No Person, except the Proprietor, &c. shall import into the British Dominions for Sale or Hire any Book first composed, &c. within the United Kingdom, and re-printed elsewhere, under Penalty of Forfeiture, and also of 10*l.* and Double the Value; and Books may be seized by Officers of Customs or Excise.

*Cooper v Whittingham*  
15 C. D. 501

XVII. And be it enacted, That after the passing of this Act it shall not be lawful for any Person, not being the Proprietor of the Copyright, or some Person authorized by him, to import into any Part of the United Kingdom, or into any other Part of the *British* Dominions, for Sale or Hire, any printed Book first composed or written or printed and published in any Part of the said United Kingdom, wherein there shall be Copyright, and re-printed in any Country or Place whatsoever out of the *British* Dominions; and if any Person, not being such Proprietor or Person authorized as aforesaid, shall import or bring, or cause to be imported or brought, for Sale or Hire, any such printed Book, into any Part of the *British* Dominions, contrary to the true Intent and Meaning of this Act, or shall knowingly sell, publish, or expose to Sale or let to Hire, or have in his Possession for Sale or Hire, any such Book, then every such Book shall be forfeited, and shall be seized by any Officer of Customs or Excise, and the same shall be destroyed by such Officer; and every Person so offending, being duly convicted thereof before Two Justices of the Peace for the County or Place in which such Book shall be found, shall also for every such Offence forfeit the Sum of Ten Pounds, and Double the Value of every Copy of such Book which he shall so import or cause to be imported into any Part of the *British* Dominions, or shall knowingly sell, publish, or expose to Sale or let to Hire, or shall cause to be sold, published, or exposed to Sale or let to Hire, or shall have in his Possession for Sale or Hire, contrary to the true Intent and Meaning of this Act, Five Pounds to the Use of such Officer of Customs or Excise, and the Remainder of the Penalty to the Use of the Proprietor of the Copyright in such Book.

XVIII. And

XVIII. And be it enacted, That when any Publisher or other Person shall, before or at the Time of the passing of this Act, have projected, conducted, and carried on, or shall hereafter project, conduct, and carry on, or be the Proprietor of any Encyclopædia, Review, Magazine, Periodical Work, or Work published in a Series of Books or Parts, or any Book whatsoever, and shall have employed or shall employ any Persons to compose the same, or any Volumes, Parts, Essays, Articles, or Portions thereof, for Publication in or as Part of the same, and such Work, Volumes, Parts, Essays, Articles, or Portions shall have been or shall hereafter be composed under such Employment, on the Terms that the Copyright therein shall belong to such Proprietor, Projector, Publisher, or Conductor, and paid for by such Proprietor, Projector, Publisher, or Conductor, the Copyright in every such Encyclopædia, Review, Magazine, Periodical Work, and Work published in a Series of Books or Parts, and in every Volume, Part, Essay, Article, and Portion so composed and paid for, shall be the Property of such Proprietor, Projector, Publisher, or other Conductor, who shall enjoy the same Rights as if he were the actual Author thereof, and shall have such Term of Copyright therein as is given to the Authors of Books by this Act; except only that in the Case of Essays, Articles, or Portions forming Part of and first published in Reviews, Magazines, or other Periodical Works of a like Nature, after the Term of Twenty-eight Years from the first Publication thereof respectively the Right of publishing the same in a separate Form shall revert to the Author for the Remainder of the Term given by this Act: Provided always, that during the Term of Twenty-eight Years the said Proprietor, Projector, Publisher, or Conductor shall not publish any such Essay, Article, or Portion separately or singly without the Consent previously obtained of the Author thereof, or his Assigns: Provided also, that nothing herein contained shall alter or affect the Right of any Person who shall have been or who shall be so employed as aforesaid to publish any such his Composition in a separate Form, who by any Contract, express or implied, may have reserved or may hereafter reserve to himself such Right; but every Author reserving, retaining, or having such Right shall be entitled to the Copyright in such Composition when published in a separate Form, according to this Act, without Prejudice to the Right of such Proprietor, Projector, Publisher, or Conductor as aforesaid.

As to the Copyright in Encyclopædias, Periodicals, and Works published in a Series, Reviews, or Magazines.

*Trade & Copy v Middleborough & Co  
Assn 40CD 425.  
Lamb v Evans  
(1843) 1 Ch. 218*

Proviso for Authors who have reserved the Right of publishing their Articles in a separate Form.

XIX. And be it enacted, That the Proprietor of the Copyright in any Encyclopædia, Review, Magazine, Periodical Work, or other Work published in a Series of Books or Parts, shall be entitled to all the Benefits of the Registration at Stationers Hall under this Act, on entering in the said Book of Registry the Title of such Encyclopædia, Review, Periodical Work, or other Work published in a Series of Books or Parts, the Time of the first Publication of the First Volume, Number, or Part thereof, or of the First Number or Volume first published after the passing of this Act in any such Work which shall have been published heretofore, and the Name and Place of Abode of the Proprietor thereof, and of the Publisher thereof, when such Publisher shall not also be the Proprietor thereof.

Proprietors of Encyclopædias, Periodicals, &c. may enter at once at Stationers Hall, and have the Benefit of Registration of the whole.

*Cate v Devont & Co  
40CD.500.  
Trade & Co v Middleborough & Co  
Assn 40CD 425*

XX. And

The Provisions of 3 & 4 W. 4. c. 15. extended to Musical Compositions, and the Term of Copyright, as provided by this Act, applied to the Liberty of representing Dramatic Pieces and Musical Compositions.

*Ex pte Hutchins  
H.R.B. 0483  
Duck & Bates  
122 B 379.  
Waton & Lake  
20 Q 8 D 376.*

XX. ' And whereas an Act was passed in the Third Year of the Reign of His late Majesty, to amend the Law relating to Dramatic Literary Property, and it is expedient to extend the Term of the sole Liberty of representing Dramatic Pieces given by that Act to the full Time by this Act provided for the Continuance of Copyright: And whereas it is expedient to extend to Musical Compositions the Benefits of that Act, and also of this Act; be it therefore enacted, That the Provisions of the said Act of His late Majesty, and of this Act, shall apply to Musical Compositions, and that the sole Liberty of representing or performing, or causing or permitting to be represented or performed, any Dramatic Piece or Musical Composition, shall endure and be the Property of the Author thereof, and his Assigns, for the Term in this Act provided for the Duration of Copyright in Books; and the Provisions herein-before enacted in respect of the Property of such Copyright, and of registering the same, shall apply to the Liberty of representing or performing any Dramatic Piece or Musical Composition, as if the same were herein expressly re-enacted and applied thereto, save and except that the first public Representation or Performance of any Dramatic Piece or Musical Composition shall be deemed equivalent, in the Construction of this Act, to the first Publication of any Book: Provided always, that in case of any Dramatic Piece or Musical Composition in Manuscript, it shall be sufficient for the Person having the sole Liberty of representing or performing, or causing to be represented or performed the same, to register only the Title thereof, the Name and Place of Abode of the Author or Composer thereof, the Name and Place of Abode of the Proprietor thereof, and the Time and Place of its first Representation or Performance.

Proprietors of Dramatic Representations shall have Remedies given by 3 & 4 W. 4. c. 15.

XXI. And be it enacted, That the Person who shall at any Time have the sole Liberty of representing such Dramatic Piece or Musical Composition shall have and enjoy the Remedies given and provided in the said Act of the Third and Fourth Years of the Reign of His late Majesty King *William* the Fourth, passed to amend the Laws relating to Dramatic Literary Property, during the whole of his Interest therein, as fully as if the same were re-enacted in this Act.

Assignment of Copyright of a Dramatic Piece not to convey Right of Representation.

*Ex pte Hutchins  
H.R.B. 0483*

XXII. And be it enacted, That no Assignment of the Copyright of any Book consisting of or containing a Dramatic Piece or Musical Composition shall be holden to convey to the Assignee the Right of representing or performing such Dramatic Piece or Musical Composition, unless an Entry in the said Registry Book shall be made of such Assignment, wherein shall be expressed the Intention of the Parties that such Right should pass by such Assignment.

Books pirated shall become the Property of the Proprietor of the Copyright, and may be recovered by Action.

XXIII. And be it enacted, That all Copies of any Book wherein there shall be Copyright, and of which Entry shall have been made in the said Registry Book, and which shall have been unlawfully printed or imported without the Consent of the registered Proprietor of such Copyright, in Writing under his Hand first obtained, shall be deemed to be the Property of the Proprietor of such Copyright, and who shall be registered as such, and such registered Proprietor shall, after Demand thereof in Writing, be entitled to sue for and recover the same, or Damages for the Detention

tention thereof, in an Action of Detinue, from any Party who shall detain the same, or to sue for and recover Damages for the Conversion thereof in an Action of Trover.

XXIV. And be it enacted, That no Proprietor of Copyright in any Book which shall be first published after the passing of this Act shall maintain any Action or Suit, at Law or in Equity, or any summary Proceeding, in respect of any Infringement of such Copyright, unless he shall, before commencing such Action, Suit, or Proceeding, have caused an Entry to be made, in the Book of Registry of the Stationers Company, of such Book, pursuant to this Act: Provided always, that the Omission to make such Entry shall not affect the Copyright in any Book, but only the Right to sue or proceed in respect of the Infringement thereof as aforesaid: Provided also, that nothing herein contained shall prejudice the Remedies which the Proprietor of the sole Liberty of representing any Dramatic Piece shall have by virtue of the Act passed in the Third Year of the Reign of His late Majesty King *William* the Fourth, to amend the Laws relating to Dramatic Literary Property or of this Act, although no Entry shall be made in the Book of Registry aforesaid.

No Proprietor of Copyright shall sue for any Infringement before making Entry in Book of Registry.

*Collette v Wood 7 CD. 842. Thomas v Turner 33 CD. 292.*

Proviso for Dramatic Pieces.

XXV. And be it enacted, That all Copyright shall be deemed Personal Property, and shall be transmissible by Bequest, or, in case of Intestacy, shall be subject to the same Law of Distribution as other Personal Property, and in *Scotland* shall be deemed to be Personal and Moveable Estate.

Copyright shall be Personal Property.

XXVI. And be it enacted, That if any Action or Suit shall be commenced or brought against any Person or Persons whomsoever for doing or causing to be done any thing in pursuance of this Act, the Defendant or Defendants in such Action may plead the General Issue, and give the special Matter in Evidence; and if upon such Action a Verdict shall be given for the Defendant, or the Plaintiff shall become nonsuited, or discontinue his Action, then the Defendant shall have and recover his full Costs, for which he shall have the same Remedy as a Defendant in any Case by Law hath; and that all Actions, Suits, Bills, Indictments, or Informations for any Offence that shall be committed against this Act shall be brought, sued, and commenced within Twelve Calendar Months next after such Offence committed, or else the same shall be void and of none effect; provided that such Limitation of Time shall not extend or be construed to extend to any Actions, Suits, or other Proceedings which under the Authority of this Act shall or may be brought, sued, or commenced for or in respect of any Copies of Books to be delivered for the Use of the *British Museum*, or of any One of the Four Libraries herein-before mentioned.

General Issue.

*Avery v Wood (1841) 3 Cl. 115*

Limitation of Actions;

not to extend to Actions, &c. in respect of the Delivery of Books.

XXVII. Provided always, and be it enacted, That nothing in this Act contained shall affect or alter the Rights of the Two Universities of *Oxford* and *Cambridge*, the Colleges or Houses of Learning within the same, the Four Universities in *Scotland*, the College of the Holy and Undivided Trinity of Queen *Elizabeth* near *Dublin*, and the several Colleges of *Eton*, *Westminster*, and *Winchester*, in any Copyrights heretofore and now vested or hereafter to be vested in such Universities and Colleges respectively, any thing to the contrary herein contained notwithstanding.

Saving the Rights of the Universities, &c.

XXVIII. Pro-

Saving all subsisting Rights, Contracts, and Engagements.

XXVIII. Provided also, and be it enacted, That nothing in this Act contained shall affect, alter, or vary any Right subsisting at the Time of passing of this Act, except as herein expressly enacted, and all Contracts, Agreements, and Obligations made and entered into before the passing of this Act, and all Remedies relating thereto, shall remain in full force, any thing herein contained to the contrary notwithstanding.

Extent of Act.

XXIX. And be it enacted, That this Act shall extend to the United Kingdom of *Great Britain* and *Ireland*, and to every Part of the *British* Dominions.

Act may be amended, &c.

XXX. And be it enacted, That this Act may be amended or repealed by any Act to be passed in the present Session of Parliament.

### SCHEDULE to which the preceding Act refers.

#### No. 1.

FORM of MINUTE of CONSENT to be entered at Stationers Hall.

WE, the undersigned, *A.B.* of \_\_\_\_\_ the Author of a certain Book, intituled *Y.Z.* [*or* the personal Representative of the Author, *as the Case may be,*] and *C.D.* of \_\_\_\_\_ do hereby certify, That we have consented and agreed to accept the Benefits of the Act passed in the Fifth Year of the Reign of Her Majesty Queen Victoria, Cap. \_\_\_\_\_, for the Extension of the Term of Copyright therein provided by the said Act, and hereby declare that such extended Term of Copyright therein is the Property of the said *A.B.* or *C.D.*

Dated this \_\_\_\_\_ Day of \_\_\_\_\_ 18 .  
 Witness \_\_\_\_\_ (Signed) *A.B.*  
*C.D.*

To the Registering Officer appointed  
 by the Stationers Company.

#### No. 2.

FORM of REQUIRING ENTRY of PROPRIETORSHIP.

I *A.B.* of \_\_\_\_\_ do hereby certify, That I am the Proprietor of the Copyright of a Book, intituled *Y.Z.*, and I hereby require you to make Entry in the Register Book of the Stationers Company of my Proprietorship of such Copyright, according to the Particulars underwritten.

Title of Book.	Name of Publisher, and Place of Publication.	Name and Place of Abode of the Proprietor of the Copyright.	Date of First Publication.
<i>Y.Z.</i>		<i>A.B.</i>	

Dated this \_\_\_\_\_ Day of \_\_\_\_\_ 18 .  
 Witness, *C.D.* (Signed) *A.B.*

## No. 3.

ORIGINAL ENTRY of PROPRIETORSHIP of COPYRIGHT of a  
BOOK.

Time of making the Entry.	Title of Book.	Name of the Publisher, and Place of Publication.	Name and Place of Abode of the Proprietor of the Copyright.	Date of First Publication.
	<i>Y. Z.</i>	<i>A. B.</i>	<i>C. D.</i>	

## No. 4.

FORM of CONCURRENCE of the PARTY assigning in any BOOK  
previously registered.

I *A. B.* of \_\_\_\_\_ being the Assigner of the Copyright of the Book hereunder described, do hereby require you to make Entry of the Assignment of the Copyright therein.

Title of Book.	Assigner of the Copyright.	Assignee of Copyright.
<i>Y. Z.</i>	<i>A. B.</i>	<i>C. D.</i>

Dated this \_\_\_\_\_ Day of \_\_\_\_\_ 18 .  
(Signed) *A. B.*

## No. 5.

FORM of ENTRY of ASSIGNMENT of COPYRIGHT in any BOOK  
previously registered.

Date of Entry.	Title of Book.	Assigner of the Copyright.	Assignee of Copyright.
	[ <i>Set out the Title of the Book, and refer to the Page of the Registry Book in which the original Entry of the Copyright thereof is made.</i> ]	<i>A. B.</i>	<i>C. D.</i>

C A P.